



Universidade Federal do Paraná

**Departamento de Ciências Sociais
Mestrado em Sociologia**

FABIO FRAGA DOS SANTOS

**Políticas fundiárias e desenvolvimento local:
O papel do *Banco da Terra* na reconstrução do rural.**

Curitiba

2005

FABIO FRAGA DOS SANTOS

**Políticas fundiárias e desenvolvimento local:
O papel do *Banco da Terra* na reconstrução do rural.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Curitiba

2005

COMISSÃO EXAMINADORA

Curitiba, ____ de _____ de 2005.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e meus irmãos que sempre acreditaram em mim. E a Verônica, pelo seu apóio, amor e amizade.

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas colaboraram, diretamente e indiretamente, para a realização deste trabalho, às quais sou muito grato.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Luiz Norder, que me instigou desde o início, do projeto à conclusão, com questionamentos, provocações e debates. Agradeço ao Alfio pela sua paciência nas orientações e por respeitar minhas limitações.

Em especial, agradeço aos agricultores, que gentilmente cederam informações, tempo e disposição para a obtenção de dados para este estudo.

Ao Sr. Eloir, presidente da Associação dos Agricultores da fazenda Akolá e ao engenheiro agrônomo Paulo (Emater-Londrina).

Aos professores e colegas do curso, aos professores da Universidade Estadual de Londrina. Ao Diego, pela cooperação e a Geisa pelo apoio e correções.

Ao Marcelo, amigo de todas as horas.

TABELAS

TABELA 1 - Propostas de financiamento do Programa Banco da Terra aprovadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná p.49

TABELA 2 – Quadro comparativo da produção comercial após a implantação do programa e do ano de 2004 p.70

TABELA 3 - Quadro produtivo da Fazenda Akolá – 2004 p.77

TABELA 4 – Relação entre as famílias que possuem (A) e as que não possuem (B) equipamentos de irrigação. p.80

SUMÁRIO	Pág.
INTRODUÇÃO	01
Objetivos e metodologia da pesquisa	02
 CAPITULO 1 – RUMOS E DEBATES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.	
1.1 Abordagens sobre o processo de modernização da agricultura	08
1.2 O conceito de agricultura familiar	16
1.3 Estratégias de reprodução, conhecimento tradicional e projeto de vida.	25
 CAPITULO 2 - POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E O BANCO DA TERRA	
2.1 Políticas fundiárias a partir do Estatuto da Terra	34
2.2 Banco da Terra – contexto histórico e político	38
2.3 Acesso e Exigências	41
2.4 Cédula da Terra: o projeto piloto antecessor	45
2.5 O Banco da Terra no Brasil e no Paraná	47
2.6 Críticas ao Banco da Terra	49
2.7 Descentralização dos processos decisórios	54
 CAPITULO 3 – ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA AKOLÁ	58
3.1 Caracterização sócio-econômica dos agricultores da Fazenda Akolá	59
3.2 Práticas e estratégias produtivas locais	62
3.2.1 Histórico, organização e práticas produtivas	65
3.2.2 Estratégias produtivas dos agricultores da Fazenda Akolá	69
3.3 Diversificação da produção como estratégia de sobrevivência	72
3.3.1 Diversificação e produção local	77
3.4 Rotatividade de culturas e uso do solo	81
3.4.1 A produção de cará	84
3.5 Reestruturação social	88
3.6 O impasse no pagamento do crédito fundiário	96
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	
 ANEXOS	

SANTOS, Fábio Fraga. *Políticas fundiárias e desenvolvimento local: O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

RESUMO

O programa do Banco da Terra tem como objetivo oferecer crédito a pequenos agricultores para a compra de terras, na tentativa de operacionalizar a inserção dos mesmos ao processo produtivo agrícola. Esta política pública foi estruturada para proporcionar uma ação descentralizada, a qual a localidade assume um papel importante através da participação de diversos atores sociais que visam, em última instância, uma sustentabilidade sob ponto de vista econômico, social e ambiental. As transformações nas relações entre agricultores familiares, ocasionadas entre outros fatores, por este tipo de política pública, possibilitam um vasto processo de possíveis configurações no meio rural. Neste trabalho procuramos compreender esse processo de reestruturação social, apontando as estratégias produtivas dos agricultores de um projeto do Banco da Terra implantado na região de Londrina.

SANTOS, Fábio Fraga. *Políticas fundiárias e desenvolvimento local: O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ABSTRACT

The program of Land Bank has a objective to offer credit a little farmers to buy the lands, in the tentative of transition the insert of the same to agricultural productive process. This public politic was a structure to provide an decentralized action, with the locality assume a important paper across of participation of sundries socials actors that aim for, as a last resort, a support under economical, social and environment point of view. The transformations in the relation of family farmers, caused between others factors, for this type of public politic, permit a rest process of possible configuration of rural environment. In this work we looking for to understand this process of social restructure, pointing the farmers productive strategy of a project of the Land Bank implanted in Londrina region.

INTRODUÇÃO

A proposta deste estudo ressalta o papel de políticas públicas voltadas para a inserção de agricultores familiares no processo produtivo agrícola através do acesso ao crédito fundiário. A política em pauta é o programa do Banco da Terra que objetiva oferecer crédito para a compra das terras e construção da infra-estrutura básica às associações e/ou cooperativas de pequenos produtores na tentativa de operacionalizar a inserção dos mesmos ao processo produtivo agrícola.

De acordo com o governo federal, o programa Banco da Terra foi estruturado para proporcionar uma ação descentralizada, na qual o “local” assumiria um papel maior através da participação dos diversos atores que visam, em última instância, uma sustentabilidade sob ponto de vista econômico, social e ambiental.

As políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil tem sido muito diversificadas e caracterizadas por serem descontínuas e fragmentadas do ponto de vista político-administrativa. Sendo assim, torna-se importante estudar o Banco da Terra para ampliar a compreensão do papel dos atores sociais nas localidades e avaliar a dinâmica dos grupos de famílias envolvidas dentro deste quadro de instabilidades políticas.

As transformações recentes nas relações entre agricultores familiares, ocasionadas entre outros fatores, pelas políticas públicas, configuram um vasto processo de possíveis configurações no meio rural. Essas transformações são realizadas também através do surgimento de atores sociais, que por fim promovem a construção de dinâmicas produtivas e tecnológicas.

Objetivos e metodologia da pesquisa

Este trabalho avalia um grupo de agricultores, constituído por 42 famílias e fixados na região de Londrina, denominado *Fazenda Akolá*. Este conjunto de famílias foi uma das primeiras, na região, a formarem uma associação para a realização da compra de uma área rural através do Banco da Terra. O propósito inicial desta pesquisa é a verificação das estratégias produtivas e sociais dos agricultores para a manutenção da sobrevivência e o estabelecimento na terra adquirida.

No entanto, a opção por analisar as estratégias de reprodução social dos agricultores do grupo *Akolá* está embasada no interesse teórico e empírico de avaliar as transformações locais no contexto de uma política fundiária que, à priori, estabelece regras e condições para o pagamento do montante financiado. Diante da percepção de uma multiplicidade de processos dinâmicos em curso nas áreas rurais brasileiras, mais particularmente a diversidade de formas de produção e reprodução no meio rural ligadas às atividades agropecuárias, este trabalho tem como objetivo geral avaliar os arranjos nos processos sociais e produtivos no contexto de uma política fundiária.

Com base numa análise etnográfica, avaliamos as práticas produtivas e a situação dos agricultores familiares que estão atrelados à quitação de uma dívida fundiária. Verificamos se esta situação estaria forçando o trabalhador rural a utilizar-se de técnicas que intensificam o uso de insumos industriais, mecanização e tecnologias externas.

Ao analisarmos os documentos oficiais do programa Banco da Terra, concluímos que a capacidade de competição no mercado seria colocada como centro

das preocupações, o que se reflete nas proposições de modernização técnica e desenvolvimento da capacidade de gestão como aspectos mais enfatizados. Isto se reflete numa visão de desenvolvimento baseada numa ótica produtivista, como aponta CARNEIRO (1998):

“Associando progresso técnico ao aumento da capacidade produtiva e à imagem do agricultor viável, essa política assegura um enquadramento técnico-ideológico do agricultor familiar que se torna referência para a implementação de metas e, sobretudo, em critério para a avaliação da eficácia das medidas adotadas e do desempenho do próprio agricultor” (CARNEIRO, 1998: 16).

O endividamento, com relação à aquisição da terra, pode estar levando o agricultor a incorporar técnicas externas, impostas pela necessidade de intensificar a produção. A utilização de determinadas tecnologias e a pressão (por parte dos agentes governamentais) para a realização do pagamento do montante financiado pelo agricultor, poderia, neste sentido, estar colocando em risco a sustentabilidade e a reprodução da família na unidade de produção?

É nesta perspectiva que consideramos a importância teórica e política da análise sobre as estratégias locais e da heterogeneidade no processo de produção agropecuária e suas implicações para a análise da dinâmica produtiva da agricultura familiar.

Optamos, neste trabalho, pela metodologia de pesquisa qualitativa pela necessidade de captar o universo dos significados e percepções sob o foco do entendimento dos atores envolvidos. Porém foi realizada uma coleta de informações

quantitativas com a finalidade de traçar um panorama da importância e abrangência da produção agropecuária no grupo de agricultores pesquisados

Como recorte espacial de referência empírica, foram selecionados, intencionalmente, seis famílias para a aplicação de entrevistas de cunho qualitativo, as quais tiveram participação intensa nos processos de implantação do programa. Estas famílias foram responsáveis, em grande parte, pela organização espacial e social na localidade, acompanhando todo o trabalho dos técnicos no loteamento da fazenda e na articulação da divisão do conjunto de famílias em subgrupos. Em suma, elas exercem um papel estratégico na comunidade, principalmente com relação às tomadas de decisão da associação que eles constituíram. O tamanho da propriedade não foi critério para a seleção das entrevistas desses produtores, pois não há disparidade em relação às suas áreas agrícolas.

Foram aplicados um questionário junto à 32 agricultores da Fazenda Akolá. As respostas foram fornecidas pelos responsáveis pelo lote e na falta destes, por outros membros da família que estavam a par do sistema de produção adotado e pela situação socioeconômica da família. Através deste questionário foram obtidas informações sobre a produção nas propriedades, ocupação e uso do solo, formas de organização, bem como sobre as condições socioeconômicas dos agricultores.

No entanto, boa parte da análise foi pautada nas observações e conversas informais com grande parte da totalidade das famílias e com técnicos envolvidos. A fonte básica de informações, portanto, foi o conjunto de entrevistas (formais e informais) e observações realizadas junto à população dos agricultores em questão.

As informações de campo foram coletadas durante todo o segundo semestre de 2004 com alguns retornos à campo em janeiro e fevereiro de 2005. O período de análise abrange desde a implantação das famílias no programa até o momento da primeira negociação para o pagamento da primeira parcela do montante financiado, ou seja, de janeiro de 2000 até abril de 2005. As entrevistas foram realizadas mediante um roteiro pré-estabelecido com questões abertas e fechadas. Ao mesmo tempo, foram anotados observações e comentários de entrevistas não previstas, porém utilizadas neste estudo.

É imprescindível uma abordagem qualitativa no estudo de caso proposto e dentre as várias metodologias de pesquisa qualitativa estruturadas em entrevistas, QUEIROZ (1988) aponta a história de vida e o relato oral como ferramenta valiosa, principalmente por se posicionarem justamente no ponto ao qual se cruzam vida individual e contexto social. A autora faz uma distinção entre *depoimentos* e *histórias de vida*. São diferentes as formas de comunicação e que servem, neste caso, para demonstrar como a pesquisa de campo pode ser conduzida.

A opção pelo estudo de caso deve-se ao fato de o mesmo possibilitar a observação de particularidades locais que influenciam as permanências e as mudanças nas práticas sociais e econômicas, assim como o modo de vida dos agricultores. Esta forma investigativa possibilita obter um recorte de uma determinada realidade econômica, podendo assim perceber detalhes individuais, ou seja, “é como retirar determinadas unidades, e seus produtores, do macro agregado censitário, colocando-as sob um microscópio, de maneira a observar detalhes” (FLEISCHFRESSER, 1988:93).

Estudos de caso, não são, necessariamente, considerados algo exclusivamente empírico, mas como um procedimento de pesquisa social que procura relacionar a teoria com os fatos. WALTON (1997) mostra que muitas das várias generalizações conceituais da Sociologia foram desenvolvidas a partir dos métodos de estudos de caso e que estes estão envolvidos em teorias. São casos porque representam processos casuais operando em um micro-cosmo. Basicamente, a lógica dos estudos de caso é demonstrar como as forças sociais gerais tomam forma e produzem resultados em cenários específicos.

Para uma melhor ordenação e exposição das idéias, o trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro, procura-se realizar uma abordagem sobre os processos de modernização da agricultura e sobre o conceito de agricultura familiar. A intenção, ao contextualizar o processo de modernização da agricultura e seus condicionantes econômicos, é de dimensionar a discussão sobre agricultura familiar neste contexto. A discussão sobre agricultura familiar esbarra na necessidade de abordar questões sobre as estratégias de sobrevivência, conhecimento tradicional e projetos de vida, pois, no intuito de alcançar os objetivos de reprodução da família em todos os seus aspectos, muitos agricultores utilizaram-se das mais variadas estratégias para se reproduzirem socialmente e assegurar a sobrevivência imediata da família.

O segundo capítulo faz uma abordagem sobre o Programa Banco da Terra e sua inserção no bojo da nova organização das políticas agrárias, além das críticas e estudos sobre programas de crédito fundiário.

No terceiro capítulo pretende-se avaliar as adaptações produtivas dos agricultores face à várias vertentes que “pressionam os agricultores”, principalmente no

âmbito econômico. Através da pesquisa empírica, verificamos as trajetórias e estratégias produtivas que permitiram objetivar as experiências dos atores locais e seus sistemas relações produtivas e suas formas de reprodução.

CAPÍTULO 1

RUMOS E DEBATES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Este capítulo aborda algumas questões sobre o processo de modernização da agricultura e suas implicações e desdobramentos. Será discutido, também, aspectos sobre a agricultura familiar e as considerações sobre estratégias de reprodução, conhecimento tradicional e projetos de vida.

1.1 Abordagens sobre o processo de modernização da agricultura

O processo de modernização do setor rural adquiriu papel relevante ao final da Segunda Guerra Mundial, período em que se verificou um intenso “desenvolvimento” tecnológico e um crescimento acelerado da população urbana, levando à necessidade de aumentos significativos na produção de alimentos.

No Brasil, a modernização do setor rural teve início nos anos de 1950 e teve um aceleração a partir de 1965. Durante a década de 1960 e 1970, fez-se sob uma clara conciliação de interesses entre o setor agrário (grandes e médios produtores) e o industrial nacional e internacional. Apesar de restrita a algumas regiões do país, esse pacto modernizante garantiu uma intensa, modernização na estrutura produtiva e social no campo, com uma aproximação sistêmica da agricultura com a indústria, viabilizando, a um só tempo, a internalização do setor produtor de máquinas e equipamentos e a consolidação de indústrias de processamento.

De um lado, a modernização não atinge todas as fases do ciclo produtivo, permanecendo manual a colheita de muitos produtos típicos e requerendo, portanto,

uma mão-de-obra sazonal. Por outro lado, a modernização restringe-se a alguns produtos e a um segmento restrito de agricultores (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

A dinâmica rural foi condicionada, em linhas gerais, por políticas seletivas de indução à modernização e que se prolongou durante a década de 1980. O Estado transformou e redefiniu as relações sociais de produção no meio rural brasileiro, garantindo a emergência de segmentos modernos atrelados à indústria e delimitando, por exclusão, segmentos marginalizados.

Em um panorama geral, um primeiro aspecto que chama atenção diz respeito no ambiente ao qual o setor agrícola foi exposto na década de 1990. O “desmanche” dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do volume e encarecimento do crédito agropecuário) impactou decisivamente nas condições de atuação do setor agrícola, uma vez que deprimiram sua rentabilidade e aumentaram sua instabilidade (GRAZIANO DA SILVA, 1997b).

O aceleração da tecnificação do campo e o uso intenso de insumos de base industrial no meio rural fora denominado “revolução verde”, consistia em um modelo voltado para a obtenção de mais de uma colheita por ano via utilização de variedades mais eficientes de sementes, grande quantidade de fertilizantes químicos, biocidas, maquinaria agrícola e irrigação. A chamada revolução verde foi pautada “basicamente em princípios de aumento de produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de sementes geneticamente modificadas, da irrigação e da mecanização” afirma ALMEIDA (1998). Os objetivos da introdução destas modificações no sistema produtivo agrícola eram com base na adoção do “pacote tecnológico”. A retórica do discurso ideológico da “revolução verde” estava articulado na

afirmação de que, para não originar uma “catástrofe alimentar”, devido ao crescimento exorbitante da população mundial, seria preciso realizar em um curto prazo, o aumento considerável na produção de grãos (ALMEIDA, 1998:44).

“Nessa estratégia, a agricultura passou a ter um papel importante, não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial em termos de máquinas e posteriormente, de outros insumos agrícolas. Ganham destaque aquelas culturas consideradas ‘dinâmicas’, ou seja, destinadas à exportação e/ou agroindústria e capazes de gerar uma demanda por maquinaria e insumos agrícolas” (MARTINE e GARCIA, 1987).

Em meados da década de 1980, o meio rural havia se modificado substancialmente, sendo composto basicamente por grandes propriedades vinculadas ao setor agroindustrial e voltadas para a pecuária altamente extensiva. Toda essa transformação ocorrida na agropecuária brasileira, assim como no cenário mundial, promoveu o aumento efetivo na produção de alimentos como, por exemplo, a produção de cereais, cujo crescimento foi em média 2,7% ao ano, passando de 700 milhões para 1,8 bilhão de toneladas entre 1950 e 1985, aumentando a disponibilidade de alimentos por habitante em 40% (EHLERS, 1999).

O paradigma de desenvolvimento agrícola denominado “modernização conservadora” beneficiou o segmento patronal de produção e promoveu o desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil, entretanto, contribuiu em muito para o agravamento da crise agrária¹ com a qual nos defrontamos atualmente.

¹ RANGEL (1962) enfatizava o desmonte dos complexos rurais gerariam crises de superprodução e de superpopulação. A crise de uma população urbana excessiva persiste de forma intensa e agravou-se no

O crescimento das desigualdades sociais, desequilíbrios ambientais e ineficiência energética e econômica impostas pelos processos de industrialização ocorridos ao longo de todo o século XX, determinaram o reconhecimento a cerca da insustentabilidade do atual padrão de desenvolvimento. O “caráter socialmente excludente” dessas mudanças contribuíram para a intensificação da concentração fundiária, o que, por sua vez, provocou um aumento do êxodo rural (ALENTEJANO, 1997).

O processo de modernização no Brasil solidificou-se dentro de um contexto contraditório, onde os pequenos produtores utilizam a terra basicamente com vista à sua sobrevivência. O setor moderno respondia pela maior parte da produção agrícola, as grandes indústrias pelo processamento, e os pequenos produtores encontraram dificuldades técnicas, sociais e políticas para se integrarem a estes processos. Neste sentido, as alternativas de modernização da agricultura brasileira estão relacionadas às forças de mercado, favorecendo a utilização de tecnologias mecânicas, bioquímicas ou organizacionais, tendendo a criar um setor agrícola que gera pouca rentabilidade na pequena propriedade e a redução de trabalho no campo (ALVES, 1989). Em outras palavras, o modelo modernizante provocou uma redução no uso da força de trabalho e na renda por unidade de área, ou seja, o aumento da rentabilidade ficou vinculado à produção em larga escala, desprezando os processos produtivos na pequena unidade produtiva.

No estado do Paraná, principalmente região norte do estado, houve um atuante e intenso processo de modernização. Os grandes produtores rurais,

decorrer dos anos. A solução proposta, seria o de recompor o que ele chama de economia natural em pequena escala para garantir a segurança alimentar dessa população, instalando-os em pequenos lotes familiares.

aproveitando dos estímulos do crédito rural e das condições impostas pelas novas culturas que se apresentavam no mercado, buscavam uma maior rentabilidade realizando uma rápida transformação na produção predominante na região - como foi o caso da troca da cultura do café pelas de soja, trigo e o algodão (CHIAROTTI DE ALMEIDA, 1997).

Durante toda a década de 1970 essa região sofreu mudanças estruturais provocadas, principalmente, pela indústria nacional que passava por grande diversificação e ampliação - promovendo o surgimento de novas tecnologias para o meio rural (tratores fertilizantes, etc), assim como a crise no setor cafeeiro, intensificada pelas geadas, além do mercado desfavorável e da “descapitalização” dos produtores locais. CHIAROTTI DE ALMEIDA (1997) conclui que:

“Essas mudanças provocaram a reorganização tanto do processo produtivo quanto das relações de trabalho, até então vigentes no seio da agricultura do Norte do Paraná. A busca de maiores lucros via aumento de produtividade, através da utilização de tecnologia sofisticada e da mecanização intensiva, implicou a substituição do antigo colono do café pela mão-de-obra assalariada, bóias-frias, novos tipos de parceiros e arrendatários. Conseqüentemente, um grande contingente de trabalhadores rurais, substituído pelas máquinas, buscou as cidades, provocando um crescimento dos centros urbanos” (CHIAROTTI DE ALMEIDA, 1997:194).

O logro deixado pela “modernização conservadora” não se reduz à crise agrária, a combinação das tecnologias química, mecânica e biológicas deixaram uma herança de deterioração intensa dos recursos naturais, criando um sistema de produção insustentável do ponto de vista ecológico. A modernização do sistema

produtivo agrícola ao mesmo tempo em que propiciou um aumento na produção agrícola, acarretou vários problemas ao meio ambiente, provocando a perda de fertilidade dos solos, a erosão, a salinização, a destruição das florestas, a degradação do patrimônio ecológico e da biodiversidade, além da contaminação do solo, da água, dos animais silvestres, do próprio homem do campo e dos alimentos produzidos (EHLERS, 1999).

“O grande problema provocado pelo uso desenfreado de inseticidas que aniquilam a fauna existente, fauna que tem uma forte ação na formação do próprio solo; pelo uso de agrotóxicos que provocam não só transformações prejudiciais nos solos como, também, ao serem levados aos rios pelas água pluviais, contaminam e destroem a fauna fluvial e lacustre” (ANDRADE, 1994: 43).

Desse modo, é necessário compreender que as transformações não se restringem às modificação das relações do homem com a natureza ou dos diversos e variados problemas de degradação ambiental. Além do aumento no consumo de insumos de base industrial, ocorrem outras importantes modificações, entre elas as mudanças nas relações de trabalho no campo, principalmente com o aumento da mão-de-obra assalariada, da expropriação dos pequenos produtores, isso sem falar na perda de identidade por parte dos agricultores e da riqueza de conhecimentos que estes possuem. Somente a partir da década de 1980 que a tese de que o crescimento econômico e o progresso técnico-científico pudessem proporcionar a melhoria da qualidade de vida das populações rurais de uma forma homogênea, começa a se dissipar. Se por um lado, a chamada “revolução verde” proporcionou o aumento na

produção total da agricultura, agora “já não é possível seguir a lógica da elevação dos rendimentos e produtividade, conseguidos graças a uma intensificação do fenômeno do apropriação na agricultura” (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990).

A questão agrária ganhou uma nova configuração com a modernização da produção agropecuária. Dessa maneira, ocorreram significativas transformações sociais e ambientais no quadro agropecuário brasileiro. A expansão da produção agrícola em grande escala desencadeou uma série de problemas ambientais, como a devastação de ecossistemas e variadas formas de poluição, desde a contaminação dos lençóis freáticos à poluição do solo. O quadro sócio-econômico também sofreu sérias transformações, entre as quais a redução na ocupação de força de trabalho e o despovoamento do meio rural (BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Após todo este processo de modernização da agricultura, verificou-se uma profunda transformação não só nas relações técnicas de produção, mas também nas relações sociais. As relações de trabalho se modificaram, aumentando cada vez mais o uso da mão-de-obra assalariada. A organização da produção em moldes empresariais foi tomando conta em algumas regiões e os pequenos produtores, proprietários, posseiros ou parceiros, foram sendo expropriados (GRAZIANO NETO, 1985).

A modernização agrícola significou a intensificação dos processos de produção e, conseqüentemente, proporcionou o adensamento da utilização de insumos químicos e da mecanização agrícola. Em suma, um dos pontos cruciais do debate sobre modernização das formas de produção agropecuária consiste no incremento da produtividade com base numa utilização cada vez maior de insumos de origem industrial e de grandes áreas. Tais fatores concretizaram-se, principalmente, através dos mecanismos de pesquisa e extensão rural governamentais, bem como por meio de

um sistema oficial de crédito rural. Estas políticas públicas tiveram como principais diretrizes a realização do desenvolvimento no campo, porém, foram pautadas por uma lógica produtivista, sustentada na tecnificação (CARNEIRO, 1997).

As políticas agrícolas priorizaram o latifúndio em detrimento do minifúndio, caracterizado como inviável do ponto de vista econômico e incapaz de realizar uma produção satisfatória para o mercado interno e sem condições de atender o mercado externo. Com essa lógica, este processo agravou as desigualdades sociais e regionais. A modernização foi altamente concentrada em algumas regiões do país, para poucos agricultores e em produtos específicos, sobretudo em função do caráter do empréstimo bancário, no qual as exigências burocráticas fixavam como segurança à titulação da terra e davam preferência às operações de maior volume e menores custos administrativos (MARTINE e GARCIA, 1987).

Foram vários os problemas enfrentados pela agricultura familiar nas últimas décadas, como resultado do modelo da revolução verde, entre eles a crescente dependência tecnológica, além das perdas ambientais que acabaram onerando o produtor. Porém a crise do modelo produtivista, o desemprego e os problemas ambientais remeteram ao debate sobre questões diversas, tais como as relacionadas aos padrões de consumo, à economia, ao meio ambiente e especificamente às formas de produção agrícola. No Brasil, a agricultura familiar compõe o maior segmento em número de estabelecimentos agrícolas e tem significativa importância econômica em diversas cadeias produtivas. Apesar disso, este segmento ainda não tem sido incluído de forma definitiva nas políticas de apoio ao desenvolvimento rural brasileiro.

Neste sentido torna-se fundamental compreender a agricultura familiar, seus conceitos e perspectivas, pois segundo ABRAMOVAY (1992) a maior parte da

produção agrícola mundial provém de estabelecimentos familiares. No Brasil, trabalhos como os de WILKINSON (1996) e da FAO/INCRA (1994) têm demonstrado o potencial da agricultura familiar na superação da crise ambiental, além de ajudar a resolver problemas como o desemprego e de segurança alimentar.

1.2 O conceito de agricultura familiar

É importante ressaltar que, na noção de agricultura familiar, o caráter *familiar* não é uma simples descrição, pois a “família” é preservada como unidade de produção, à medida que utiliza o trabalho dos membros da família proprietária. Desse modo, fato de associar família-produção-trabalho têm conseqüências fundamentais para a sua ação no âmbito econômico e social. Procurando entender a relação de subordinação dos pequenos produtores rurais em razão de seu envolvimento com o capital, tornou-se necessário discutir as diversas direções que tomaram esse debate teórico.

Maria de Nazareth Baudel Wanderley em 1981 faz uma revisão das principais abordagens teóricas, até então, que discutia o conceito de camponês e o papel da agricultura familiar. Apoiando nesta retórica, apresentaremos a discussão histórica sobre agricultura familiar, com destaque para as abordagens de MARX (1974), LÊNIN (1974) e KAUTSKY (1980).

MARX (1964) considera a agricultura como parte integrante do modo de produção capitalista, através da subordinação dos pequenos produtores aos mecanismos de transformações, portanto, fadada ao desaparecimento da unidade familiar. MARX frisa que o conceito de subordinação supõe a destruição das formas pré-capitalistas, ou seja, a transformação da agricultura em campo de operação do

capital. Quando o modo de produção capitalista apodera-se da agricultura, a força de trabalho é mobilizada pelo capital, a atividade agrícola industrializa-se (via mecanização e utilização de insumos externos) e a terra torna-se equivalente à mercadoria (WANDERLEY, 1981: 36).

Já LÊNIN (1974), afirmou que o crescente desenvolvimento capitalista, realizado por meio da separação entre proletariado e burguesia, constituiu a característica básica da sociedade agrária. De acordo com essa concepção, o campesinato seria fatalmente extinto por essa dinâmica da “diferenciação” entre proprietários e trabalhadores. Ele esforça-se em apresentar elementos que mostrem o caráter ilusório do crescimento das pequenas propriedades, o qual, longe de significar o fortalecimento do campesinato, demonstrava uma massa de indivíduos muito pobres que, embora possuindo um lote de terra, era obrigado a assalariar-se para viver. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo para Lênin, estava associado à ampliação do trabalho assalariado. Entende-se dessa maneira, que a expansão do capitalismo, na agricultura, produz uma crescente *diferenciação* do campesinado, e isso levaria à sua desintegração. Desse modo, Lênin ao afirmar o processo de *diferenciação social*, ele confirmava a diversidade do mundo rural. (ABRAMOVAY, 1992:42).

Essa perspectiva pode também ser observada nos estudos de KAUTSKY (1980), cuja idéia é demonstrar a superioridade da exploração capitalista sobre a propriedade familiar, considerando inevitável o movimento de expropriação camponesa promovida pelo capitalismo.

“O modo de produção moderna chega – sob duas formas, de certo, a do trabalho industrial assalariado do pequeno camponês e

da indústria agrícola do grande lavrador – ao fim do processo dialético, ao seu ponto de partida: a supressão do divórcio entre a indústria e a agricultura. Mas se na exploração camponesa primitiva a agricultura era, do ponto de vista econômico, o elemento decisivo e dirigente, essa relação agora se subverte. A grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências” (KAUTSKY, 1980: 323).

Dessa maneira, Kautsky afirma que o capital apodera-se da agricultura, mostrando suas diversas formas de dominação e a conseqüente incorporação do camponês como produtor direto de seus meios de produção.

Com uma posição oposta a essas perspectivas, CHAYANOV (1981) procura demonstrar a inaplicabilidade dessas categorias a todos os fenômenos da vida econômica. Chayanov adota uma análise que se à dinâmica interna da unidade familiar, afirmando que esta possui uma especificidade em relação às outras formas de organização, com uma concepção bem singular para as atividades econômicas que desempenha, não estabelecendo os vínculos com o sistema econômico capitalista. Em toda sua análise, ele procura demonstrar que:

“a quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano” (CHAYANOV, 1981: 138).

Para Chayanov, o balanço entre a produção e o consumo é a condição fundamental para a reprodução camponesa, ou seja, o limite da produção da unidade doméstica é determinado pela relação entre a intensidade de trabalho e suas necessidades. Do ajustamento e do grau de auto-exploração entre produtores e consumidores resultam as estratégias que viabilizam as condições de reprodução da unidade familiar.

O conceito de auto-exploração de Chayanov que já foi discutido por vários autores no Brasil, a exemplo de WANDERLEY (1981), supõe que o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho, isto é, a intensificação do trabalho da unidade familiar é determinada pelo tamanho, pela composição e pela quantidade de área agrícola. Seus ganhos, portanto, são proporcionais ao desgaste do trabalho necessário à satisfação das suas necessidades de reprodução.

Para se depreender dessas análises, portanto, que enquanto alguns autores enfocam a produção familiar sob a perspectiva marxista, enfatizando a total subordinação dessa categoria às forças do capital, o que resultaria inevitavelmente no seu assalariamento progressivo, outros teóricos reconhecem e analisam a coexistência dessa forma de produção com a capitalista. Esses debates situam-se entre duas alternativas teóricas: de um lado, concebe-se que o avanço do modo de produção capitalista destruiria a agricultura familiar e, de outro, a pequena produção persistiria no próprio movimento do sistema de acumulação capitalista, adaptando-se e modificando os processos de subordinação.

Uma importante contribuição para esse debate foi realizada por TAVARES DOS SANTOS (1978) em seu estudo sobre o processo de trabalho camponês e sua

subordinação formal² ao capital, cujo conceito foi pautado na teoria marxista de subsunção formal e real, a qual constam no livro *O Capital*, de Marx. Ao discutir o trabalho camponês, afirmava que tal processo não é destruído pelo capital, pois continua sendo exercido do mesmo modo, ou seja, esses trabalhadores continuam com a propriedade da terra e com os outros meios de produção, bem como o controle de sua força de trabalho.

Numa outra abordagem, WANDERLEY (1981) afirmava que o espaço ocupado pelo campesinato, sob a dominação do modo de produção capitalista, deveria ser visto como o resultado da eliminação de uma forma particular de produção camponesa e a reprodução de um *trabalhador para o capital*. A autora justificava sua hipótese afirmando que, apesar de expropriado, este trabalhador não se proletarizava necessariamente, pois o capital, mesmo com capacidade para estabelecer o controle direto sobre o processo de produção, não conseguiria deter o controle jurídico e formal que permanecia com o produtor. Nesses termos “o conceito de camponês pré-capitalista ou não-capitalista se tornava inadequado para apreender a nova realidade social” (WANDERLEY, 1981: 29).

Portanto, na discussão sobre a inserção das formas de produção não propriamente capitalistas e/ou capitalistas, a pequena produção desempenha um papel que o próprio capitalismo permite, garantindo não só a sua subsistência, mas também a

² O conceito de subordinação formal e real utilizado pelo autor foi extraído dos conceitos marxistas de subsunção formal e real. A *subsunção formal* corresponde a subordinação, pelo capital, de um processo de trabalho pré-existente ao processo capitalista, através do prolongamento do tempo de trabalho, isto é, sob a forma de extração de mais-valia absoluta. Porém, nesta etapa da produção capitalista ainda não se verifica uma transformação plena do processo de produção. No entanto, a forma de subsunção real encerra uma plena transformação do processo de trabalho e suas condições reais. Esta última situação ocorre quando há extração de mais-valia relativa, ou seja, o modo de produção capitalista transforma o próprio processo de trabalho.

sua reprodução num processo de integração com as relações de produção capitalistas (WANDERLEY, 1981).

Não há consenso entre os analistas sobre as conceituações e características sobre esta categoria de produtores (pequenos produtores, produtores de subsistência ou camponeses). Todavia, apesar de apontarem para conceituações pouco coincidentes, parece existir, em boa parte das discussões, um acordo sobre o caráter familiar da produção, pois alguns elementos de generalidade permitem identificar atributos comuns à agricultura familiar, isto é, a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestação de valores e tradições baseados no patrimônio sócio-cultural da família.

O debate sobre agricultura familiar é complexo e polêmico, um campo de discussões e análises que manifestam ambigüidades, heterogeneidades e especificidades. No entanto, são esses aspectos que, somados à presença dessa categoria de produtores na agricultura brasileira, tornam esse debate essencial para o entendimento das relações sociais no campo (TEDESCO, 1999).

O caráter familiar não é um mero detalhe descritivo, pois o fato de associar família, trabalho e produção tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Desse modo, utilizamos neste estudo uma abordagem sobre a noção de Agricultura Familiar pautada na concepção de WANDERLEY (1999). Na concepção desta autora, essencialmente a partir de meados dos anos de 1990, afirma que: “Esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (WANDERLEY, 1999: 23).

Reconhece-se que a particularidade do campesinato reside no caráter familiar de sua produção, por sua relativa autonomia e por ter o grupo doméstico como unidade de produção e consumo. Essa relativa independência dos camponeses é compreendida como um recurso, uma certa capacidade que se origina do controle exercido pela família sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho.

Ao refletir-se sobre a questão da autonomia do campesinato, podemos classificá-la como demográfica, social e econômica e a autora considera que esta expressa-se pela capacidade que a família (ou o grupo doméstico) tem em prover a subsistência e necessidades de seus membros, assim como a sua reprodução pelas gerações subseqüentes. Sendo assim, resultam desses objetivos suas características fundamentais, quais sejam: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar (WANDERLEY, 1999).

Seu sistema de produção, a adequação dos seus recursos aplicados no trabalho familiar, a utilização do tempo, consumo, a quantidade e a qualidade de trabalho nos estabelecimentos agrícolas, todos estão intrinsecamente ligados ao caráter familiar que, por suas especificidades, desenvolve condições técnicas de produção, como forma de assegurar sua reprodução.

“O estabelecimento familiar camponês constitui uma organização social bem adaptada as condições técnicas da produção agrícola. O sistema de policultura-pecuária, que representa a forma não apenas característica, mas também a mais elaborada, a mais produtiva da economia agrícola após a revolução forrageira do século XVIII e que continuou a se desenvolver e a se aperfeiçoar até uma época muito recente, supõe, para atingir sua plena

eficácia, ser implantado nos quadros da unidade familiar de produção” (JOLLIVET apud WANDERLEY, 1999: 27).

A associação entre a família, trabalho e produção, reflete-se na alocação dos investimentos materiais e de trabalho despendidos que possam garantir, de alguma forma a constituição do patrimônio. Portanto, com o objetivo de assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes, suas estratégias orientam-se através das diversas atividades exercidas pelo grupo doméstico, determinando assim, a intensidade do trabalho, a alocação de seus membros interna e externamente ao estabelecimento, as atividades complementares, associações formais e informais, entre outros (WANDERLEY, 1999).

Se por um lado a terra para os pequenos produtores apresenta-se como um espaço de relações e um elemento mediador de poder e de riqueza, por outro lado ela significa um território familiar, “um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores” (WANDERLEY, 1999: 44).

LAMARCHE (1998) ao analisar o funcionamento das unidades de produção no meio rural ressalta, por um lado, que se deve levar em conta a lógica familiar em sua sociabilidade, no seu cotidiano. Por outro lado, deve-se compreender o grau de dependência do estabelecimento em que o agricultor se desenvolve. Sendo assim, sua existência depende dos meios de que dispõe para gerir as exigências em relação ao apego a seus valores tradicionais, ao projeto que ele tem para si próprio e para sua família, além das limitações ligadas ao seu meio natural, às condições econômicas, sociais e políticas.

Quanto ao grau de dependência do estabelecimento, este pode tanto ser determinado pelo nível de autonomia ou pela dependência da organização da produção em relação aos aspectos tecnológicos, financeiros e de mercado ou por ambas. Todavia, a capacidade de adaptação diante dos acontecimentos imprevisíveis e suscetíveis de comprometer seu desenvolvimento determina a sua dependência a esses fatores. Em suma, para uma análise do modo de funcionamento nas pequenas unidades de produção agrícolas, torna-se necessário considerar as especificidades do local e da área, uma vez que as unidades podem desenvolver estratégias diferentes, de acordo com as particularidades do ambiente econômico, social e cultural, nos quais se inserem (LAMARCHE, 1998).

O reconhecimento da heterogeneidade produtiva na agricultura familiar reforça a importância de pesquisas localizadas sobre as formas de produção e reprodução dos agricultores familiares na construção social dos processos produtivos e no estabelecimento de relações sociais. A agricultura familiar reflete uma dinâmica composta por novos processos sociais que vão além do mundo rural, fornecendo elementos de diversidade que permitem absorver novas formas de conflitos e de sociabilidade que passam pela maneira de produzir até o mundo da cultura, ou seja o mundo camponês não possui formas definidas porém tem maneiras particulares de organização (WOLF, 1976).

Agricultura Familiar é uma categoria de análise relativamente recente nos estudos sociológicos rurais no Brasil, e foi a partir da crise do “modelo produtivista” nos principais países capitalistas e na precariedade das soluções dos sistemas coletivistas do antigo bloco socialista, além da recessão nos países subdesenvolvidos. Este conceito apresenta-se como um conjunto de aspectos diante das diferentes realidades

e contextos sociais, econômicos e políticos em que se encontra inserida (LAMARCHE,1998).

Sendo assim, os estudos sobre a agricultura familiar, nos mais diversos contextos sociais, culturais e acima de tudo econômico, identificam certas especificidades na medida em que o agricultor produz no intuito de suprir as necessidades da família, de construir e manter um patrimônio familiar e não com interesse (somente) de acumular capital, ou seja, “uma racionalidade distinta da racionalidade capitalista” (BRANDENBURG, 1999). Nesse sentido, a agricultura familiar, no seu modo peculiar de vida, propicia, além de tudo, uma relação com a natureza, com a comunidade local e com o meio urbano.

1.3 Estratégias de reprodução, conhecimento tradicional e projeto de vida

Considerando a discussão sobre o “pacote tecnológico” da *revolução verde*, o avanço do capitalismo no meio rural provocou mudanças estruturais, tanto na grande propriedade quanto na pequena, ou seja, alterou tanto a produção de subsistência como a simples comercialização do excedente para o âmbito das relações mercantis. No entanto, essas situações podem coexistir sem se configurarem como excludentes ou como situações de rupturas e de crise social e cultural.

“Em toda conjuntura de crise podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundas de período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os segundos são formações

novas, geradas no seio do grupo ou nele incorporadas por difusão, para reajuste do seu funcionamento” (CÂNDIDO, 2001).

Existe uma heterogeneidade no meio rural brasileiro, principalmente com relação à organização do trabalho familiar, bem como nas interações que se estabelecem em uma comunidade rural, além da concepção da terra enquanto fonte de trabalho e vida. Além disso, no desenvolvimento da atividade agrícola, os agricultores se identificam de acordo com movimento e as regularidades da natureza na organização do trabalho, principalmente no que condiz os sentimentos de apego à terra, e na idéia de liberdade e certa independência. É na família, como unidade social que constitui a base de sustentação desses agricultores. A organização familiar é o âmbito de realização da sua reprodução e é responsável pela elaboração de uma estratégia de sobrevivência imediata e de um projeto para o futuro. Dessa maneira:

“Dizer que uma unidade de produção opera sob a lógica familiar não significa dizer que não esteja sob imperativos da racionalidade econômica mas, sim, que pode racionalizar a produção para mais, como uma empresa capitalista, ou para menos, como uma unidade de produção de subsistência” (BRANDENBURG, 1999: 85).

IANNI (1986) salienta que a estratégia dos agricultores para manter-se na terra é contínua e é ao mesmo tempo uma luta pela preservação e manutenção de um modo de vida e trabalho, e que todo o conjunto de valores culturais se atribui “como componentes de um modo de ser e viver”.

“Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa, também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, lugar” (IANNI, 1986: 182).

No intuito de alcançar os objetivos de reprodução da família em todos os seus aspectos, muitos agricultores utilizaram-se das mais variadas estratégias para se reproduzirem socialmente e assegurarem a sobrevivência imediata da família, assim como o patrimônio para as gerações seguintes, e de acordo com WANDERLEY (1999):

“o projeto para o futuro, pelo qual as gerações atuais se comprometem com as gerações que as sucedem, pôde ser assegurado, graças às possibilidades de mobilidade espacial abertas pela prática da agricultura itinerante e, sobretudo, pelo sistema de posse precária da terra. De uma certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida” (WANDERLEY, 1999: 40).

A busca por um projeto de vida faz com que o agricultor elabore estratégias visando o estabelecimento de uma relação mais íntima com a terra, diferente da lógica da modernização, que busca somente o aumento lucro na produção, mesmo que para isso, tenham que reestruturar certas atividades e incorporar valores externos, mesmo que de forma adaptada, na tentativa de resistir à degradação do seu modo de vida. Nesse sentido, o termo “modo de vida” é entendido como sendo:

“a expressão de um ‘ser cultural’ e das condições de vida material. O modo de viver é determinado pelas condições culturais e materiais, e ao mesmo tempo determinante na definição do espaço em que se vive: a casa, o alimento, a informação que se busca, os meios de proteção, enfim os bens materiais. Assim como as condições materiais e culturais estão inter-relacionadas, modo de vida e condições de vida é então a expressão cultural das condições materiais e culturais de existência (BRANDENBURG, 1999).

A construção de um projeto de vida na agricultura surge no emaranhado de crises e transformações do mundo rural, e como readaptações de sua cultura pelo processo de modernização. Na contínua construção de seu modo de vida, os agricultores familiares se reafirmam enquanto sujeito e elaboram estratégias e perspectivas com a finalidade de criar e garantir condições de sobrevivência (BRANDENBURG, 1999).

Brandenburg aponta que a compreensão da formação do indivíduo enquanto sujeito ocorre através da sua própria ação, ou seja, na sua construção, o sujeito, neste caso o agricultor familiar, atua modificando tanto o “meio material, como o social e o cultural”, principalmente ao se deparar com os conflitos ou situações problemáticas que lhes são apresentados. Esta discussão pauta-se, essencialmente na idéia de que a modernização do meio rural impôs modificações na estrutura da agricultura familiar. É importante frisar que o fato de ter ocorrido alterações no âmbito social, econômico e cultural, o agricultor familiar não foi extenuado e muito menos exaurido das relações no campo, isto é, ele ainda continua sendo peça fundamental na compreensão dessa realidade rural. O agricultor familiar, enquanto sujeito, é o ponto de

resistência a qualquer análise totalizante de sua própria realidade. Portanto, o agricultor familiar:

“não atua para negar o progresso técnico, mas para dar sentido à sua identidade dentro de um sistema presidido pela razão instrumental. Ele não é exclusivamente, nem razão e nem cultura, mas razão e cultura, racionalização e subjetivação” (TOURAINÉ *apud* BRANDENBURG, 1999).

De acordo com SABOURIN (2001), a produção e a adaptação de novos conhecimentos pelos agricultores constituem um fenômeno que se forma na prática, “essencialmente no nível do indivíduo” e toda tomada de decisão, tanto na aplicação ou absorção de uma de uma tecnologia tem a ver, essencialmente, com o nível de ação do indivíduo. Isso, segundo o autor, explica o “impacto limitado das formas de difusão maciça” do conhecimento científico.

Torna-se importante esclarecer que a discussão proposta neste texto, não pretende aderir à conceitos estereotipados e homogêneos sobre o agricultor familiar; muito menos considerá-lo como um sistema com lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução, fechado e isolado. De acordo com QUEIRÓZ (1978), acredita-se que o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como a parte de um conjunto social mais amplo, a sociedade global, do qual faz parte juntamente com a cidade, mas que mantém seus elementos de identidade. Este último pode variar segundo as diversidades regionais determinados pelas diferentes desenvolvimentos históricos sofridos pelas comunidades rurais no Brasil, como já foi enfatizado em vários estudos sobre o meio rural no Brasil, tais como

CÂNDIDO (2001), WANDERLEY (1999), QUEIROZ (1973), entre outros. Os elementos de identidade estão presentes nas formas de organização da família, nos mecanismos de subsistência e de organização do trabalho, nas formas de interação social, além da relação com o meio ambiente.

Um ponto importante nesta discussão são as estratégias de produção e reprodução do modo de vida e a manutenção da propriedade. As estratégias adotadas ou construídas pelos agricultores familiares estão, muitas vezes, relacionadas ao tamanho das áreas agrícolas, a organização do trabalho familiar e ao conhecimento técnico do agricultor.

Quanto às estratégias, estas podem estabelecer maneiras de minimizar os problemas e inserir a unidade familiar numa forma integrada de produção, percebida como sobrevivência e reprodução, que transcende, em muitos aspectos, a espacialização do lucro e da capitalização. Entre a autonomia e as obrigações, e entre a seletividade provocada pela lógica produtivista dominante há uma outra adaptativa que luta por seu espaço (TEDESCO, 1999).

GARCIA JR (1990) relata que, tanto as estratégias dos agricultores familiares no processo de produção quanto às de comercialização, são a combinatória entre as suas vontades subjetivas e as regras sociais, ou seja, os agricultores familiares “calculam” e decidem a partir dos elementos dados pelo universo social que têm a sua disposição, pela interpretação que fazem deste universo e pelos interesses próprios despertados. Não é um cálculo totalmente racional, mas também não é produto da inconsciência. Desse modo, tanto as especificidades do ambiente como as de seus interesses na manutenção e reprodução familiar são contempladas em suas estratégias, porém, estas não são generalizantes, elas são calculadas a partir dos

elementos que cada família tem a sua disposição naquele determinado momento (GARCIA JR, 1990).

A reprodução, neste sentido, é considerada como um processo dinâmico de manutenção de um grupo social, sendo que esta permanência ocorre através de transformações e adaptações, considerando toda a sua diversidade e complexidade (RAYNAUT, 1994). Neste sentido, as estratégias familiares estão relacionadas ao conceito de reprodução, são respostas dadas por cada membro da família a fim de assegurar sua própria reprodução e a de sua família, bem como da unidade de produção. Isso ocorre no âmbito das variações da intensidade de trabalho, recrutamento ou êxodo dos membros da família, ampliação ou redução do consumo e diversificação ou intensificação da produção (LAMARCHE, 1994).

A difusão do uso das máquinas e da tecnologia na produção de insumos agropecuários não eliminou, pelo contrário, o saber próprio do agricultor familiar, “fruto de seu contato e observação diuturnos de sua terra e de sua cultura”. O agricultor não é um sujeito passivo diante das imposições técnicas e de novos métodos de cultivo. Wanderley observou em seus estudos que os saberes técnicos externos são por vezes cotejados e podem ser recusados ou, freqüentemente, reelaborados em função “dos interesses e possibilidades da família e das condições específicas do terreno cultivado” (WANDERLEY, 1981).

Existe uma ampla rediscussão sobre conhecimento tradicional no campo das ciências sociais e a partir de algumas abordagens teóricas, Wilkinson e Castelli extraem alguns elementos comuns na gama de definições sobre conhecimento tradicional:

“I) via de regra é construído socialmente, embora certos tipos de conhecimentos tradicionais possam ser de competência de indivíduos específicos ou subgrupos dentro de uma comunidade; II) tende a ser transmitido oralmente de geração a geração, não sendo, portanto, documentado; III) muitos aspectos tendem a ser de natureza tácita; IV) não é estático e evolui ao longo do tempo à medida que as comunidades respondem a novos desafios e necessidades; V) o que faz o conhecimento tradicional “tradicional”, não é a sua *antiguidade*, mas a *forma em que é adquirido e usado*” (CASTELLI e WILKINSON, 2002).

De acordo com alguns estudos, as práticas tradicionais estão assumindo novos significados, o que contribui para a permanência da população no campo.. A produção orgânica e de produtos diferenciados, bem como o beneficiamento artesanal de alguns produtos ilustram esses novos significados. Por outro lado, o espaço rural está passando por contínuas transformações e deixando de ser caracterizado exclusivamente pela agricultura. Este processo, incipiente no Brasil, se traduz pela ampliação das possibilidades de trabalho não agrícola, para a população rural, como atividades de lazer, turismo, artesanato, residência, preservação do meio ambiente, dentre outras (COUTO ROSA, 1999). A constante elaboração e adaptação das práticas locais e/ou tradicionais pode ser então interpretada, neste sentido, como forma de resistência aos impactos sociais, econômicos e ambientais provocados pela tendência de padronização da produção, o que demonstra a necessidade de observar os processos e estratégias de produção.

Embora, essa idéia de “recuperação do saber camponês” possa parecer uma estratégia de resistência à dominação do “saber técnico” por parte dos agricultores familiares, na verdade essa abordagem é o reconhecimento de que eles têm grande

capacidade de inovar nas práticas agrícolas e tornar seus sistemas produtivos mais eficientes e seguros. No entanto, muitas das inovações tecnológicas são introduzidas rigorosamente, porém, elas podem provocar uma reordenação em todo o sistema familiar, sem mudar a sua lógica produtiva (SILVA, 1999).

Em um outro debate, que será focalizado mais adiante, GUIVANT (1997) nos alerta para os limites de uma dicotomia rígida entre o conhecimento local e o científico, ou ainda, de uma identificação do conhecimento local com o conhecimento tradicional. A interatividade entre o conhecimento científico e o local produz, segundo a autora, conhecimentos “híbridos”, heterogêneos, interativos e dinâmicos.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS FUNDIÁRIAS E O BANCO DA TERRA

Nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1960, foram várias as transformações no meio rural brasileiro e isto pode ser observado tanto em textos acadêmicos como em documentos governamentais e não-governamentais. Após, meados dos anos de 1990, vêm surgindo novas orientações institucionais que trataram de estabelecer novas diretrizes para a agricultura, em especial para aquela agricultura associada aos pequenos estabelecimentos e ao trabalho familiar. É neste sentido que faremos o resgate dos processos de implantação de políticas fundiárias no Brasil, com relevância ao Programa Banco da Terra.

2.1 Políticas fundiárias a partir do Estatuto da Terra.

O surgimento do Estatuto da Terra (lei número 4504 de 30 de novembro de 1964) serviu fundamentalmente como instrumento de estímulo aos interesses que se consolidavam no âmbito do Estado e que favoreciam as classes e frações de classe proprietárias e dirigentes. Frente às novas configurações políticas e as relações econômicas, com destaque para o processo de modernização da agricultura, a defesa da reforma agrária foi sendo substituída por uma outra noção que passou a ser privilegiada no Estatuto da Terra, a de modernização.

A mudança de rumo sobre o debate da reforma agrária, não passa despercebida e ANDRADE (1980) aponta o surgimento de novos parâmetros relativos à questão agrária. Ainda que formulada em período de grande agitação social e política, a reforma agrária tornou-se uma das demandas, com maiores repercussões, junto a amplos setores da sociedade. Ao inclinar-se em outra direção e consistir na base da orientação calcada em aumentos de produtividade em detrimento do acesso e permanência na terra por parte dos trabalhadores rurais, o Estatuto da Terra explicitava sua verdadeira finalidade, isto é, antes de ser um instrumento destinado à realização da reforma agrária, consistia em um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados pelo processo de crescente expropriação e concentração da propriedade.

O Estatuto da Terra, desta forma, apresentava uma resposta às lutas dos trabalhadores rurais, mas se consubstanciava numa proposta conciliatória da burguesia industrial e a agrária para acelerar as transformações econômicas e produtivas no agro nacional. É preciso destacar que a conciliação não era facilmente obtida. Muitas associações patronais investiam contrariamente ao Estatuto por ele incorporar preceitos favoráveis à reforma agrária. Contudo, mesmo estes se viram impelidos em reconhecer que se colocava nas mãos do Estado um poderoso instrumento utilizado para a redução das tensões e conflitos em torno da terra, quer seja pela via da modernização, quer seja pela via da colonização dirigida (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

A política de colonização dirigida contemplada no Estatuto da Terra serviu como instrumento que dificultava a realização de qualquer iniciativa

vinculada à reforma agrária, na realidade a colonização dirigida substituiu a reforma agrária. Esta política transformou-se numa das principais iniciativas para desarticular a luta em favor de uma reforma agrária. Para IANNI(1979), a colonização dirigida transformou-se, mesmo, numa contra-reforma agrária, pois como se nota na legislação pertinente à colonização particular, tratou-se da organização e do desenvolvimento de uma forma de colonização cujos procedimentos mais destacados foram o da racionalidade econômica e os de segurança interna. Excluída da agenda nacional, a reforma agrária fora substituída pela colonização dirigida, estratégia que pretendia acalmar os conflitos agrários com o deslocamento geográfico das populações envolvidas e consolidar a aliança com o capital privado. Neste sentido, o estado de Mato Grosso, localizado na região Centro-Oeste, foi palco privilegiado do pacto firmado.

Em 1985, foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) pelo governo do Presidente José Sarney, previsto no Estatuto da Terra e com metas extremamente ambiciosas: assentamento de um milhão e 400 mil famílias, ao longo de cinco anos. No final de cinco anos, porém, foram assentadas cerca de 90.000, apenas.

O PNRA visava dar efetiva aplicação aos dispositivos do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), no que diz respeito à melhor distribuição da terra, fixando metas e prazos e buscando dar viabilidade prática ao processo de reforma agrária, além de indicar como programas complementares ao processo de reforma agrária a regularização fundiária, a colonização e a tributação da terra. O governo se encarregou de assinar e publicar o Decreto 91.766, no final do ano de 1985,

aprovando o Plano já bem descaracterizado em relação à sua versão original, a ponto do Presidente do INCRA, José Gomes da Silva, demitir-se do cargo por entender que a reforma agrária estava inviabilizada. Esta descaracterização resultou, principalmente, das pressões da UDR (União Democrática Ruralista), nascida em Goiás e rapidamente organizada em muitos Estados, contrapondo-se à possível realização da reforma agrária prevista na legislação desde o Estatuto da Terra.

Ao mesmo tempo, os movimentos sociais do campo intensificaram a sua organização. A década de 1980 registrou um grande avanço nos movimentos sociais organizados em defesa da reforma agrária e uma significativa ampliação e fortalecimento dos órgãos estaduais encarregados de tratar dos assuntos fundiários. Quase todos os estados da federação contavam com este tipo de instituição e, em seu conjunto, ações estaduais conseguiram beneficiar um número de famílias muito próximo daquele atingido pelo governo Federal (SILVA, 1996).

No governo de Fernando Collor (1990-1992), o programa de assentamentos foi paralisado, cabendo ressaltar que, nesse período, não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. Como resultado, o curto período de seu governo caracterizou-se pelo aumento da violência no campo, inclusive contra as representações dos trabalhadores. Já no governo de Itamar Franco (1992-1994) retomaram-se os projetos de reforma agrária, sendo aprovado um programa emergencial para o

assentamento de 80 mil famílias, porém só foi possível atender 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de um milhão 229 mil hectares.

No final de 1994, após 30 anos da promulgação do Estatuto da Terra, o total de famílias beneficiadas pelo governo Federal e pelos órgãos estaduais de terra, em projetos de reforma agrária e de colonização, foi da ordem de 300 mil, estimativa sujeita a correções, dada a diversidade de critérios e a falta de recenseamento no período 1964-1994, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

2.2 Banco da Terra: contexto histórico e político

O *Banco da Terra* aparece no bojo da nova organização das políticas agrárias do governo Fernando Henrique (Lei complementar nº 93, sancionada em 04 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo Decreto nº 3.207 de 13 de abril de 1999), como parte de um conjunto de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, um dos propósitos do *Banco da Terra* seria financiar a compra de terras e a infraestrutura básica para trabalhadores rurais visando:

“Contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo, sendo tomado como um importante mecanismo para otimizar a melhoria das condições da produção rural, a modernização tecnológica, a fixação do homem no campo e a melhoria do seu bem estar” (BRASIL,2002).

A meta da proposta do programa era a integração do agricultor familiar ao mercado, disponibilizando para isso o acesso a terra através de financiamento. O formato do programa, a forma e mecanismo de implantação, assim supõe-se, estão relacionadas às transações tipicamente comerciais, usuais de um mercado de compra e venda de terras. Porém, de acordo com ALENTEJANO (2000), a idéia de mercado que norteia o documento oficial do governo possuiria três problemas centrais:

“Ignora a desigualdade entre grandes e pequenos produtores; desconsidera os processos de intermediação e a formação de preços pela agroindústria; toma o mercado com um dado, algo neutro e não afetado pelas relações sociais. O primeiro problema da noção diz respeito à ilusão da igualdade dos mercados, a qual ignora a diferença entre grandes e pequenos na competição. Não há no documento qualquer referência ao caráter oligopsônico dos mercados agrícolas e tampouco aos efeitos que a diferença de escala entre pequenos e grandes produtores gera em termos da competição no mercado” (ALENTEJANO, 2000).

Um de seus intuitos seria o de financiar a compra de imóveis rurais e a implantação de obras de infra-estrutura básica, como construção ou reforma de residência, disponibilização de água para consumo humano e animal, construção de estradas, rede interna de eletrificação, abertura, recuperação ou construção de vias de acessos internos e construção ou reforma de cercas. Os agricultores

envolvidos no programa contariam também com o crédito de investimento e custeio concedido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Um outro aspecto está na aparente flexibilidade, já que seriam os próprios agricultores quem escolheriam e negociariam diretamente, com o possível vendedor, a propriedade que desejariam adquirir para o desenvolvimento das atividades produtivas, seja ela ligada à agricultura, pecuária, turismo rural ou artesanato, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

“A proposição central do programa é a de promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais — que compreendem pequenos e médios centros urbanos —, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, *não necessariamente agrícolas*” (BRASIL, 1999).

O meio rural, na concepção do projeto, deixaria de ser apenas um espaço de produção agrícola para consolidar-se num espaço pluriativo, sendo contempladas sua dimensão de espaço de residência, de serviços e de patrimônio (BRASIL, 1999).

2.3 Acesso e Exigências

A inclusão de famílias a este projeto requeria, de modo geral, o cumprimento de determinadas exigências prescritas no programa, como, entre outras, a formação local de associações para a aquisição das propriedades e o acesso ao crédito.

“Art. 10. As entidades representativas dos produtores e dos trabalhadores rurais, sob a forma de associações ou cooperativas, com personalidade jurídica, poderão pleitear financiamento do Fundo - Banco da Terra - para implantar projetos destinados aos beneficiários previstos no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Os financiamentos concedidos às cooperativas ou associações de produtores rurais, vinculados aos projetos de assentamento, devem guardar compatibilidade com a natureza e o porte do empreendimento.

§ 2º A cooperativa ou associação de produtores rurais poderá adquirir a totalidade do imóvel rural para posterior repasse das cotas-partes da propriedade da terra nua, bem como dos custos da terra e dos investimentos em infraestrutura aos seus cooperados ou associados beneficiários desse Fundo” (MEPF/INCRA/SDR, 1999).

No financiamento realizado por este programa de crédito fundiário, os produtores rurais possuem até vinte anos para pagar o financiamento, com até três anos de carência estabelecidos em função da capacidade de pagamento, e os juros são prefixados, em média, em 4% ao ano.

Os “beneficiários”¹ seriam trabalhadores rurais não-proprietários com algumas características do tipo assalariados, parceiros, posseiros ou arrendatários, que comprovassem no mínimo cinco anos de experiência na atividade rural. Também seriam potenciais “beneficiários”, os agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcançasse o módulo mínimo da propriedade familiar ou também os pequenos proprietários cuja área fosse insuficiente para produção. A forma de acesso ao programa ocorreu, prioritariamente, através de financiamentos por meio de entidades coletivas, formalmente constituídas tais como Associações ou Cooperativas (MEPF/INCRA/SDR, 1999).

O imóvel financiado seria a garantia real do empréstimo, ficando alienado até o pagamento final. Os recursos aprovados e destinados ao programa em âmbito nacional, até a posição de julho de 2002, foram da ordem de R\$ 862,6 milhões, os quais somados aos R\$ 56,3 milhões oriundos de acordos de empréstimo com o Banco Mundial totalizam R\$ 918,9 milhões que deveriam proporcionar o atendimento à cerca de 49.622 famílias de empreendedores rurais familiares, em aproximadamente 1.300 municípios do Brasil, por meio das 72 Agências do Banco da Terra situadas em todas as regiões do país.

Existiriam, também, trabalhadores que estariam proibidos de receber o financiamento com recursos do Banco da Terra. Seriam, no entanto, aqueles que já foram beneficiados com esse recurso, mesmo que já tenham liquidado seus

¹ Os diversos documentos do governo e material de divulgação do programa tratavam o agricultor como “beneficiário” e os próprios integrantes do grupo Fazenda Akolá se consideram “beneficiários” e não “assentados”.

débitos; aqueles que já tiveram acesso a qualquer projeto de assentamento rural; aqueles que já exerceram funções públicas no governo. Estariam proibidos de ingressar ao programa, aqueles que teriam uma renda anual bruta familiar superior a R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais); que tivessem sido, nos últimos três anos, após a data de implantação do projeto, proprietário de imóvel rural; estivesse comprando e com direito à herança em imóvel rural; o trabalhador que tivesse patrimônio no valor superior de trinta mil reais. A comprovação do tempo em atividades rurais deu-se através de anotações em carteira de trabalho ou declarações das cooperativas, sindicatos ou associações representativas de grupos de produtores ou trabalhadores rurais da região.

O trabalhador rural, para ter acesso ao financiamento através do Banco da Terra, deveria preencher um documento chamado “Carta Consulta” (ANEXO 1). A carta consulta era preenchida pelo representante da associação ou da cooperativa ou pelo próprio beneficiário auxiliado pelo Conselho Municipal, ou por outros parceiros indicados para dar apoio aos trabalhadores rurais.

O Banco da Terra poderia, se necessário fosse, adquirir apenas parte de um imóvel rural, além da possibilidade de comprar mais de um imóvel para que juntos fossem instalados um projeto. Os documentos que os trabalhadores precisavam apresentar à associação eram cópia da identidade, cópia do CPF e documento que comprove ser trabalhador ou produtor rural por mais de cinco anos. O valor máximo do financiamento estipulado foi de R\$

40.000,00² (quarenta mil reais por família) para aquisição de imóvel rural, incluindo os custos da documentação de transferência da propriedade, as despesas com os cartórios e registro do contrato de financiamento e investimento em infra-estrutura básica.

Para que a aprovação do financiamento fosse efetuada era preciso elaborar um projeto demonstrando a necessidade da benfeitoria e também a viabilidade técnica e financeira da atividade rural que seria explorada. Este projeto era, geralmente, elaborado por órgãos do governo, organizações não-governamentais ou técnicos autônomos, contratados pelos próprios agricultores. O trabalhador beneficiário não poderia vender seu lote e nem as benfeitorias realizadas. Só poderiam alienar suas terras depois que terminarem de pagar todo o financiamento. Entretanto, se dentro do prazo de financiamento precisasse vender o seu imóvel só poderia fazê-lo com a aprovação do banco que financiou a terra e somente substituído por outro trabalhador que viesse a preencher as exigências do programa. Em hipótese alguma poderia ser vendida para o proprietário anterior, ou quem já possuísse outro imóvel, ou tivesse renda superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) anuais. O Banco da Terra não financiaria imóveis que estivessem localizados em Unidades de Conservação Ambiental, área de preservação permanente, reservas legais ou indígenas, etc; imóveis que não

² O Paraná aplicou cerca de 40 milhões de reais entre os anos de 2000 e 2001, assentando cerca de 1300 famílias. O limite do valor para cada família, até então, era de R\$ 40.000,00. Após o ano de 2003 o governo reduziu o valor para R\$ 30.000,00. Segundo o secretário de Agricultura da cidade de Londrina, Nilson Ladeia, considerou inadequado, pois afirmou que essa redução limitaria e inviabilizaria o acesso aos agricultores familiares. De acordo com o secretário, o alqueire de terra na região custa aproximadamente R\$ 8.000,00, sendo suficiente pra comprar apenas 3 alqueires e aplicar o restante em infra-estrutura básica. Com o tamanho deste lote, de acordo com o secretário, não seria possível “sobreviver” e quitar o pagamento (Folha do Paraná, 05/10/2002).

dispusesse da documentação que comprovasse o seu legítimo domínio por parte do vendedor; imóveis que estivessem hipotecados e sobre os quais existiriam quaisquer ônus, imóveis passíveis de desapropriação ou ocupados ilegalmente (MEPF/INCRA/SDR, 1999).

2.4 Cédula da Terra: o projeto piloto antecessor.

O Banco da Terra surgiu para dar continuidade e ampliar o projeto-piloto *Cédula da Terra*, fruto de um acordo entre o Governo Federal e o Banco Mundial e implementado de maneira experimental a partir do ano de 1997 apenas em alguns Estados (Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais).

No ano de 1995, a partir de uma parceria do Governo do Estado do Ceará com o Banco do Nordeste, surgiu o que no futuro seria reconhecido como o embrião do Crédito Fundiário no Brasil. Tratava-se do Projeto São José, implantado com a finalidade de diminuir o nível da pobreza rural por meio do acesso à terra. Esse projeto atingiu 177 municípios do Ceará e foi monitorado por professores universitários, consultores e pesquisadores. A iniciativa deu origem, dois anos depois, ao projeto-piloto *Cédula da Terra*, que atendia os Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais, tendo como público-alvo do Projeto os produtores rurais sem terra.

Este projeto previa a instalação de quinze mil famílias, no período de três anos, distribuídas nos cinco estados. Em apenas um ano e meio, atingiu a demanda prevista para os três anos originais de seu desenvolvimento, estabelecendo a sua meta em tempo recorde e assim superando todas as

expectativas das instituições promotoras. A forma de implantação, mecanismos e características gerais estariam, assim, apontando que esta nova forma de acesso à terra, viabilizada por ações tipicamente relacionadas às transações comerciais usuais de um mercado de terras estabelecido, gerando sua denominação informal de "reforma agrária de mercado" (NAVARRO, 1998).

O projeto Cédula da Terra – concebido por técnicos do Governo Federal e do Banco Mundial – foi implantado como um programa experimental de compra de terras para promover o assentamento de famílias com “dificuldades” ou com impossibilidade de acesso a terra. A lógica desse projeto consistia, essencialmente, na criação de um crédito especial para que trabalhadores rurais sem terra e minifundistas pudessem comprar seus lotes diretamente. Esse projeto contou com amplo apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, tanto na sua concepção como na condução de recursos.

Banco da Terra foi criado para dar seqüência ao programa *Cédula da Terra*, que teve um cunho mais experimental. e representou a ampliação da proposta de “reforma agrária de mercado” para todo o Brasil. O Congresso aprovou o projeto de lei, em 1998, criando o Banco da Terra. O Governo Federal solicitou imediatamente recursos ao Banco Mundial na ordem de US\$ 1 bilhão para financiar cerca de 200 mil famílias em cinco anos.

De acordo com alguns estudos, as famílias contempladas pelo programa Cédula da Terra estão impossibilitadas de pagar as dívidas contraídas com a compra da terra. Dentre as principais causas estão falta de produção e de renda, cujo o resultado é a combinação de fatores como terras fracas, falta de

investimentos e de orientação técnica e precariedade de recursos naturais (SAUER, 2000).

2.5 O Banco da Terra no Brasil e no Paraná

Este mecanismo de arrecadação de terras foi apresentado pelo governo federal com a justificativa de que os gastos com “*organização agrária*” tornaram-se excessivamente altos ao longo do primeiro mandato do presidente FHC. O documento apresentado pelo governo procurava ressaltar, que além do fato de terem aumentado significativamente os dispêndios governamentais, as despesas com indenização de imóveis rurais tornaram-se também substancialmente elevadas (GASQUES, 1998).

A questão dos custos da reforma agrária já estava sendo objeto de discussão em outros documentos oficiais, a exemplo do que pode ser verificado no artigo de 1995, denominado *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*, cujo conteúdo consta que: “*o custo médio por família assentada gira em torno dos 16 mil dólares, o que implica num custo por emprego gerado de apenas 6 mil dólares*”. O mesmo documento explicava que o custo da terra representaria uma proporção elevada do custo de instalação por família assentada e “*a terra desapropriada para fins de reforma agrária no passado, nos casos da amostra, representa a maior parte dos custos de implantação dos assentamentos (aproximadamente 60% do Custo Total, em termos médios, segundo o gráfico apresentado à mesma página, para o Brasil)*”. Na mesma publicação estavam

apresentadas as dificuldades do governo em cobrar dos agricultores incluídos em programas agrários os gastos efetuados.

“Na verdade, a reforma agrária deveria exigir pouco dispêndio efetivo e muito adiantamento, uma vez que, de acordo com a lei, os beneficiários deveriam reembolsar a quase totalidade dos custos de assentamento. Todavia, por uma série de motivos o financiamento da obtenção da terra, ferramentas e equipamentos básicos, e até parte do custeio, tem sido realizado a fundo perdido” (FAO/INCRA, 1995).

Essa lógica seria responsável por toda reorientação da política agrária, de acordo com o governo. Em março de 1999 foi divulgado o “projeto de reformulação da reforma agrária” (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 1999) que apresenta a nova política agrária que o governo FHC pretendia implantar no meio rural. Tratava-se de um documento que unia alguns instrumentos que vinham sendo implantados anteriormente, tais como o Pronaf, a novos programas como o Banco da Terra, denominado *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural. Política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado.*

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2002), desde a sua implantação, o Banco da Terra havia disponibilizado recursos da ordem de R\$ 939,2 milhões, que proporcionaram o atendimento à quase 50.000 famílias de trabalhadores rurais em cerca de 1.300 municípios por meio de 72 Agências do programa, localizadas em todas as regiões do País.

O Estado do Paraná conta com mais de 1.135 famílias inseridas no programa, segundo informações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB)³. Veja tabela:

TABELA 1 - Propostas de financiamento do Programa Banco da Terra aprovadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná até 2003.

Região	Número de famílias	Valor das propostas aprovadas (R\$)
Apucarana	39	1.133.994,00
Campo Mourão	76	2.263.520,00
Cascavel	6	200.000,00
Cornélio Procópio	88	2.573.299,22
Francisco Beltrão	25	795.761,50
Guarapuava	65	2.545.965,00
Ivaiporã	68	1.927.600,00
Jacarezinho	469	15.410.797,40
Londrina	243	8.071.707,44
Maringá	50	1.626.777,75
Paranavaí	15	450.000,00
Toledo	15	540.000,00
TOTAL	1159	37.539.422,31

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná – Março/2004

2.6 Críticas ao Banco da Terra

A inclusão de famílias ao Banco da Terra requeria o cumprimento de determinadas exigências prescritas no programa como, entre outras, a formação

³ Fonte: <http://www.pr.gov.br/seab/> em 19/03/2004.

de associações de agricultores para a aquisição das propriedades e o acesso ao crédito. A administração do Banco da Terra seria realizada de forma descentralizada com a participação de instituições governamentais, de associações de municípios, dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e das unidades técnicas.

Após o lançamento do “Novo Mundo Rural”, o acesso à terra ficaria por conta das negociações entre os agricultores e os proprietários da terra. Algumas entidades nacionais de representação e de apoio aos trabalhadores rurais denunciaram que tal situação resultaria no maior controle do proprietário sob a decisão de vender ou não sua terra, ou seja, em síntese, os preços poderiam variar de acordo com a demanda, incentivando especulações no o preço da terra (LOPES, 1999).

As objeções apresentadas por instituições da sociedade civil a este tipo de política de crédito fundiário têm sido formuladas desde a criação do projeto-piloto Cédula da Terra, tendo como expoente o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, que reúne instituições como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a CPT (Pastoral da Terra), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra), a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), o DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), entre outras.

Dentre as análises, destaca-se a de BITTENCOURT (1999), que aponta para uma descapitalização dos trabalhadores que entram neste tipo de

programa. Nas suas projeções, contrasta com a necessidade de capital que vão ter que desembolsar, ou adquirir via empréstimos, para os custos com investimentos e produção. A partir do estudo das condições de financiamento no contexto do programa Banco da Terra, aponta que as condições de pagamento ainda são proibitivas para a grande maioria dos agricultores familiares, sejam eles minifundistas, filhos de agricultores, assalariados rurais, parceiros ou meeiros. Porém, agravante maior é que a terra adquirida seria colocada como garantia do financiamento, através de alienação fiduciária, ou seja, caso o agricultor não possa pagar a dívida, o banco pode tomar a terra como forma de pagamento” (BITTENCOURT, 1999).

Uma outra crítica esta arrolada no fato de que o programa proposto para reformular a política agrária do governo FHC tinha um viés político na tentativa de demonstrar eficiência econômica e de modernização no meio rural. O fortalecimento dos movimentos sociais que vinha lutando pela desapropriação de terras para a reforma agrária, cujo destaque é do MST, causou grande apreensão ao governo e às elites agrárias, incentivadoras incondicionais do novo pacote agrícola, que tentou transformar o Banco da Terra em um programa capaz de desarticular os movimentos sociais rurais.

A avaliação do MST era de que o objetivo do programa seria a tentativa de fragmentar a luta pela terra, uma vez que a proposta do programa fundiário estaria pautada na descentralização, reforçando o poder das instâncias decisórias locais na tomada de decisão sobre o acesso à terra e ao crédito (BERGAMASCO e NORDER, 2003).

CARVALHO FILHO (2001) demonstra que a hegemonia das elites agrárias cristaliza-se no aumento do aparato repressor do Estado, que assume múltiplas formas, entre elas, a elaboração de programas que objetivam esvaziar o debate político acerca da questão agrária, deslocando-o para o discurso de eficiência econômica, individualizando os sujeitos coletivos através do Banco da Terra.

“O fato é que o Banco da Terra tem o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados - especialmente, deslegitimar o MST – atuando diretamente no âmbito econômico dos trabalhadores desorganizados. Assim, provocaria mudanças na correlação das forças políticas e ideológicas envolvidas na luta pela terra, beneficiando os interesses dos latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais. As invasões seriam retidas, os latifundiários receberiam dinheiro à vista por terra e benfeitorias, e os trabalhadores ficariam sob o domínio das oligarquias locais, liberadas do respeito à função social da propriedade rural” (CARVALHO FILHO, 2001: 223).

Nessa perspectiva, o governo, através do Banco da Terra, passou a ter um papel de credor e organizador, oferecendo condições mínimas de acesso a terra e a possíveis condições para realização de uma produção comercial que viesse a garantir a manutenção da família e pagamento do lote.

A formulação e implantação do Banco da Terra transformaram-se numa questão primordial para os debates sobre a questão agrária e fundiária, na

medida em que descolava as atividades do Estado, colocando em risco uma de suas principais funções, a de desapropriador de terras. Deixava, dessa maneira, o mercado como mediador e controlador do acesso à terra, determinado pelas regras de oferta e procura. O MST, diante desse novo quadro da política fundiária, considerou que haveria um caráter manipulador, possibilitando gerar superfaturamento na fixação do valor da terra, uma vez que esta é controlada pelo mercado local (MEDEIROS, 2002).

Uma outra importante crítica ao formato do programa foi realizada pela CONTAG, que criticou esta política enquanto tentativa de substituição das desapropriações de terras para fins de reforma agrária. Apontou que o Banco da Terra seria apenas um veículo de compra e venda de terras “disfarçado” de programa de reforma agrária. E apesar da proposta do governo estar voltada muito mais para um aquecimento do mercado de terras, existe outras implicações mais problemáticas, principalmente a de que os empréstimos se tornariam impagáveis (BITTENCOURT, 1999).

Na ótica da CPT, assim como era do MST, o governo federal tentou transferir a responsabilidade da reforma agrária para o controle do interesse do mercado de terras. A CPT chegou a acusar o governo de negligenciar o verdadeiro papel da reforma agrária, que seria a de que a terra é um “espaço de vida”, de valorização cultural e de sobrevivência do homem, e não apenas um lugar de produção, no sentido capitalista da palavra. Além do que, políticas como o Banco da Terra tem um papel muito mais de combate político e ideológico aos

movimentos sociais do que de solução real para o problema agrário no Brasil (MEDEIROS, 2002).

As críticas e as análises sobre esse tipo de política fundiária, principalmente o Cédula da Terra e conseqüentemente o Banco da Terra, demonstraram uma grande disposição do governo federal na criação de alternativas conciliatórias para o problema de acesso à terra. Outro fator primordial é o fato dessas políticas funcionarem como ferramenta de desarticulação dos movimentos de luta pela reforma agrária, especialmente o MST (TEIXEIRA, 1999).

2.7 Descentralização dos processos decisórios.

Na concepção do Banco da Terra, tanto a obtenção fundiária, quanto os créditos de investimento e custeio, bem como a assistência técnica e as formas de produção, seriam deliberados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs), tornando-se esferas decisórias. Os CMDs deveriam comportar várias organizações da sociedade civil, inclusive as associações dos produtores interessados nas linhas de créditos fundiários e agrícolas. Devido às suas características, estes conselhos têm especificidades locais, dependendo dos grupos e instituições envolvidas em sua composição:

Nessa instância decisória, na qual também estarão organizados os demais agricultores e vários segmentos da sociedade civil, inclusive fazendeiros e empresários rurais, é que passaria a ser definida a forma de assistência técnica, as propriedades de infra-estrutura, a agenda de pesquisa e extensão, bem como a

prestação de demais serviços sociais para os assentamentos e demais produtores da localidade (NORDER e BERGAMASCO, 2001).

Os CMDS's passaram a ter um papel decisivo no acesso às linhas de crédito fundiário. Uma das diretrizes da política de desenvolvimento rural do governo federal era a de que o acesso às linhas de crédito, tanto individuais quanto coletivas, deveria ser realizado pelos CMDS's (MEPF/INCRA/SDR, 1999). A atuação dessas instituições tornou-se pré-condição para o acesso ao crédito de financiamento da produção e de investimento.

ALENTEJANO (2000) critica o governo federal que, ao propor o Banco da Terra como ferramenta primordial para a obtenção de terras, aplicada através da descentralização das ações fundiárias, transferiu quase que toda a responsabilidade para o âmbito municipal (CMDS), "num país tradicionalmente marcado pelo poder das oligarquias locais". Ficou perceptível, na ótica do autor, a tentativa do governo para desarticular o MST, apostando na incapacidade deste na luta contra o poder local, pois ofereceu, aparentemente, a possibilidade de obtenção de terras sem necessidades de confronto direto, pressão política e mobilização.

Um outro ponto questionado é que este tipo de política condicionava o agricultor, exclusivamente, à produção comercial, visando o retorno dos investimentos à capacidade dos agricultores familiares. Nesta perspectiva, as políticas fundiárias ficavam delimitadas a financiamentos, oferecendo condições reduzidas para a manutenção e fixação do agricultor no lote com possibilidades precárias para uma produção comercial (CARNEIRO, 1997).

“Ainda que a agricultura familiar e a reforma agrária tenham sido consideradas, a princípio, como prioridade para as políticas de desenvolvimento rural, o que certamente rompia com pressupostos anteriores, a consideração de que a superação da pobreza no campo seria não mais que uma consequência da produção comercial limita a eficácia e a abrangência das políticas públicas tanto para a redução da pobreza quanto para a ampliação da integração comercial da agricultura familiar” (BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Neste sentido, esse tipo de política fundiária combina uma formulação teórica que expressa as pressões por um novo modelo agrário, no entanto, de acordo com as críticas, concretizou-se em medidas que tentaram desmobilizar os movimentos sociais. Tanto ao nível das políticas quanto dos processos em curso no campo, há profundas contradições que tanto podem apontar para a constituição de um novo mundo rural, como para a perpetuação das velhas tendências no meio rural brasileiro.

Em fevereiro de 2003, o governo federal anunciou a extinção do Banco da Terra em meio a notícias de problemas e irregularidades de gestão no programa. De acordo com a deputada federal Luci Chonaicki (PT/SC) o Ministério Público investiga quase mil processos de irregularidades⁴. Os agricultores familiares inseridos no programa continuam vinculados, seguindo as regras e normas que foram estipuladas pelo projeto⁵.

⁴ Texto publicado no seguinte endereço da Internet: <http://an.uol.com.br/2003/abr/11/0opi.htm>

⁵ Folha de São Paulo - Brasil - 25/7/2003

Em fevereiro, o governo anunciou a extinção do principal programa de crédito fundiário de FHC, o Banco da Terra, por detectar irregularidades e problemas de gestão no programa após auditoria feita pelo ministério. À época, representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário na gestão anterior negaram as acusações. As irregularidades estão sendo apuradas. O funcionamento do Banco da Terra era contestado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que alegava que o programa era para financiar a "reforma agrária de mercado"(Luciana Constantino).

CAPÍTULO 3

ESTATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA AKOLÁ

O programa fundiário *Banco da Terra*, como foi apresentado no capítulo 1, teria o propósito de proporcionar uma integração entre o agricultor familiar e o mercado, propiciando o acesso a terra através de financiamento. Como foi exposto, todo o mecanismo de implantação estava relacionado às transações de compra e venda de terras, tipicamente utilizadas e controladas pelo mercado imobiliário. Neste tipo de política fundiária, o imóvel financiado seria a garantia do empréstimo, ficando alienado até a quitação total.

Desse modo, políticas como o Banco da Terra, passaram a ter uma função de credora e organizadora, oferecendo condições mínimas de acesso a terra e possíveis condições para realização de uma produção comercial que viesse a garantir, principalmente, o pagamento do montante financiado e a manutenção da família.

A partir desse contexto, no qual os agricultores familiares têm acesso à terra, através de um endividamento e da vinculação de sua produção à necessidade de pagamento desta dívida, que se insere o nosso debate. É nesta perspectiva que consideramos a importância teórica e política da análise sobre as estratégias locais e da heterogeneidade no processo de produção agropecuária, além de suas implicações para a análise da dinâmica produtiva da agricultura familiar.

Podemos, em síntese, salientar algumas características dos agricultores familiares em questão, principalmente no que se refere aos arranjos institucionais constituídos para o encaminhamento da produção agropecuária. No início da

implantação do grupo Fazenda Akolá, cerca de 20 famílias começaram com uma produção agropecuária pautada em mercadorias de curto ciclo, efetivamente o milho, cujo cultivo depende de elevada aplicação de insumos externos de origem agroindustrial. Isso aponta para os caminhos que estão estruturados os conhecimentos dos agricultores que ingressaram neste programa fundiário. Outra parte dos agricultores implantados adotou estratégias para conduzir uma diversificação da produção agropecuária, como será analisado mais adiante. Verifica-se ainda que ao longo da formação produtiva do grupo Akolá houve a criação de uma significativa heterogeneidade nas relações sociais, nas bases tecnológicas e nas estratégias sociais e produtivas elaboradas pelos agricultores.

Para analisarmos a reprodução social do grupo de agricultores teremos que averiguar a capacidade de cada família para geração de renda através da produção de mercadorias agropecuárias. Isso constitui, entre os agricultores, em um dos mais relevantes critérios para a compreensão de seu universo comunitário. Como poucas famílias puderam contar com apoio financeiro governamental, o desenvolvimento da produção local foi sendo realizado com base em recursos familiares e o conhecimento necessário ao processo de produção precisou ser constituído socialmente.

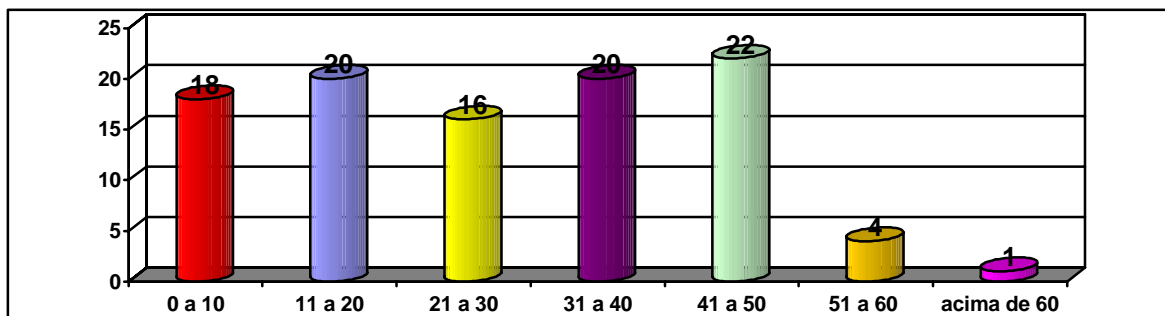
3.1 Caracterização sócio-econômica dos agricultores da Fazenda Akolá

O Grupo de agricultores pesquisados é composto por aproximadamente 198 habitantes, sendo 43% do sexo masculino e 57% do sexo feminino; de um total de 42 famílias de agricultores. A maioria (70%) é de agricultores paranaenses e os demais

oriundos de outros estados, porém residentes na região há mais de 10 anos, significando que já estarem bem familiarizados com a tradição agrícola da região. Todos os responsáveis pelos lotes apresentaram algum tipo de ligação com o meio rural antes de entrarem no Programa Banco da Terra, porém 60% tinha a agricultura como profissão, 14% eram bóias-frias e 26% tinham outras profissões (pedreiros, tratoristas, caminhoneiros, etc).

Na propriedade moram pais, filhos, parentes e alguns agregados. O número médio de pessoas por família é de 4,5 indivíduos. A média de filhos por família é dois, variando de um a oito. Observa-se que a população da comunidade, em sua maioria, é bastante jovem.

GRÁFICO: FAIXA ETARIA



Fonte: Pesquisa de campo / 2004.

O índice de analfabetismo é baixo e está vinculado apenas aos adultos mais velhos. Verificou-se que o grau de escolaridade da comunidade é mediano e que não existem crianças a partir dos 7 anos fora da escola.

As residências dos agricultores entrevistados são bem construídas para os padrões rurais. Pôde-se verificar que 90% possuem casa de alvenaria. As benfeitorias

existentes nas propriedades são várias, desde de telhado no estilo colonial com forro de madeira e uma média de 5 cômodos por moradia.

No total de famílias pesquisadas, 40% possuem algum tipo de trator e equipamentos de irrigação. O restante dos equipamentos agrícolas em geral, são simples, resumindo-se em ferramentas como enxadas, plantadeiras manuais, pulverizadores simples, facões, pás, etc.

Os roçados cultivados com culturas de subsistência (Milho, arroz, feijão e mandioca) possuem uma área média de 0,5 hectare por propriedade. Esses cultivos são produzidos próximos à casa ou plantados junto com as áreas de cultivos comerciais, de forma consorciada. Do total de entrevistados 57% possuem pomar, 37% criam porcos para consumo próprio, 60% possuem galinhas, 55% cultivam horta e apenas 10% tem vacas.

Quanto à mão-de-obra disponível, é possível ter uma visão geral de sua disponibilidade ao observar os dados demográficos da população local. Constata-se que a maioria da população concentra-se entre as faixas de 10 e 50 anos, demonstrando um bom potencial para a execução de atividades produtivas e de apoio, que compreendem as relações de trabalho familiar.

Os períodos que absorvem mais mão-de-obra estão relacionados com os cultivos agrícolas. O preparo da área para o plantio dos cultivos anuais, tratamentos culturais e a colheita, são as atividades que demandam a maior quantidade de mão-de-obra na propriedade. Constatamos que do total de trabalhadores em período integral, cerca de 18% são pessoas da região contratadas. A média de trabalhadores é de 2,5 indivíduos por unidade de produção e o total de adultos que trabalham fora dos lotes atinge o índice de 20% do percentual total pesquisado.

3.2 Práticas e estratégias produtivas locais

Ao iniciarmos a discussão sobre práticas e estratégias produtivas, vale explicitar algumas questões sobre a relação atual do conceito de território nas ciências sociais. Vários questionamentos sobre identidade “espacial”, territorialidade e espaço local vêm sendo discutidos, principalmente no que tange às ruralidades (WANDERLEY, 2000).

Utilizamos nesta discussão a localidade como espaço concreto de interação entre atores sociais, pois provê a base para a ação coletiva, de organização, conflitos e consenso, de coordenação e divisão de responsabilidades, além de ser o espaço para coletar, analisar e avaliar informações (MIOR, 2000). No âmbito das políticas públicas, o local passou a ser tomado como sinônimo de município, e não como algo socialmente construído. Sendo assim, afirma MIOR (2000):

“São as populações de um dado espaço que constroem os limites do território de intervenção podendo, portanto, o mesmo se referir ao espaço de uma comunidade/bairro, microbacia, município, região, assim por diante” (MIOR, 2000).

No contexto desta análise propomos definir o “local” como endógeno, porém interagindo com o exógeno; em outras palavras, como aquilo que contrapõem os modelos externos de produção dentro de uma determinada unidade de produção. O endógeno envolve efetivamente o conhecimento e experiências do agricultor. No entanto não iremos idealizar o local como portador de um saber puro e sustentável, pois

existe uma heterogeneidade de conhecimentos presentes no âmbito local e que nem todas essas práticas tradicionais são efetivamente sustentáveis (GUIVANT, 1997).

Se, de um lado, as análises teóricas e históricas expostas anteriormente indicaram a forma pelo qual o processo de modernização delimitou a trajetória econômica e social dos agricultores familiares, de outro, permitem verificar como os agricultores reagem e modificam suas estratégias produtivas para garantir a sobrevivência e a reprodução de suas unidades de produção. Com isso há uma redefinição do espaço onde se inserem, ou seja, redefinem sua localidade.

Busca-se neste capítulo analisar as práticas produtivas do grupo de agricultores da Fazenda Akolá, levando em conta o contexto do debate sobre a diversidade da produção agropecuária, a heterogeneidade social e as várias formas de diversificação e utilização do uso do solo.

Os dados empíricos serão expostos de maneira articulada com o debate teórico, principalmente com relação à discussão sobre *desenvolvimento local-endógeno*. Antes de iniciar a análise, torna-se importante frisar que o termo *local-endógeno* não está sendo idealizado como portador de um conhecimento puro, mas algo carregado de conflitos, contradições e heterogeneidades.

“seu significado esta distante de um caráter estático, até porque a mudança social não só é ubíqua, senão que, ademais, se produz com grande intensidade e vigor nas comunidades rurais e nos sistemas tradicionais de manejo e recursos naturais. (...) Não pode ser visualizado como algo estático e que rechace o externo. Ao contrário, o endógeno ‘digere’ o que vem de fora, mediante a adaptação à sua lógica etnoecológica e sociocultural de

funcionamento. Ou seja, o externo passa a se incorporar ao endógeno quando tal assimilação respeita a identidade local e, como parte dela, a autodefinição de qualidade de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais é que se produz uma forma de assimilação” (GUZMÁN, 1999: 40).

A noção de desenvolvimento endógeno utilizada neste texto, deverá ser analisada enquanto estratégia de resistência às práticas mercantis ou modernizantes da agropecuária. Existem vários debates sobre essa questão, dentre as quais destaca-se a proposta de PLOEG (2003), resumida por (NORDER, 2004):

“A manutenção ou incremento dos ingressos econômicos ocorre mediante o controle direto sobre o desenvolvimento e a utilização de recursos produtivos; há um uso múltiplo e flexível dos recursos e o desenvolvimento passo-a-passo das atividades, com base nos recursos disponíveis; um elevado rendimento líquido por unidade de produto final e uma tendência para o estabelecimento de empresas com multi-propósito; as inovações são realizadas em bases locais; as alterações na produção ocorrem passo-a-passo e o aprendizado faz-se com a prática; há uma centralidade do trabalho e das redes sociais; e uma ativa construção dos mercados, buscando-se maior controle sobre a definição do valor dos produtos; busca-se também uma redução no uso de insumos externos e nos custos administrativos e financeiros; há uma (re)conexão da produção ao ecossistema local; a mobilização de uma relativamente pequena base de recursos para gerar um nível de rendimentos aceitável”.

As práticas endógenas de desenvolvimento rural têm implicações nos debates sobre a modernização da produção agropecuária, geração de renda e emprego

no campo, além da sustentabilidade ambiental. Esta abordagem passa pela capacidade de internalização do trabalho na unidade de produção através, principalmente, da substituição de insumos industriais de curto ciclo e investimentos em recursos permanentes, incluindo, inclusive, recursos de origem mercantil.

Segundo NORDER (2004), a substituição de insumos agroindustriais pela produção própria de insumos de base orgânica no interior da unidade de produção pode requer, entre outras coisas, um aumento na absorção de mão-de-obra e elevar a renda por unidade de área ou de produto. A avaliação do autor foi baseada em estudos realizados no assentamento Fazenda Reunidas, situado no município de Promissão, Estado de São Paulo.

As relações produtivas locais nos remetem à identificação das especificidades do processo de trabalho e da composição dos meios de produção na agricultura familiar. Neste sentido, o reconhecimento da diversidade dos processos produtivos reforça a importância das pesquisas sobre as iniciativas concretas dos agricultores familiares na organização social dos processos de trabalho e das práticas voltadas para suprir as necessidades de sua sobrevivência.

3.2.1 Histórico, organização e práticas produtivas

A pesquisa de campo realizada aqui focaliza um grupo de agricultores constituído por 42 famílias da região de Londrina. A organização do grupo teve início no ano 2000 através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana, que estava promovendo a formação de vários grupos para viabilizar a implantação de famílias na região, via Programa Banco da Terra.

O acesso à terra do grupo estudado ocorreu no início de 2001 e grande parte das famílias, que estava instalada na região e que aderiu ao programa, optou por este tipo de política de inserção fundiária por considerar formas de acesso à terra, tais como “invasão” via MST, como um ato ilícito, além de estimar que “*é muito demorado o acesso através das invasões*”.

Os agricultores organizaram-se em seis sub-grupos (Alface, Minhoca, Barra Funda, Hugo, Florindo e Pernambuco), e três fatores foram essenciais para a realização dessa subdivisão: afinidades familiares, proximidade geográfica dos lotes e estratégias produtivas. A *Fazenda Akolá* é o segundo maior grupo de famílias inseridas no Banco da Terra na região de Londrina. Apesar do conjunto das famílias ter se fixado na região há algum tempo como agricultores, há uma diversidade em suas origens - algumas são oriundas de outras regiões do Paraná e do Brasil, por exemplo, o subgrupo Pernambuco, o que amplia a heterogeneidade de conhecimentos entre os agricultores entrevistados.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana teve um papel fundamental na organização do grupo e na “descoberta” da fazenda disponível para venda. Toda a documentação necessária para a adesão ao programa foi providenciada em 2000. No entanto, a compra da fazenda só poderia ser realizada através de uma associação, pois caso contrário o proprietário teria que realizar o loteamento e articular a venda de cada unidade separadamente, aumentando muito o preço da terra. Os agricultores se organizaram e criaram uma associação, com assessoria do sindicato. A Fazenda Akolá foi assumida pelos agricultores em abril de 2001 e o financiamento¹ total

¹ De acordo com o Manual Operativo do Crédito Fundiário (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 30 de Março de 2004), as "condições de financiamento da aquisição de terras" serão as seguintes:

recebido pelo grupo foi de R\$ 1.680.000,00 (uma média de R\$ 40.000,00 por família), sendo que parte do montante foi destinada à construção de habitações, saneamento básico e energia elétrica².

A *Fazenda Akolá* foi dividida, em um primeiro momento, em dois grupos: um que lidava com café e outro com horticultura. Essa divisão por categoria produtiva influenciou na divisão das famílias no interior da fazenda. Alguns agricultores foram chamados para realizar o mapeamento e a demarcação dos lotes, cujo tamanho em média é de 7,7 hectares³. Logo em seguida foi realizado o sorteio dos lotes por área de interesse (ver anexo 3). Algumas famílias começaram a produzir com recursos próprios, mesmo sem a conclusão das obras de infra-estrutura e moradia. Estas famílias começaram com o cultivo de milho e soja.

“Nós jogamos o milho e alguns até a soja. Era mais pra não deixar a terra parada, enquanto não ficava pronta a casa e as estradas de acesso. Quem fez isso é porque tinha um recurso extra”.

Com a liberação do financiamento de investimento pelo Pronaf em janeiro/fevereiro de 2002 (no valor de R\$ 9.500,00 por família), as atividades agrícolas começaram a ser intensificadas nas unidades de produção, principalmente, com a

financiamento com prazo de amortização de até vinte (20) anos, sendo três (3) anos de carência; financiamento de até cem por cento (100%) dos valores previstos para a aquisição do imóvel e das benfeitorias existentes; juros fixos de até 6% ao ano; - isenção de correção monetária; rebate sobre os encargos financeiros, exclusivamente quando os pagamentos forem efetuados até os respectivos vencimentos, com os limites de cinquenta por cento (50%) nas regiões mais pobres e trinta por cento (30%) nas demais regiões.

² Valores destinados para construção da casa: R\$ 3.680,00; saneamento básico: R\$ 380,00 e energia elétrica R\$ 940,00. O montante do financiamento destinado à energia elétrica não foi suficiente para realização de toda a obra, o que ocasionou uma nova negociação de financiamento com a empreiteira responsável. Esta renegociação foi realizada à parte, sem a participação dos agentes governamentais.

³ A Fazenda Akolá possui, além disso, uma reserva de mata nativa de 152 hectares pertencentes a todos os associados.

chegada dos equipamentos de irrigação para 14 agricultores que optaram pela horticultura. Para as outras 28 famílias, no entanto, o crédito foi liberado em parcelas e destinadas para o cultivo de café. As famílias que optaram pelo investimento no café foram influenciadas, de certo modo, pela experiência no cultivo, pois parte delas, havia trabalhado em grandes fazendas cafeeiras da região.

De acordo com alguns agricultores, os prejuízos na produção de café foram ocasionados pela liberação fragmentada do crédito de investimento e da limitação da autonomia dos processos decisórios. Eles afirmaram que havia várias exigências do Banco do Brasil – instituição responsável pela liberação dos créditos de investimentos, e entre as exigências, a que mais prejudicou a Fazenda Akolá foi a obrigatoriedade de inserção dos agricultores em conjunto de projetos, ou seja, o agricultor não poderia utilizar o dinheiro do crédito de investimento em projetos isolados, tais como sericicultura, suinocultura, pecuária, etc.

Após a divisão dos agricultores em dois grandes projetos, irrigação e cafeicultura, uma outra exigência seria a compra conjunta de mudas de café e dos equipamentos de irrigação respectivamente. Essa limitação nos processos decisórios trouxe danos materiais para os agricultores inseridos na cafeicultura, pois as mudas não vieram com qualidade e, a maioria, em um estágio de crescimento inadequado para o plantio.

O enquadramento em um modelo único de liberação de crédito de custeio implica negar a relevância dos componentes culturais dos estilos de vida dos agricultores familiares, pois são justamente as especificidades que lhes permite se adaptarem, decidirem e elaborarem estratégias de acordo com as diferentes situações, como aponta as análises de CARNEIRO (1997).

“A garantia de uma boa lavoura de café de começar pelo tipo de muda e cada um sabe o que é melhor para a sua terra” e outros fatores também são importantes para garantir uma produção satisfatória se realizadas mediante algumas condições materiais, como o uso de irrigação, recuperação da fertilidade e preparo do solo, afirma um agricultor.

Porém, o fator que ocasionou um prejuízo material significativo, para os agricultores da Fazenda Akolá, foi uma forte geada que ocorreu em 2002, fazendo com que os agricultores migrassem para outras culturas e outros abandonassem o programa. Atualmente, apenas três agricultores cultivam o café, porém em pequenas áreas e sem muito investimento na cultura. De acordo com os agricultores, não houve nenhuma avaliação técnica apontando previamente para as condições climáticas desfavoráveis da região. Foi a partir deste contexto que os agricultores tiveram que reformular suas estratégias produtivas.

3.2.2 Estratégias produtivas dos agricultores da Fazenda Akolá

Para atingir os objetivos de reprodução da família “em todos os seus aspectos”, em geral, muitos agricultores, utilizam as mais diversas estratégias para se reproduzir socialmente e assegurar a *sobrevivência* imediata da família e, conseqüentemente, do patrimônio, apontam as análises de WANDERLEY(1996).

Com o objetivo de dar continuidade à produção, principalmente entre os que perderam o investimento destinado ao cultivo de café, cada família passa a definir certas estratégias para garantir sua reprodução social. Em um primeiro momento, a

permanência dos agricultores prejudicados foi garantida com a realização de pequenas culturas dentro da sua unidade produtiva; e em outro momento, foi a capacidade de adaptação e de reorganização dos saberes para a elaboração de novas estratégias produtivas. A tabela a seguir mostra as culturas que os agricultores optaram após o prejuízo com a lavoura de café e a continuação e manutenção dos mesmos cultivos após a primeira colheita.

TABELA 2 – Quadro comparativo da produção comercial após a implantação do programa e do ano de 2004

Agricultor	2002/2003	Cultivos do ano de 2004
José Pereira	Milho, batata-doce, abóbora	Mandioca, batata-doce
Lio Walter Pichioli	Hortaliças	Hortaliças
José Félix de Sá	Cará, milho	Cará, mandioca
João Milton	Milho, batata-doce, mandioca	Milho, batata-doce, mandioca
Junior Carlos Burgatti	Milho	Hortaliças, batata, mandioca, cará
Luiz Cláudio Gomes	Milho	Hortaliças, batata, mandioca, cará
Aparecido de Souza	Milho, batata-doce, mandioca	Cará, milho, mandioca
José Mendes Santos	Milho, batata, mandioca, jiló	Cará, milho, batata, mandioca, jiló
Celso S. dos Santos	Milho, batata, mandioca, cará	Cará, batata-doce, mandioca
Rubens Carneloci	Soja	Soja
Eloir S. dos Santos	Milho, batata, cará, mandioca	Cará, milho, batata-doce
Valdecir Carneloci	Soja, mandioca, batata-doce	Soja
Ademir Valdomiro	Soja, batata-doce	Hortaliças, batata-doce, mandioca
Ademir Prudente	Milho, cará	Milho, cará, mandioca
Antonio Carlos	Milho * antigo morador	Milho, batata-doce, mandioca, arroz
José Vaz de Mattos	Milho, batata-doce, mandioca	Batata-doce, mandioca, abóbora
Hugo Justino	Milho, batata-doce, mandioca	Hortaliças, batata, mandioca, feijão
Benedito Malaquias	Milho, batata-doce, mandioca	Milho, batata-doce, mandioca
Sebastião de Souza	Milho, arroz, mandioca, cará*	Milho, vassoura, arroz.
Lourides da Silva	Milho, mandioca, batata, cará	Milho, batata-doce, cará
José dos A. Rezende	Milho	Cará, hortaliças, maracujá
Florindo de Freitas	Milho, mandioca, cará	Milho, mandioca, cará, café
João Lima de Oliveira	Milho, feijão, arroz	Milho, feijão, arroz, batata-doce
José Edson Lima	Milho, feijão, arroz	Milho, feijão, arroz, batata
Isaias A. Ferreira	Milho, feijão, batata-doce	Milho, mandioca, batata-doce
Zequiel Ferreira	Milho, feijão	Vassoura, cará, mandioca, batata
Claudecir A. da Silva	Milho	Batata-doce
Lourival Pereira	Milho, batata-doce, mandioca	Soja, cará, batata-doce, arroz

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2004 / Emater/PR – Regional de Londrina, 2004.

Neste sentido, cabe ressaltar que o agricultor familiar se expressa pela capacidade que seus pares têm em prover a subsistência e as necessidades de seus membros, assim como a reprodução pelas gerações subseqüentes. Enfim, o caráter familiar não é apenas descritivo, pois o fato de associar família, trabalho e produção tem conseqüências essenciais para a forma como o agricultor age econômica e socialmente, como aponta WANDERLEY (1999).

Em termos de perspectiva de reprodução social, esses produtores familiares não podem ser analisados como um todo uniforme, dada as variações na disponibilidade dos recursos materiais e da heterogeneidade dos conhecimentos.

Em razão do tamanho dos lotes, a maioria dos agricultores adotou práticas de intensificação do uso do solo. Os agricultores entrevistados afirmaram que o tamanho da propriedade era ideal para o desenvolvimento de seus projetos. No entanto, o questionamento maior girava em torno do sistema de financiamento, tanto para o custeio, como para os créditos de investimento.

A diversificação da produção foi concebida pelos agricultores como algo essencialmente importante, e está vinculada à geração de receitas para as despesas diárias; em alguns casos, são utilizadas para pagar mão-de-obra externa, contratadas temporariamente nas épocas de colheita. Os entrevistados indicaram a diversificação da produção não somente como estratégia para estabelecer a sobrevivência, mas como garantia de manutenção de sua unidade produtiva.

De acordo com nossas observações, o grupo de agricultores da Fazenda Akolá apresenta uma racionalidade apoiada na força de trabalho familiar e a produção não é totalmente voltada para o consumo doméstico, porém necessária para a

reprodução de seu estabelecimento agrícola. Nesta perspectiva, identifica-se com o que CHAYANOV (1981) denominou de economia camponesa.

Segundo CHAYANOV (1981), os agricultores familiares têm forma particular de vida e produção e, dependendo de como se apresentam os fatores externos, têm a capacidade de fazer intervenções que podem mudar ou contradizer as tendências que apontam para sua exclusão ou eliminação, patrocinada pela expansão capitalista que, por diversos mecanismos, tem exercido transformações na agricultura.

Apesar de haver pressões sobre as famílias, que tendem a favorecer a permanência de algumas unidades produtivas em detrimento de outras, principalmente no que tange a dívida gerada pelo financiamento do crédito de investimento, os agricultores permaneceram neste sistema, sobretudo pela sua capacidade de estabelecer relações culturais e sociais específicas que se destinaram a preservar a comunidade em seu conjunto. Nestes termos, a organização familiar pode estar relacionada com a manutenção de uma produção diversificada, ligada muito mais à uma estratégia de sobrevivência e menos relacionada às vantagens econômicas e comerciais.

3.3 Diversificação da produção como estratégia de sobrevivência

De acordo com BRANDENBURG (1999), as estratégias de reprodução através da diversificação estão relacionadas, não somente, à segurança econômica, mas também à social e simbólica. Neste sentido, o autor aponta que:

“a explicação da diversidade parece não estar relacionada a uma causa específica, mas associada a fatores diversos, resultantes de

um processo de ajustamento da unidade produtiva, que é operada pela família. Esse ajustamento, sob o ponto de vista ambiental ou ecológico, significa ainda, assegurar condições de reprodutibilidade social, à medida que a diversidade significa estabilidade de um ecossistema” (BRANDENBURG,1999: 132).

A diversidade na produção pode estar associada às várias lógicas e orientada por um duplo objetivo, o consumo e a renda, pois a produção para o mercado e para o auto-abastecimento satisfaz as necessidades da família, porém não satisfaz a produção exclusiva para o mercado (BRANDENBURG,1999).

As atividades agropecuárias diversificadas permitem à família dispor de rendas alternativas quando uma cultura tem quedas drásticas de preços ou quando há perdas por doenças, pragas e fatores climáticos adversos, possibilitando ainda distribuir de maneira mais uniforme a entrada de recursos ao longo do ano. Maior diversificação, na maioria dos casos, também está vinculada a uma maior disponibilidade de produtos e insumos para o consumo da família e/ou propriedade, reduzindo a necessidade de gastos monetários. É neste sentido que as estratégias de diversificação podem ser apreendidas em relação às diferentes combinações entre a ampliação na geração de renda por unidade de produtiva, o aumento no uso da força de trabalho familiar; incremento no uso de instrumentos de trabalho e a possibilidade de substituição de insumos agroindustriais por insumos produzidos no próprio lote (NORDER, 2004).

E nesta perspectiva, foi observado entre os agricultores entrevistados, que o fator diversificação é tido como uma estratégia de produção para o grupo de famílias da *Fazenda Akolá*. A diversificação na produção, evidenciada pela variedade de produtos cultivados, vem sendo utilizada pela maioria dos agricultores. Essa prática é

destacada tanto nas culturas destinadas à comercialização⁴, como naquelas destinadas ao consumo no estabelecimento e na alimentação dos membros da família.

“Mesmo quem plantou milho no começo, logo deu um jeito de fazer uma roça de mandioca, batata-doce ou vassoura. A gente sabe que é bom diversificar, mesmo quem tem pouca terra. Só assim (esses cultivos diversificados) ajuda a gente a sustentar na hora do apuro” (Ivo Bernardes).

A diversificação adotada pelos agricultores tornou-se expressiva à medida que tal geração de recursos é utilizada para garantir a alimentação, o vestuário e as despesas mais urgentes.

“Sempre que eu preciso de um dinheirinho pra cobrir qualquer despesa... mais urgente, eu arranco umas mandiocas e vendo no Ceasa. Tem sempre quem compra e tem sempre quem leva até lá” (Eloir Santos).

Há entre os entrevistados um discurso sobre a importância da diversificação da produção, não somente como uma estratégia de sobrevivência, mas para garantir a manutenção e reprodução de sua unidade produtiva. Isso ocasiona,

⁴ As estratégias dos agricultores familiares no processo de comercialização são a combinação entre as suas vontades subjetivas e as regras sociais, ou seja, os agricultores “calculam” a partir dos elementos dados pelo universo social que têm a sua disposição, pela interpretação que fazem deste universo e pelos interesses próprios diversos. Não existe um cálculo totalmente racional, porém não é produto da inconsciência. Desse modo, tanto as especificidades do ambiente como a de seus interesses na manutenção e reprodução familiar são contempladas em suas estratégias. Todavia, estas não são generalizantes, elas são calculadas a partir dos elementos que cada família tem a sua disposição naquele determinado momento (GARCIA JR; 1989).

entre outros fatores, a possibilidade de intensificação do trabalho familiar, permitindo a manutenção de um número maior de membros da família na área rural.

Podemos afirmar que a diversificação permitiu um aumento na renda monetária para aqueles agricultores que tiveram que estabelecer novas estratégias de produção afim de garantir uma renda mínima para manter a propriedade e alimentar a família na Fazenda Akolá. De modo geral, esta análise pode ser confirmada pelos estudos de NORDER (2004:216) da seguinte maneira:

“A produção de alimentos para consumo familiar permite um uso múltiplo e alternativo da terra, do trabalho, dos equipamentos e dos recursos financeiros. A produção de milho, por exemplo, que requer a aplicação de certo volume de investimentos financeiros, pode viabilizar uma variada criação animal; o preparo do solo dos cultivos permanentes, como o café, permite a consorciação com feijão, abóbora e vários outros produtos alimentares. Da mesma forma, a disponibilidade de irrigação, sobretudo na produção de café, que leva a produção de mercadorias com maior qualidade e produtividade, pode também contribuir para uma diversificação da produção de alimentos para consumo familiar.”

Ao analisarmos alguns elementos das estratégias de sobrevivência do grupo de agricultores em questão, percebemos que formas tradicionais de sobrevivência, ligadas ou não à atividade agrícola comercial, podem ser explicadas no âmbito da localidade, e também, pelo contexto territorial, rural e urbano, no qual essas famílias se inserem.

Diante desse quadro, torna-se importante enfatizar as interações, conflitos e negociações entre diversos atores sociais, permitindo uma compreensão das

diferentes respostas locais a um determinado contexto. Em suma, conduz a uma análise das estratégias que fazem com que o desenvolvimento da produção agropecuária continue sendo um processo significativamente heterogêneo.

“Um dos critérios que podemos utilizar para analisar esta diversidade é o grau de autonomia ou dependência diante do mercado global e do abastecimento de tecnologias. O que as pesquisas empíricas indicam é que os padrões de desenvolvimento contêm um balanço específico entre elementos ‘internos’ e ‘externos’. Isso fica claro não apenas quando comparamos regiões, mas ocorre quando analisamos a heterogeneidade no interior de uma região específica...” (LONG e PLOEG *apud* NORDER, 2004).

Nesta perspectiva, identificar a diversidade dos processos sociais e tecnológicos na produção agropecuária nos remete à observação nas diversas estratégias de produção relacionadas a construção da autonomia (mesmo que parcial), ou seja, o desenvolvimento de formas endógenas no processo produtivo e na reprodução social com base nas condições sócio-ambientais específicos de cada localidade ou região. A seguir discutiremos as formas de desenvolvimento e as estratégias produtivas dos agricultores da Fazenda Akolá.

3.3.1 Diversificação e produção local

Os agricultores da Fazenda Akola, em grande parte, plantam batata-doce, cará, mandioca e milho, mas consideram o cará como “*carro-chefe*”, como uma cultura capaz de gerar recursos para outros investimentos no lote. As demais culturas são consideradas como atividades complementares, utilizadas na realização da rotatividade das terras e necessárias para o pagamento de despesas cotidianas (com exceção dos agricultores que trabalham com horticultura). A tabela 3 apresenta alguns dados referentes ao quadro produtivo:

TABELA 3 - Quadro produtivo da Fazenda Akolá - 2004

Lavoura	Área (ha)*	% com relação à área total	Nº de Produtores	% com relação ao total	Área média por produto
Batata-doce	121,00	22,0	40	95,0	3,02
Café	2,50	0,5	03	7,0	0,81
Cará	170,00	31,0	42	100,0	4,05
Mandioca	150,00	27,0	42	100,0	3,57
Milho	80,00	14,5	30	71,0	2,67
Olerícolas	8,00	1,50	03	7,0	2,67
Outras	12,50	2,0	-		-
Pastagem	4,00	1,5	06	14,0	0,72
TOTAL	548,00				

Fonte: Emater/PR – Regional de Londrina, 2004.

* A somatória das áreas produzidas ultrapassam o tamanho total da área da Fazenda Akolá, isso é explicado pelo uso da rotatividade no plantio e das culturas consorciadas.

Diante do quadro apresentado acima, iremos analisar as estratégias construídas pelos agricultores familiares do grupo *Fazenda Akolá*, enfocando aspectos relacionados aos processos produtivos e organização do trabalho em família. Cabe

ressaltar que o agricultor familiar da área pesquisada, autodenominado *beneficiário*, conta com a força de trabalho essencialmente familiar.

“Enquanto o empresário capitalista pode despedir empregados considerados ‘excedentes’, numa lógica de racionalização econômica, o produtor familiar não pode fazer o mesmo com seus trabalhadores, membros de sua família: seu comprometimento de trabalho pode ser considerado como total; seu objetivo é maximizar a utilização de trabalho em lugar de maximizar o lucro ou algum outro indicador de eficiência” (FRANKLIN, 1969 *apud* BRUMER, 1994, p.90).

Em termos de perspectivas de reprodução social, esses produtores familiares devem ser analisados por sua heterogeneidade, apesar de produzirem basicamente os mesmos produtos. Dada a grande variação na disponibilidade dos recursos produtivos entre as diferentes propriedades, é possível verificar fatores que determinam algumas formas particulares de produção, uma vez que estes agricultores possuem, a princípio, o mesmo tamanho de área de produção agrícola.

Os agricultores da Fazenda Akolá trabalham com cultivos de hortaliças diversas, de mandioca, batata-doce, milho e outros cultivos de subsistência. Desta forma, cada família compõe um conjunto de atividades específicas que confere um padrão de diversidade entre os lotes. Podemos observar que a diversidade entre lotes corresponde aos diversos sistemas de produção empregados por cada família. Dentre os fatores geradores de diversidade, o uso de equipamentos de irrigação possibilita um aumento na produtividade considerável, e que será apresentado no item seguinte. Neste caso, os gradientes de umidade e de fertilidade do solo criam uma

heterogeneidade física e espacial dentro do lote, que permite uma maior diversificação dos cultivos, além da possibilidade do aumento na produção. Outro ponto de diversidade pode ser registrado nas diferentes formas de produção e no uso criativo dos recursos pelos agricultores é a utilização da rotação de culturas para repouso do solo, a qual revela a diversidade no aproveitamento do espaço físico dentro do sistema de produção local.

As formas criativas de utilização dos recursos solo e água pelos agricultores produzem uma agricultura mais sustentável e de menor impacto ambiental, quando comparada com os cultivos convencionais homogêneos e de larga escala, caracterizados pelo uso intensivo de insumos modernos (agrotóxicos e máquinas agrícolas). Torna-se importante frisar que, quando utilizamos o termo “agricultura sustentável”, nos referimos a uma agricultura de insumos reduzidos, isto é, uma produção agropecuária que busca diminuir a dependência dos agricultores em relação aos complexos agroindustriais e do uso extremo de insumos de base química/industrial.

“a sustentabilidade deve envolver três aspectos: o ecológico, referentes a manutenção das características de ecossistemas que forem essenciais para sua existência de longo prazo; o econômico, referente a obtenção de renda suficiente para que a atividade mantenha-se atrativa; o social, tanto à justiça na distribuição dos benefícios e dos custos, quanto no respeito aos valores sociais e culturais da população envolvida” (EHLERS, 1999:124).

Apesar dos agricultores da Fazenda Akolá produzirem praticamente quase os mesmos produtos, quando analisamos cada unidade familiar de produção,

percebemos uma diversificação das atividades agropecuárias por unidade de área. Essa diversificação é observável principalmente pela constituição de recursos permanentes dentro dos lotes.

Os produtores pesquisados desenvolvem quatro ou mais atividades produtivas e, desse modo, trata-se de um expressivo número de atividades, especialmente porque foram desconsideradas as pequenas hortas e pomares domésticos, a criação de galinhas e de outros animais, quando em número muito reduzido e/ou destinado unicamente à subsistência. Atividades com área ou produção maiores, mesmo que complementares em relação às explorações principais ou ligadas somente à subsistência foram computadas, como é o caso do milho, que é utilizada, em muitos casos, para uso doméstico e alimentação animal.

O quadro a seguir compara a produção e a renda entre os agricultores que utilizam equipamentos de irrigação e aqueles que não utilizam, o que evidencia a disparidade da rentabilidade por unidade de área. Porém, entre os agricultores, a média de produtos cultivados equivale à possibilidade de garantia de maior renda, além da rotatividade entre culturas dentro do ano e o investimento em recursos permanentes.

TABELA 4 – Relação entre as famílias que possuem (A) e as que não possuem (B) equipamentos de irrigação.

Nº de Famílias	Área utilizada (ha) no ano	Quantidade Produtos cultivados no ano	Média de área por produto (ha)	Renda bruta no ano Renda (R\$)	Média de renda por área
14 (A)	94	9	10,44	252.000,00	2.680,85
28 (B)	178	8	22,25	251.450,00	1.412,64

Fonte: Emater/PR – Regional de Londrina, 2004.

Neste sentido, a ampliação na geração de renda agropecuária está relacionada com a composição dos meios de trabalho, isto é, com a reconstituição da base rural da agricultura a partir do aumento da proporção no uso de recursos permanentes em relação ao volume de produção. A diversificação da produção agropecuária pode ser compreendida, entre outros aspectos, em relação ao distanciamento da monocultura e da produção em grande escala, marcada por maior dependência de insumos agroindustriais e serviços de mecanização. Outro fator é a escolha, a tomada de decisão de cada família com relação aos cultivos ou a combinação dos mesmos a serem desenvolvidos dentro do lote, assunto que trataremos mais adiante.

3.4 Rotatividade de culturas e uso do solo

A intensificação do uso do solo, através da diversificação da produção, visa principalmente o aumento da geração de renda monetária e, ao mesmo tempo, encontrar formas de ocupação da área produtiva para a permanência e manutenção da propriedade. Os agricultores da Fazenda Akolá buscaram a implementação de processos produtivos com possibilidade de intensificação do uso do solo e da força de trabalho de forma a proporcionar diferentes rentabilidades no lote⁵.

Todavia, a diversidade de culturas constitui um elemento que contribui para ampliar a utilização da força de trabalho familiar e assegurar um aumento de produtividade, na medida em que favorece a recuperação do solo. Os agricultores

⁵ A rotação de culturas é reconhecida também pelos técnicos, que levam em conta as vantagens para o produtor e para a unidade de produção. O manejo inadequado dos solos provoca a redução da disponibilidade de matéria orgânica e os solos empobrecidos ficam sujeitos aos processos de erosão e desertificação (EHLERS, 1999).

entrevistados revelaram as seguintes tendências, no que se refere à prática da rotação de culturas.

“Nós vamos plantar cará dois anos seguidos aqui neste pedaço. Onde tem cará nós vamos colocar ou milho ou mandioca. Vai depender do que nós vamos querer na época. A gente costumava fazer isso em outros lugares... Aqui tão chamando de rotação, apesar da área ser pequena.” (Eloir dos Santos).

No entanto, observa-se que a adoção desta prática se apresenta pela necessidade real e não em caráter preventivo. Até mesmo os agricultores que optaram pela cultura de olerícolas e que utilizam a rotatividade em pequenas áreas fazem referência à sua necessidade.

“Nossa terra já é pequena, e não temos dinheiro pra ficar jogando adubo e calcário direto. Só resta fazer a rotação. Alguns já sabiam dessa técnica e outros foram instruídos pelo técnico e pelas conversas com outros agricultores” (Celso Santos).

A prática da rotatividade, aliada a diversificação de culturas, tem contribuído para uma reorganização da produção local. Exemplo dessa reorganização ocorreu já no primeiro momento da implantação da política fundiária na localidade, pois antes da implantação do Banco da Terra e do acesso aos agricultores familiares, a produção da fazenda Akolá era extensiva⁶ com produção exclusiva de milho. Utilizava

⁶ Sabe-se que a monocultura e a produção em larga escala são prejudiciais aos solos no momento em que, por repetidas vezes, retira os mesmos nutrientes da terra, esgotando-os e deixando as plantas mais suscetíveis ao ataque de pragas e doenças, sendo necessária a crescente aplicação de agrotóxicos (PRIMAVESI, 1992). Já a rotação de culturas é apontada como sendo uma das medidas mais eficientes

uma elevada mecanização e um alto consumo de insumos agroindustriais e, simultaneamente, uma baixa ocupação de força de trabalho.

O principal motivo para a diversificação dentro dos lotes seria de cunho econômico, no ensejo de reduzir os riscos de quebra de produção. Exemplo dessa perspectiva pode ser analisada através daqueles agricultores que perderam o investimento no cultivo do café, logo durante a implantação do programa.

“Com a perda do café, se não fosse a mandioca e o milho que tinha plantado... não sei o que seria. Alguns tiveram que correr por fora, trabalhar em outras propriedades. Agora nós percebemos que a diversificação e rotatividade da produção está dando uma segurança maior” (Eloir dos Santos).

Sendo assim, a diversificação da produção e a rotação no uso do solo, podem ser caracterizadas como estratégia alternativa de produção e manutenção do patrimônio para esses agricultores. Além das implicações sociais, existe o aspecto ambiental, a qual está relacionado diretamente com a conservação do solo. Neste sentido, um padrão de desenvolvimento agrícola que tem como princípio o aumento da produtividade, utilizando estratégias que evidenciam a minimização de impactos adversos ao meio ambiente, caminha na direção de um modelo mais sustentável. Essa diversificação e rotação de culturas são evidenciadas no discurso dos agricultores pesquisados:

contra o esgotamento da terra e a disseminação de pragas. Nessa técnica as plantas beneficiam-se mutuamente, pois à medida que uma cultura tende a exaurir o solo há a compensação de uma outra cultura que o enriquece com matéria orgânica (ALTIERI, 1998).

“Hoje em dia, mesmo que a terra seja pequena existe muitas maneiras de se manter. Eu tenho café, milho, cará, frutas, horta, mandioca. Tem sempre uma variedade de culturas na terra e utilizo a rotação pra garantir sempre a fertilidade do solo. Não tenho dinheiro (risos), mas comida não falta. Porém, tem sempre uma maneira de ganhar uma rendinha extra. Até com muda de café dá pra ganhar” (Florindo de Freitas).

Daremos ênfase, a seguir, ao cultivo do cará, pois, de acordo com os agricultores e até mesmo com os técnicos envolvidos, é a principal atividade local, representando uma fonte essencial de renda entre as famílias da Fazenda Akolá.

3.4.1 A produção de cará

A cultura do cará é caracterizada como “sugadora de solo”, segundo alguns agricultores e é uma atividade que requer a rotatividade da área produzida, não sendo recomendado o plantio na mesma área mais do que duas vezes consecutivas.

A colheita do cará é realizada, em média, 8 à 9 meses após o plantio e pode ser realizada em menor tempo através da irrigação. De acordo com um agricultor entrevistado, mesmo tendo recursos para aquisição de insumos industriais para correção do solo, *“ficaria inviável devido aos altos custos. A solução não está nos insumos, está na técnica de plantio”*. Nesta perspectiva os agricultores da Fazenda Akolá elaboraram estratégias com a finalidade de manter a fertilidade do solo e reduzir a dependência externa e adotaram o uso da rotatividade da área de plantio. O manejo inadequado dos solos provoca a redução da composição de matéria orgânica, essencial

ao desenvolvimento das plantas e conseqüentemente, os solos empobrecidos ficam sujeitos aos processos de erosão (EHLERS, 1999).

O cultivo de cará ocupa cerca de 31% (de acordo com dados da Emater/Londrina) de toda a área utilizada para o plantio de 2003/2004 e representou cerca de 30% da renda total obtida pelo grupo de agricultores da Fazenda Akolá.

Com a necessidade de manter a fertilidade da terra e proporcionar a manutenção da área produtiva os agricultores adoraram a cultura do cará consorciada com a técnica de rotação de culturas. Portanto, eles acabaram estimulando as atividades produtivas que implicaram na regeneração dos processos naturais, evitando (devidos aos altos custos) a utilização intensa de insumos industriais. Porém, o preparo do solo ainda é realizado com a aplicação de adubos de base exógena, no entanto, a utilização desses adubos, de acordo com o técnico da Emater, seria controlada, não podendo causar danos ao solo, principalmente porque existe uma racionalidade no uso.

Os insumos utilizados para o preparo do solo e adubação são oriundos da indústria, como já foi apontado, porém ao questionarmos sobre a utilização de insumos de base orgânica⁷, ou adubação verde, a maioria afirma que não há melhora na produção. Percebe-se, inclusive, uma certa rejeição: *“não adianta, vai ter um gasto maior e o produto não vai ter qualidade”*. Alguns afirmam que não compensa comprar e muito menos produzir insumos orgânicos dentro lote: *“o resultado não seria bom e daria*

⁷ “A adubação verde é uma cultura de entressafra, quando plantada em consórcio com a cultura principal, esta última é colhida deixando as plantas responsáveis pela adubação verde protegendo a terra. As principais variedades vegetais utilizadas no fornecimento da massa verde são as leguminosas. Estas têm um alto poder de fixação de nitrogênio, que é um adubo oneroso à produção, além de possuírem raízes pivotantes, ou seja, raízes que crescem verticalmente, atravessando as camadas mais compactas do solo. Se feita corretamente, a adubação verde dispensa a adubação nitrogenada, reduzindo consideravelmente os custos produtivos” (PRIMAVESI, 1992 *apud* BOFF e MASSUQUETTI, 2000).

muito trabalho pra pouca renda, além do que no final das contas gastaríamos o mesmo tanto”, calcula um agricultor entrevistado.

Diante deste quadro, percebemos que não há uma clareza no discurso dos agricultores da Fazenda Akolá com relação à utilização de técnicas como a adubação verde, pois não houve uma experimentação dessas técnicas. Sabe-se que, entre outras vantagens, a adubação verde promove a sustentabilidade dos solos, pois melhora sua estrutura física, e possibilita a redução nos custos de produção.

Durante o preparo do solo para a o plantio, utiliza-se, normalmente, a tração mecanizada (tratores), no restante do ciclo da cultura, a força de trabalho é proveniente de uso de tração animal e trabalhos manuais - como a capina. Na colheita as operações variam desde a utilização da tração animal até a mecanizada, com complemento de trabalhos manuais.

Com relação à produtividade e a rentabilidade da produção do cará, de modo geral, para cada hectare produzido, o gasto médio é de R\$ 750,00, entre insumos, preparo do solo e manutenção da lavoura. Apesar da mão-de-obra ser essencialmente familiar, têm-se um gasto com mão-de-obra extra, no ato da colheita em torno de R\$ 375,00 (por lote).

A previsão de produção é estipulada pelo uso de equipamentos de irrigação. Quando irrigado, a produção gira em torno de 30 toneladas, e em sistema de sequeiro, o previsto para a colheita gira em torno de 15 toneladas por hectare, de acordo com os agricultores e dados da Emater-PR. O preço médio de venda em 2003/2004 foi de R\$ 0,45 / kg.

Após a colheita são realizadas a seleção e o armazenamento das ramas do cará, que são utilizadas para o próximo plantio. Essas ramas, além de proporcionar a redução dos custos de produção, pode, inclusive, gerar alguma rentabilidade com a comercialização das mesmas para outras unidades de produção. O cultivo de cará apresentou-se como a principal atividade para os agricultores da Fazenda Akolá. Sua produção pode ser potencializada e, conseqüentemente, a renda, através da instalação de equipamentos de irrigação.

É importante frisar que a intensificação nos processos produtivos caracteriza-se, entre outros aspectos, pela formação de um patrimônio permanente, ou seja, é o investimento que o agricultor realiza em determinados recursos, não apenas para a compra de máquinas e equipamentos, mas também para a formação de plantios permanentes, aquisição de animais, construção de cercas, além de várias outras instalações e edificações.

NORDER (2004) confirma esta perspectiva nos seus estudos sobre o processo de produção de um grupo de agricultores. Sua análise foi articulada em cinco fatores, sendo: a constituição dos recursos permanentes da produção agropecuária; a origem e a composição dos recursos temporários utilizados na produção; a quantidade e a qualidade da área ocupada; o uso de força de trabalho; a forma de comercialização. As estratégias locais para substituição de insumos industriais foram observadas em vários cultivos, dentre os quais se destacam a horticultura e a produção de café. O autor observou que houve uma transformação nas relações sociais do grupo por meio do desenvolvimento local de um novo saber técnico. Esta transformação local ocorreu, principalmente, via redução gradativa da utilização de insumos externos de curto ciclo, ocasionando uma intensificação de trabalho e produção dentro da unidade de

produção. A organização do grupo de famílias foi mudando a partir do momento em que o grupo resolveu pesquisar e produzir determinados insumos, essencialmente, através da articulação e de troca de conhecimentos.

Podemos complementar que a noção de desenvolvimento endógeno não equivale à de intensificação da produção, pois esta última inclui processos como a *contratualização*⁸ com a agroindústria (suinocultura, avicultura, etc), que são altamente dependentes de recursos e prescrições técnicas externas. Apesar disso, a intensificação nos processos produtivos, como é o caso da utilização dos equipamentos de irrigação, pode gerar uma maior autonomia técnica e social, ou seja, amplia as possibilidades de inserção em nichos de mercado.

3.5 Reestruturação social

As estratégias de produção estão relacionadas às funções desenvolvidas pelos diferentes membros da família no processo de produção e de decisão, no controle dos meios disponíveis e do acesso aos instrumentos de trabalho na tentativa de suprir suas necessidades. Para atingir os objetivos de reprodução da família em todos os seus aspectos, muitos agricultores geralmente utilizam as mais diversas maneiras para se reproduzirem socialmente e assegurar a sobrevivência da família e o patrimônio para as futuras gerações (WANDERLEY, 1999).

Na Fazenda Akolá, essas estratégias aparecem em forma de trabalho dentro da unidade produtiva, através da mobilização da família para obtenção de uma produção necessária para o consumo familiar e manutenção de sua propriedade.

⁸ Análise realizada por TEDESCO (1999).

Existe entre os agricultores entrevistados, uma forte relação com a terra e a necessidade de valorização da sua unidade de produção. Essa valorização é perceptível tanto pelo discurso de preservação do solo, através da rotação de culturas, quanto pela vontade de organizar a produção para uma comercialização com maiores possibilidades de renda. A relação das categorias trabalho e família encontram-se imbricadas, pois ao indagarmos sobre as perspectivas e projetos em sua unidade de produção, a resposta é unânime:

“Eu tenho orgulho de ser agricultor, de ter um pedacinho de terra e saber que posso sobreviver dela. Não dá pra ganhar dinheiro pra ficar rico, mas dá pra criar os filhos. Claro que tenho vontade de expandir, melhorar as terras, mas mesmo assim dá pra garantir o pão nosso do dia-a-dia” (João de Oliveira).

A valorização da terra está bem presente nos discursos dos agricultores, porém, não se encontra restrita à produção para suprir somente as necessidades básicas, mas como elemento de acesso à melhoria de suas condições materiais. Essa valorização pode ser confirmada através da preocupação com a educação do filhos, principalmente quando se trata da sucessão do trabalho e da manutenção do estabelecimento familiar.

“Tem muita gente que está desistindo do campo. A vida aqui é difícil, o trabalho é duro e muitas vezes não dá retorno. Eu tenho uma preocupação muito grande do que vou deixar para os meus filhos. Quero que eles estudem e que consigam tocar a

propriedade com vontade de fazer isso aqui crescer” (Eloir dos Santos).

Um outro ponto considerado como importante para a manutenção da família na unidade produtiva é o crescimento do patrimônio. Neste sentido, a incorporação de equipamentos na unidade de produção surge como estratégia produtiva à medida que, além de atender às necessidades do próprio estabelecimento, ela é utilizada para a realização de trabalhos dentro da comunidade.

Dentre as estratégias adotadas pelos agricultores da Fazenda Akolá, existe uma prática comum que é a realização de alguns trabalhos em conjunto, com vizinhos ou parentes, na troca de máquinas ou serviços. Isso é considerado como um *favor*, ou uma *troca*⁹, que ira beneficiar a todos.

“Quando é pra ajudar, nós ajudamos. Se eu preciso de um trator pra tombar um pedaço de terra eu peço pra um vizinho que tem. Aí ele me ajuda, claro que eu compro o óleo, senão fica pesado pra ele. Eu também ajudo e as vezes ele quer ajuda pra lavar umas batatas.. ai eu vou ou alguém de casa vai” (Celso dos Santos).

Além disso, são fortes as relações de cooperação com a vizinhança, realizadas através da troca de serviços, com vistas a potencializar a mão-de-obra excedente na agricultura e atender às necessidades de reprodução familiar. Para LAMARCHE (1999), trata-se de uma estratégia familiar que permite tanto a manutenção momentânea da família como em muitos casos, o desenvolvimento da própria unidade produtiva.

⁹ Denominação utilizada pelos agricultores da Fazenda Akolá

Além de realizar *troca de serviços*, existe também a disponibilidade de realização de trabalhos externos, na intenção proporcionar o aumento da renda familiar.

“Sempre quando surge um trabalho em algum lugar. As vezes é para fazer uma capina, uma colheita ou até mesmo trabalhar na construção de uma casa, nós vamos. Claro que tem que ter disponibilidade; nós não vamos deixar o nosso serviço parado pra fazer outra coisa. Nós não vamos abandonar aquilo que é nosso” (Eloir dos Santos).

O trabalho fora do lote, de acordo com nossas observações, figurou-se com o caráter de *complementaridade* de renda, mesmo quando estas são mais elevadas que a renda monetária obtida dentro de seu estabelecimento agrícola.

“Várias pessoas aqui na Fazenda Akolá trabalham em outras áreas e ate mesmo na cidade, mas ninguém deixa seu lote abandonado, pelo contrário. Sempre tem alguém em casa ou na roça fazendo alguma coisa. Aqui em casa, por exemplo, quando surge um trabalho fora nós vamos, mas como você pode ver, a lavoura está bem cuidada. Nós pegamos um serviço extra só pra aumentar um pouco a renda” (Eloir dos Santos).

Estes dados vão ao encontro com a análise de WANDERLEY (1999) de que as rendas provenientes de fora dos lotes não significam necessariamente a desagregação da agricultura familiar. Nessa perspectiva é importante frisar que em condições favoráveis de acesso à terra e de produção, o agricultor e sua família costuma utilizar toda a força de trabalho na própria unidade. Mas existem situações em que a terra ou os meios de produção disponíveis não são suficientes para produzir o

indispensável e suprir as necessidades da unidade ou para a utilização total da força de trabalho da família dentro da sua propriedade. Nesses casos, o excedente de mão-de-obra se volta para outras atividades, buscando alcançar o equilíbrio econômico entre as necessidades da família que não são cobertas com os resultados do trabalho na unidade familiar (CHAYANOV, 1981).

Entre alguns produtores entrevistados, diretamente ou mesmo indiretamente, verificou-se a aquisição de alguns equipamentos (tratores, implementos e pequenos caminhões), o que representa uma estratégia para potencializar os recursos produtivos de sua propriedade. A aquisição desses maquinários foi realizada por conta própria, através de arranjos financeiros individuais, sem o acesso aos planos de crédito de investimento do governo federal ou estadual.

“Nos aqui só temos acesso ao Pronaf. Aquele dinheiro é muito pouco, quase não dá pra nada. Se nós queremos fazer uma cerca, ou comprar uma trituradeira, terá que ser com o recurso próprio. Esse povo todo que comprou trator ou caminhão é porque já tinha algum bem ou tem recurso lá fora. Tem gente que o filho trabalha e manda dinheiro pra cá” (João Milton dos Santos).

A aquisições de equipamentos e o aumento do patrimônio permanente dentro da unidade de produção possibilita a ampliação da eficiência técnica no uso da força de trabalho, além do grau de autonomia e flexibilidade no processo de produção (NORDER, 2004). Diante das transformações resultantes do processo de modernização no campo, a pequena propriedade encontrou formas para se reproduzir e o agricultor, valendo-se de insumos e máquinas agrícolas, consegue intensificar o processo produtivo. Neste sentido, um agricultor da Fazenda Akolá afirma que:

“Quem tem trator não fica dependendo dos outros. Mesmo quando a gente paga, os ‘tratozeiros’ nunca vem no dia e a gente acaba atrasando o restante do plantio ou da colheita... no caso do cará, como já aconteceu com alguns aqui. Não vou nem falar de quem tem carro pra levar as coisas pra vender lá fora. Tudo fica mais fácil, consegue até preço melhor, pois pode correr atrás de um negócio melhor” (Florindo de Freitas).

Além da mecanização, foi percebido entre os entrevistados a necessidade de agregar alguns outros recursos permanentes para potencializar a produção. Entre estes recursos, os principais são estufas e equipamentos de irrigação. Como foi exposto anteriormente, nem todos os agricultores da *Fazenda Akolá* aplicaram o crédito de investimento em equipamentos de irrigação. Aqueles que investiram no café e, em pouco tempo perderam todo investimento adotaram estratégias produtivas para se restabelecerem. Tiveram que se adequar a novas culturas e elaborar outras estratégias de sobrevivência; além disso, ficaram sem o investimento e, conseqüentemente, com um débito junto ao banco, pois o montante dos recursos investidos no café deverão ser quitados.

“Nós optamos pelo café porque sempre trabalhamos com isso, desde que eu me entendo por gente. Veio um montão de técnicos aqui – Emater, Embrapa, Iapar – e todo mundo disse que podia plantar café. Então nós pegamos o dinheiro e investimos tudo no café” (Florindo de Freitas).

Os agricultores que não adquiriram o equipamento de irrigação migraram para o cultivo do cará. Todavia, sabe-se que o cará irrigado produz muito mais e em um período menor. O mesmo entrevistado ilustra a importância dos equipamentos de irrigação neste tipo de cultura:

“Depois que perdemos o café, nós ficamos na mão, tivemos que ir atrás de outros tipos de cultura. No início, plantei um pouquinho de cada, foi o que ajudou aqui. Mas o café era o grosso. Fui para o cará, mas sem equipamento de irrigação produz menos. Pra você ver, tem gente que já esta colhendo o cará e está conseguindo um preço bom; aqui vai demorar mais um pouco. Sem falar que quem escolheu o equipamento de irrigação ainda tem um patrimônio”.

Os recursos permanentes, como equipamentos de irrigação, permitiram aos agricultores aumentar a capacidade de intensificação nos processos produtivos, como é o caso da utilização dos equipamentos de irrigação. Isso pode gerar uma maior autonomia técnica e social, ou seja, amplia as possibilidades de inserção em nichos de mercado (NORDER, 2004).

A busca de soluções alternativas dos agricultores familiares para a manutenção de sua propriedade é constante e a integração de sua produção no mercado é um resultado destas estratégias. A perspectiva de beneficiamento da produção é uma forma de valorizar o trabalho da família e do seu grupo social.

Observamos que, entre os agricultores da Fazenda Akolá, há propostas para a construção de uma cozinha comunitária, a qual teria o papel de empregar mão-de-obra para o beneficiamento da produção local. A idéia é bastante discutida entre os agricultores, que já esboçaram alguns projetos e possibilidades de acesso a créditos de

investimento para a implantação da infra-estrutura necessária. De acordo com o presidente da Associação dos Agricultores da Fazenda Akolá, a intenção, em um primeiro momento, é trabalhar com a manufatura da mandioca, realizando a limpeza, retirada da casca e embalagem para comercialização. Como existe uma reduzida proximidade, e uma grande interação com o meio urbano, a valorização de seus produtos para a comercialização e a possibilidade do aumento de renda é grande, na perspectiva dos agricultores.

“Nós temos que organizar melhor a nossa associação, pois a utilizamos apenas para comprar as terras, agora nós tínhamos que tentar montar uma cozinha comunitária, pra beneficiar a mandioca. Nós estamos muito perto de Londrina e dá pra vender com facilidade. Só depende de um pouco de organização” (Eloir dos Santos).

Observamos que os agricultores anseiam uma autonomia nos processos produtivos; porém sentem necessidade de ampliar esta autonomia através da possibilidade de beneficiamento para melhorar a comercialização e conseqüentemente o aumento da renda. MIOR (2003) demonstra que os elementos internos e externos nos processos de desenvolvimento não seriam suficientes para compreender a autonomia do agricultor familiar. A distinção deveria ser realizada entre o controle local e/ou externo dos processos de desenvolvimento. Em sínteses a questão caberia na seguinte definição:

“Os padrões de desenvolvimento endógeno se baseiam, principalmente, ainda que não exclusivamente, em recursos

localmente disponíveis tais como as potencialidades da ecologia local, mão-de-obra, conhecimento e padrões locais de ligação de produção e consumo” (PLOEG e LONG *apud* MIOR, 2003).

A análise apresentada neste capítulo sobre as estratégias produtivas para a geração de renda e manutenção do patrimônio, na Fazenda Akolá, evidencia o papel central da formação de uma base de recursos produtivos permanentes no estabelecimento agrícola.

A tomada de decisão das famílias por optarem pela diversificação da produção e rotatividade dos cultivos ocasionou a reconstituição dos meios de trabalho. Isso foi realizada através de uma ampliação gradual das condições de produção e por meio de uma intensa aplicação de trabalho familiar. Torna-se importante frisar que a renda dos agricultores que investiram na aquisição de equipamentos de irrigação foi superior àqueles agricultores que investiram no café. Sendo assim:

“É certo que parte dos recursos produtivos (máquinas, equipamentos, ferramentas) são adquiridos diretamente no mercado, mas estas aquisições mercantis, ao contrário de representarem um aumento na subordinação a atores sociais externos, permitem aumentar a eficiência técnica no uso da força de trabalho e aumentar o grau de autonomia e maleabilidade no processo de produção” (NORDER, 2004).

3.6 O impasse no pagamento do crédito fundiário

O caráter associativo dos agricultores da Fazenda Akolá foi criado para atender às condições impostas pelo Programa Banco da Terra e, apesar de suas

limitações, contribuiu para que os agricultores tivessem acesso aos créditos de custeio da produção e de investimento.

No entanto, a situação das famílias pesquisadas é bastante diversa, especialmente em relação a condições financeiras de cada uma delas e dos seus recursos financeiros. Percebemos aspectos similares nos depoimentos e nas observações, que revelaram alguns problemas, especialmente com relação à dificuldade para pagar as prestações do financiamento dos lotes.

Como se sabe, a dívida oriunda da compra da terra foi contraída em nome da associação e o montante a ser quitado deverá ser realizado coletivamente. Neste sentido, como há uma diversidade das situações financeiras e produtivas entre as famílias que pertencem à associação, e a mesma não está conseguindo arrecadar o valor necessário para o pagamento da primeira parcela, que venceu em outubro de 2004. Esta situação pôde ser registrada até abril de 2005. Isto ocasionou uma tentativa de renegociação individual com o Banco do Brasil, responsável pelo financiamento do crédito fundiário, que foi, no entanto, indeferida.

Apesar do desejo de pagar, os agricultores entrevistados afirmaram que algumas famílias não terão condições de realizar a quitação do valor total financiado. A impossibilidade de alguns produtores, de acordo com as entrevistas, seria decorrente de problemas particulares e prejuízos materiais isolados, alguns ocasionados por situações climáticas, afirma Eloir dos Santos, presidente da associação.

Não houve, até meados de maio de 2005, nenhuma possibilidade de negociação entre o banco e os agricultores. A instituição credora afirma que o contrato da compra das terras foi firmado com a Associação dos Agricultores da Fazenda Akolá e que a mesma deverá realizar o pagamento da primeira parcela do montante

financiado. Não houve nenhuma manifestação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamarana e nem de Londrina.

Esta situação ocasionou o bloqueio da realização de investimentos para projetos coletivos. O objetivo destes investimentos coletivos era criar condições melhores para a comercialização dos produtos locais, como aquisição de caminhões e tratores, além de equipamentos para beneficiamento da produção, como já foi exposto anteriormente. Neste sentido, percebemos que a racionalidade do programa ignora a diversidade do grupo de famílias e pressupõe uma situação de realidade comum para o conjunto dos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar no Brasil vem, historicamente, desenvolvendo uma diversidade de estratégias de produção e reprodução social, isto é, ela reflete em situações produtivas e organizacionais das mais heterogêneas possíveis. Visto isso, na discussão aqui proposta, significa dizer que ao se referir à noção de agricultura familiar, devemos mencionar as diferenças existentes nesse universo, bem como entre os seus diferentes atores sociais. Todavia, podemos considerar os diversos personagens orientados pelos mais variados interesses, objetivos e experiências, e desenvolvem projetos que respondam a outros, formulados muitas vezes, por agências estatais ou setores empresariais. Tal situação pode resultar uma gama de práticas que se traduz na heterogeneidade da agricultura.

A proposta de reforma agrária de mercado emerge no Brasil num contexto veemente de disputas políticas de terra. Porém, está intimamente ligada a um direcionamento das políticas econômicas do Banco Mundial que, desde metade dos de 1970, criou diretrizes gerais de ação, dentre elas a de “reconhecimento da importância da propriedade familiar em termos de eficiência e equidade”; assim como a “necessidade de estimular os mercados para facilitar a transferência de terras para usuários mais eficientes” e a “importância de uma distribuição igualitária de bens e de reformas agrárias redistributivas” (MEDEIROS, 2002).

É nesse contexto geral, acentuado por intensas ações do poder Executivo, propondo retomar o empreendimento político no que se refere à

questão agrária e, juntamente, mudar o tradicional delineamento do que havia sido as intervenções do governo federal até então, que se apresentou o programa Banco da Terra.

A dimensão dessa política pública e suas conseqüências sócio-econômicas, ambientais e culturais não devem ser reduzidas às conclusões obtidas nesta pesquisa. No entanto, esta análise aponta para necessidade de um aprofundamento e uma expansão dos estudos de caso das políticas fundiárias e agrárias no país. Foi a partir do estudo de caso, junto ao grupo de agricultores da Fazenda Akolá, que percebemos a reestruturação dos processos produtivos das famílias após a implantação do programa Banco da Terra. Porém, as mudanças na produção foram ocasionadas, principalmente, pela necessidade de sobrevivência, pelo anseio de manter-se como agricultor familiar e pela aquisição de um patrimônio.

A produção destinada ao mercado foi atribuída como a principal estratégia de sobrevivência, principalmente a partir da mudança ocorrida nesse processo, ocasionado por questões estruturais e climáticas. Isso delineou todas as decisões desses agricultores e implicou nas alterações de suas bases técnicas. Essas modificações implicaram, efetivamente, em uma agricultura com base na redução de insumos industriais, devido à escassez de financiamentos.

A diversificação da produção possibilitou o aumento de produtos comercializáveis que garantissem a sobrevivência do grupo. A explicação da diversidade, no entanto, pareceu estar associada a fatores resultantes de um processo de ajustamento da unidade produtiva manobrado pela família. Este

ajustamento assegurou condições de reprodução social e ambiental e, neste sentido tratou-se de uma estratégia adaptativa das unidades de produção ou escolha de um modo de vida particular. Apesar dessa relativa autonomia, muitos agricultores ficaram na dependência de recursos financeiros externos para promover a estabilidade econômica dentro da propriedade. E é nesse ponto que identificamos os recursos permanentes como fonte multiplicadora dos recursos produtivos e que permitiram aos agricultores o aumento da capacidade de intensificação do uso do solo.

A escassez de financiamentos fez com que os agricultores adotassem técnicas alternativas, sendo uma delas a rotação da área de plantio, que é caracterizada como um fator endógeno. A produção de cará foi apontada como responsável por grande absorção de trabalho familiar e pela perspectiva de investimentos na propriedade. Um ponto importante ao processo de produção, foi a re-utilização das ramas do cará para o plantio seguinte, assim como comercialização do excedente para vizinhos e outras comunidades, contribuindo para o aumentando da rentabilidade do agricultor. Todos estes processos produtivos foram caracterizados, de acordo com nossas pesquisas, como fatores de estratégia de permanência do agricultor em sua unidade de produção.

O endividamento, com relação à aquisição da terra, não foi identificado como meio de transformação dos saberes dos agricultores locais. A necessidade de intensificar a produção aconteceu pela necessidade de eliminar o risco de insustentabilidade, através de culturas que melhorassem a renda, e permitir a reprodução da família na unidade de produção.

A discussão proposta neste estudo nos remete, também, a implicações ambientais na medida em que as estratégias produtivas adotadas pelos agricultores locais passam pela utilização e pela intensificação do uso do solo. Tratou-se, enfim, de avaliar a abrangência das formas de produção local através das quais se estabelecem diferenciadas perspectivas entre a racionalização e autonomia dos processos produtivos.

Embora os agricultores venham desenvolvendo as mais diversas estratégias, visando sua reprodução social e material, questões estruturais, da atual conjuntura política e econômica do país, acabam determinando aos agricultores uma realidade de crise e de poucas opções, principalmente com relação a investimentos na propriedade e na produção.

Compreendemos que o papel das políticas públicas para a agricultura familiar é de extrema importância para a viabilização da reprodução desse segmento de agricultores. Mesmo um programa como o Banco da Terra, o qual foi alvo de tantas críticas, e vários pontos questionados, conseguiu, de certo modo, aumentar a inserção do pequeno agricultor no mercado e, indiretamente, melhorando as condições sócio-econômicas.

As políticas destinadas às questões agrárias, principalmente as que envolvem a agricultura familiar, devem ser entendidas como forma de desenvolvimento de uma outra agricultura, cuja dinâmica e objetivos, absorvam a modernização social necessária para o país. Que compreenda a dinâmica da agricultura familiar, no sentido mais concreto de seu entendimento: como criadora de um espaço de produção, de um espaço de trabalho e com capacidade de gerar

redes econômicas, sociais, culturais e políticas que integrem os milhares de excluídos do modelo de desenvolvimento hegemônico.

Espera-se que, de alguma forma, este trabalho de pesquisa possa contribuir para a reflexão sobre as políticas públicas no Brasil, pois estas são marcadas pela sua descontinuidade e falta de compromisso. A nossa esperança é ter os agricultores familiares compreendidos em sua forma particular de viver, de pensar e de interpretar o mundo; e na sua inclusão na agenda das políticas públicas, não apenas como objeto e sim como sujeito ativo e atuante em todo o processo de planejamento de suas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo - Rio de Janeiro – Campinas: Hucitec, Anpocs. Ed. UNICAMP, 1992.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “O que há de novo no rural brasileiro?.” São Paulo: Terra Livre, n. 15, 2000. p. 87-112.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade brasileira?”. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 147-173.
- ALIER, J.M. Da economia ecológica ao ecologismo popular, Blumenau, ed. FURB, 1998.
- ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 214p.
- ALMEIDA, J. Significados sociais, limites e potencialidades da agroecologia. In: FERREIRA, A. D. D., BRANDENBURG, A. Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998b. p.239-247.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: NAVARRO, Zander; ALMEIDA, Jalcione. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998. p.33-55.
- ALTIERE, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre. Universidade/UFRGS. 1998.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- ALVES, E. Transformações da agricultura brasileira. Brasília: Codevasf, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil, São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia. O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira, NORDER, Luiz Antônio Cabello. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antônio Cabello. A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. Análise Econômica do Banco da Terra. Boletim do DESER, Curitiba, jun. 1999. Disponível em: <www.dataterra.org.br/Documentos/deser.htm>. Acesso em 11 jul. 2002.

BOFF, Juliana F, MASSUQUETTI, Angélica. Agricultura Sustentável: Um Novo Modelo De Desenvolvimento Agrícola. XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro. 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

BRANDENBURG, Alfio. Agricultura familiar: ONG's e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Novo Mundo Rural - projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo. Disponível em: <www.desenvolvimentoagrario.gov.br> - Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Brasília: 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mudanças legais que melhoram e apressam as ações da reforma agrária. Brasília, 2001.

BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. Caderno de Sociologia. Produção familiar, processos e conflitos agrários. Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós-graduação em Sociologia, v6, 1994, p.89-111.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades,2001.

CARNEIRO, M. J . Pluriatividade no Campo: o caso francês. In: Revista brasileira de Ciências Sociais, no. 32, ano II, outubro 1996. p. 89-103.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n.11. p. 53-75, out. 1998.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. "Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária". In: LEITE, Sérgio (org.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001. p. 193-223.

CASTELLI, Pierina German; WILKINSON, John. Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção. Estudos Sociedade e Agricultura, 19, outubro, 2002: 89-112.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In:

CHIAROTTI DE ALMEIDA, Ana Maria. A morada do vale: sociabilidade e representações; um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal. Londrina: Ed. UEL, 1997.

COUTO ROSA, S. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. In: 37 Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999, Foz do Iguaçu. Brasília: SOBER, 1999.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). Manifesto da CPT. Goiânia, 28/06/2000. disponível em : <www.cpt.org.br>

EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1999.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília, 1995.

FERREIRA , Angela D. Damasceno , ZANONI, Magda. "Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade." In: Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FLEISCHFRESSER, V. Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70. CONCITEC, IPARDES, 1988.

FRANKLIN, S. H. The eropean peasant; the final phase. London: Methuen, 1969.

GARCIA JUNIOR, A. R. O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UNB/MCT/CNPq, 1989.

GASQUES, José Garcia; VERDE, Carlos Monteiro Villa. Trinta anos de Desperdícios da União com Política Fundiária. Brasília, 17 e 18 de dezembro de 1998.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GRAZIANO DA SIVA, José. (1981). Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura, São Paulo, Hucitec.

GRAZIANO DA SILVA, Jose; STOLCKE, Verena (Orgs.). A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. Mas, qual Reforma Agrária? in: Revista da ABRA, n. 01, Campinas: ABRA, 1987.

GRAZIANO DA SIVA, José. (1997) Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas Pnads. In: Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Natal, 04 a 08 de agosto de 1997 Rio Grande do Norte.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Campina,SP: UNICAMP-IE, 1999, 153 p. Coleção Pesquisas I.

GRAZIANO DA SILVA, José. Tecnologia e Agricultura Familiar. Porto Alegre-RS: Editora Universidade/UFRGS, 1999.

GUIVANT, Júlia S. "A Agricultura Sustentável na Perspectiva das Ciências Sociais". In: VIOLA, E. e outros: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania. São Paulo, Cortez, p.99-133, 1995.

GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v.14, n.3, p. 412-447, set./dez. 1997.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Ética Ambiental y Agroecología: elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica. Sevilla, ISEC - Universidad de Córdoba, España, 1999, 30p. (mimeo).

IANNI, Octávio. A utopia camponesa. São Paulo: Anápolis/Cortez. 1986.

IANNI, Octávio. Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. Censo Agropecuário de 1995/1999.

JOLLIVET, Marcel. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village. Paris: Armand Colin, 1974. p11-38.

KAGEYAMA, A; GRAZIANO DA SILVA, José. Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 70. Estudos Econômicos. SP, 13(3):537 set/dez 1983.

KAGEYAMA, Ângela A. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo. In: MARTINE, G. 7 GARCIA, R.C. (orgs.). Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo, Caetés, 1987. pp. 99-123.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemert S/A, 1968.

LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LÊNIN, Vladimir Ilitc. O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1982.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Comentário sobre o “Novo Mundo Rural” ou a “Nova Reforma Agrária” do Governo FHC. Sergipe, 1999. (Mimeo).

LOWE, P, MURDOCH, J & WARD, N, Networks in Rural Development: Beyond Exogenous and endogenous models. Centre for Rural Economy, University of Newcastle upon Tyne, 1995.

MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho. Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. Ed. CAETES, São Paulo, 1987.

MARTÍNEZ ALIER, J. De la economía ecológica al ecologismo popular. Barcelona: Icaria, 1994.

MARX, Karl. Da ideologia Alemã (partel). São Paulo: Paz e Terra, 1964.

MARX, Karl. Para a critica da economia política. São Paulo: Abril, 1974.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MENDRAS, Henri. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MIOR, Luiz C.A. “Agricultura familiar” e o “rural não agrícola” como estratégias de desenvolvimento rural: algumas controvérsias do debate. XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro. 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

MIOR, Luiz C.A. Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. Tese de doutorado. UFSC. Florianópolis: 2003.

MOREIRA, Roberto J. Questão Agrária E Sustentabilidade: Reflexões Analíticas. XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro. 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

MOREIRA, Roberto J.. Agricultura familiar: Processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, UFRRJ/CPDA, 1999.

NAVARRO, Zander. O projeto-piloto "Cédula da Terra" — comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente. Porto Alegre, Agosto de 1998.

NAVARRO, Zander; ALMEIDA, Jalcione. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 1998.

NORDER, Luiz Antonio Cabello; BERGAMASCO, Sônia M. P., Question agraire, politiques publiques et mouvements sociaux. In: ZANONI, Magda; LAMARCHE, H. (Coords.). Agriculture et ruralité au Brésil: un autre modèle de développement. Paris : Editions Karthala, 2001. p.107-128.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. (2004), Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. Universidade de Wageningen, Tese de Doutorado.

NOVO MUNDO RURAL. Projeto de Reformulação da Reforma Agrária. Brasília, Março de 1999.

PLOEG, J. D. (2003), The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry. Assen: van Gorcum.

PRIMAVESI, Ana. Agricultura sustentável. São Paulo: Editora Nobel, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978. 314p.

RANGEL, I. A Questão Agrária Brasileira. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.

RAYNAUT, Claude. "A desenvolvimento e as lógicas de mudança: A necessidade de uma abordagem holística." In: Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente N o 1, Editora da UFPR: 1994.

SABOURIN ,Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. Estudos Sociedade e Agricultura, 16, abril 2001: 37-61.

SARACENO, ELENA. (1994). Recent trends in rural development and their conceptualisation . Journal of Rural Studies. v.10 n.4. p.321-330.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária de mercado: a experiência brasileira. XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro. 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e Industrialização, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana, Cadernos de ciência e tecnologia, V.14, N.02, Brasília, EMBRAPA, mai/ago. 1997.

SILVA, José Gomes da – A REFORMA AGRÁRIA NA VIRADA DO MILÊNIO. Campinas: Ed. ABRA, 1996

SILVA, Osvaldo Heller da. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. Revista De Sociologia E Política Nº 12: 161-167 Jun. 1999

SILVEIRA, Cristiane A. da. ALMEIDA, Jalcione . Tendências na regulamentação da agricultura orgânica: Um estudo comparativo dos casos da Califórnia Setentrional e da Região Sul Do Brasil. XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro. 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

SILVEIRA, Paulo R. PIREZ, Paulo J. da. F. MARIN, Mário Z. As formas de exploração do espaço agrário em regiões marginais: O desafio da sustentabilidade. XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro. 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Colonos do vinho: um estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In:_____. (org.) Agricultura Familiar – Realidades e Perspectivas, Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1999.

TEIXEIRA, G. (resp.) Um novo modelo rural sob a perspectiva do governo FHC. Brasília: Partido dos Trabalhadores, Liderança da Bancada Federal/Secretaria Agrária Nacional, mimeo, Março de 1999.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. 7a ed.. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VIEIRA, P.F.. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: HOGAN, D.J.& VIEIRA, P.F.. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável, Campinas, Ed. UNICAMP, 1995.

WALTON, J. Making the theoretical case. In: RAGIN, C. E F. Becker, What is a case? Exploring the foundations of social inquiry. New York: Cambridge University Press, p. 121-137. 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (2000), A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2, Editora UFPR: 2000. 29-37.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. in: BRANDENBURG, Alfio (org.). Para pensar outra agricultura, Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. in: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar – Realidades e Perspectivas, Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas, 1981 (mimeo).

WILKINSON, J. Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil. Políticas agrícolas, México, v.2, n.1, p. 101-135, 1996(a).

WOLF, Eric R. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, Brasília, p.11-73. 1990.

ANEXOS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Conselho Curador do Banco da Terra
Secretaria Executiva

BANCO DA TERRA

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO

FORMULÁRIO

ÍNDICE

1. <i>MODELO DO FORMULÁRIO - PROPOSTA DE FINANCIAMENTO</i>	03
2. <i>MODELO DO FORMULÁRIO - DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE</i>	21
3. <i>MODELO DO FORMULÁRIO - DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE VENDA</i>	23
4. <i>MODELO DO FORMULÁRIO - PROTOCOLO DE RECEBIMENTO</i>	24
5. <i>MODELO DO FORMULÁRIO - PARECER SOBRE A PROPOSTA DE FINANCIAMENTO</i>	25
6. <i>MODELO DO FORMULÁRIO - PARECER SOBRE PROJETO DE</i> <i>INFRA-ESTRUTURA BÁSICA</i>	28
7. <i>MODELO DO FORMULÁRIO - COMUNICAÇÃO DA DECISÃO</i>	29
8. <i>MODELO DO FORMULÁRIO - FOLHA SUPLEMENTAR</i>	30

1. Modelo do Formulário - Proposta de Financiamento

BANCO DA TERRA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Sequencial □□□.□□□□□□□□.□□□□□□	Município □□□□□□□□□□

QUADRO 01 - IDENTIFICAÇÃO / DOCUMENTAÇÃO

01. Nome da organização ou beneficiário individual		
02. Nome da Unidade Técnica receptora		03. Data do recebimento
04. Município onde se localiza a Unidade Técnica	05. UF	06. Classificação para atendimento <input type="checkbox"/> 1. Prioritária <input type="checkbox"/> 2. Intermediária <input type="checkbox"/> 3. Não prioritária

Anexos à Proposta de Financiamento

Relativos à Organização	Quantidade	Relativos aos Proprietários	Quantidade
Estatuto vigente		Declaração de propriedade do imóvel	
Ata de Constituição		Declaração de Intenção de Venda atualizada	
Ata de Eleição da Atual Diretoria		Cópia dos documentos de identidade dos proprietários e cônjuges (se pessoa física)	
Ata da reunião que aprovou a Proposta		Cópia dos CPF dos proprietários e cônjuges (se pessoa física)	
Cópia do CNPJ		Cópia do CNPJ (se pessoa jurídica)	
Cópia da Inscrição Municipal		Certidão Negativa do Cartório de Títulos e Documentos (se pessoa física)	
Cópia da Inscrição Estadual		Declaração de ausência de débito ou Certidão Negativa do:	
		INSS	
Relativos ao beneficiário individual ou associados/cooperados e respectivos cônjuges		FGTS	
Declaração de Elegibilidade		Receita Federal	
Cópia do CPF		Fazenda Estadual	
Cópia do documento de identidade		Fazenda Municipal	
Comprovação da atividade rural		Certidão atualizada de Junta Comercial (se pessoa jurídica)	
		Outros	
Relativos ao Imóvel			
Cópia autenticada da escritura			
Certidão de registro de imóveis			
Cadeia dominial vintenária			
Memorial descritivo			
Cópia do Certificado de Cadastro do INCRA			
Recibo do ITR quitado			
Certidão negativa de ônus			
Planta topográfica			
Croquis			

Formulário 01 – Folha 01 – Proposta de Financiamento

Obs: A autenticação dos documentos só será necessária no momento da assinatura do contrato.

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Resumo Global	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	
	Sequencial □□□.□□□□□□□□.□□□□□□	Município □□□□□□□□□□
	Número da folha □□□□ / □□□□	

QUADRO 02 - RESUMO GERAL (valores em R\$)

Quantidade de beneficiados (A)	Área total do projeto em ha (B)	Área média por beneficiado em ha (B) / (A)

	Aquisição do Imóvel	Infra-estrutura básica	Projetos produtivos	TOTAL
(C) Custo total				
(D) Custo médio por beneficiado (C) / (A)				
(E) Índice de participação de cada item de custo em relação ao custo total do projeto (C) / Total (C)				100 %
(F) Recursos do Banco da Terra				
(G) Outros recursos				
(H) Índice de participação do Banco da Terra no total de recursos do projeto (F) / (C)				

QUADRO 03 - ESTIMATIVAS DE RENDA (valores em R\$)

	Ano 4	Ano
1. Renda rural (inclui autoconsumo)		
2. Renda monetária bruta (sem autoconsumo)		
3. Prestações dos empréstimos do Banco da Terra		
4. Perstações de outros empréstimos		
5. Renda monetária líquida (2) – (3) – (4)		

QUADRO 04 – PLANO DE PAGAMENTO

Ano	% do Total	Ano	% do Total	Ano	% do Total	Ano	% do Total
1		6		11		16	
2		7		12		17	
3		8		13		18	
4		9		14		19	
5		10		15		20	

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Resumo Global	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

QUADRO 05 - RESUMO DOS CUSTOS DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL E CONTRATAÇÃO (valores em R\$)

Aquisição do Imóvel/ Contratação	Custos totais
Terra nua	
Benfeitorias úteis e necessárias	
Custos cartorários	
Custos de topografia e medição da área	
Elaboração desta Proposta de Financiamento	
Custo da confecção da placa indicativa do BANCO DA TERRA	
Outros	
TOTAL	

QUADRO 06 - RESUMO DOS CUSTOS DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA (valores em R\$)

Descrição das obras de Infra-estrutura básica	Custo total	Recursos do Banco da Terra	Contrapartida da Organização ou beneficiário individual	Outras fontes	
				Valor	Órgão
Infra 01					
Infra 02					
Infra 03					
Infra 04					
Infra 05					
Infra 06					
Infra 07					
Infra 08					
Infra 09					
Infra 10					
Infra 11					
Infra 12					
TOTAL					

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	
	Número da folha	
Resumo Global	Seqüencial	Ano
	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> - <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

QUADRO 07 - RESUMO DOS CUSTOS DOS PROJETOS PRODUTIVOS (valores em R\$)

Descrição		custo por ciclo/safra	Fonte de recurso
CULTURAS OU CONSORCIAMENTO			
Cult. 01			
Cult. 02			
Cult. 03			
Cult. 04			
Cult. 05			
Cult. 06			
TOTAL CULTURAS (A)			
CRIAÇÕES		CUSTO	TOTALCUSTOS ANUAIS
Criaç. 01			
Criaç. 02			
Criaç. 03			
Criaç. 04			
Criaç. 05			
TOTAL CRIAÇÃO (B)			
OUTROS PROJETOS (agroindústria, extrativismo, armazenagem, maquinarias, equipamentos, etc.)			
Outro. 01			
Outro. 02			
Outro. 03			
Outro. 04			
Outro. 05			
TOTAL OUTROS PROJETOS (C)			
TOTAL DE PROJETOS PRODUTIVOS (A+B+C)			

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Dados da Organização	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Sequencial □□□.□□□□□□.□□□□	Município □□□□□□□□□□

QUADRO 08 – IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

01. Tipo de organização <input type="checkbox"/> 1. Associação <input type="checkbox"/> 2. Cooperativa		02. Nome da organização		03. Número do CNPJ	
04. Data da criação		05. Data de registro no cartório		06. Inscrição Estadual	
07. Inscrição Municipal		08. Nome da pessoa de contato		09. Função	
10. Telefone do contato DDD Número		11. Endereço da organização		12. Distrito/comunidade	
13. Município de localização do organização		14. CEP		15. UF	
16. Endereço eletrônico da organização (E-mail)		17. Telefone DDD Número		18. Quantidade total de membros da organização □□□ participantes da Proposta □□□	
Diretoria da organização					
19. Presidente			19.1 Estado civil		19.2 Nacionalidade
19.3 Profissão		19.4 CPF		19.5 Identidade-órgão expedidor-UF	
19.6. Mandato Início Fim		19.7. Funções que lhe competem na execução do Projeto			
20. Vice Presidente			20.1 Estado civil		20.2 Nacionalidade
20.3 Profissão		20.4 CPF		20.5 Identidade-órgão expedidor-UF	
20.6. Mandato Início Fim		20.7. Funções que lhe competem na execução do Projeto			
21. Secretário/Tesoureiro			21.1 Estado civil		21.2 Nacionalidade
21.3 Profissão		21.4 CPF		21.5 Identidade-órgão expedidor-UF	
21.6. Mandato Início Fim		21.7. Funções que lhe competem na execução do Projeto			

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Dados da Organização	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

QUADRO 09 - APOIOS RECEBIDOS

01. Seq.	02. Nome do órgão de apoio ou do profissional contratado		03. Pessoa de contato no órgão de apoio	
04. Endereço do órgão de apoio ou do profissional contratado			08. Telefone 1 DDD Número	
05. Município		06. UF	07. CEP	09. Telefone 2 DDD Número
10. Endereço eletrônico do órgão de apoio ou do profissional contratado (E-mail)				
11. Tipo de apoio				
<input type="checkbox"/> 1. Organização dos beneficiados	<input type="checkbox"/> 4. Negociação do preço	<input type="checkbox"/> 7. Definição de projetos de infra-estrutura básica		
<input type="checkbox"/> 2. Preenchimento da Proposta	<input type="checkbox"/> 5. Definição do projeto produtivo	<input type="checkbox"/> 8. _____		
<input type="checkbox"/> 3. Vistoria e avaliação do imóvel	<input type="checkbox"/> 6. Cálculo das prestações	<input type="checkbox"/> 9. _____		

01. Seq.	02. Nome do órgão de apoio ou do profissional contratado		03. Pessoa de contato no órgão de apoio	
04. Endereço do órgão de apoio ou do profissional contratado			08. Telefone 1 DDD Número	
05. Município		06. UF	07. CEP	09. Telefone 2 DDD Número
10. Endereço eletrônico do órgão de apoio ou do profissional contratado				
11. Tipo de apoio				
<input type="checkbox"/> 1. Organização dos beneficiados	<input type="checkbox"/> 4. Negociação do preço	<input type="checkbox"/> 7. Definição de projetos de infra-estrutura básica		
<input type="checkbox"/> 2. Preenchimento da Proposta	<input type="checkbox"/> 5. Definição do projeto produtivo	<input type="checkbox"/> 8. _____		
<input type="checkbox"/> 3. Vistoria e avaliação do imóvel	<input type="checkbox"/> 6. Cálculo das prestações	<input type="checkbox"/> 9. _____		

01. Seq.	02. Nome do órgão de apoio ou do profissional contratado		03. Pessoa de contato	
04. Endereço do órgão de apoio ou do profissional contratado			08. Telefone 1 DDD Número	
05. Município		06. UF	07. CEP	09. Telefone 2 DDD Número
10. Endereço eletrônico do órgão de apoio ou do profissional contratado				
11. Tipo de apoio				
<input type="checkbox"/> 1. Organização dos beneficiados	<input type="checkbox"/> 4. Negociação do preço	<input type="checkbox"/> 7. Definição de projetos de infra-estrutura básica		
<input type="checkbox"/> 2. Preenchimento da Proposta	<input type="checkbox"/> 5. Definição do projeto produtivo	<input type="checkbox"/> 8. _____		
<input type="checkbox"/> 3. Vistoria e avaliação do imóvel	<input type="checkbox"/> 6. Cálculo das prestações	<input type="checkbox"/> 9. _____		

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Dados do Imóvel	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Sequencial □□□.□□□□□□.□□□□	Município □□□□□□□□□□

QUADRO 10 – MEMÓRIA DE APURAÇÃO DO VALOR DO IMÓVEL (AVALIAÇÃO)

01. Terra nua		Área	Valor unitário	Valor total
Tipo de solo		ha	R\$	R\$
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
Total (1)				

QUADRO 11 – BENFEITORIAS EXISTENTES (AVALIAÇÃO)

Descrição / tipo		Unidade de Medida	Quant.	Estado de Conservação	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						
8.						
9.						
10.						
11.						
12.						
13.						
14.						
15.						
16.						
17.						
18.						
19.						
20.						
21.						
Total (2)						

QUADRO 12 – RESUMO DE VALORES DA COMPRA

Descrição	Valor	Descrição	Valor R\$
Valor da terra		valor pago ao proprietário	
Custos de medição			
Custos cartorários			

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Dados do Imóvel	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial □□□.□□□□□□□□.□□□□□□	Município □□□□□□□□□□

QUADRO 13 – CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL (só preencher caso tenha havido modificação em relação à Carta Consulta)

01. Seq.	02. Código do INCRA	03. Área total (ha)	04. Área a ser adquirida (ha)	05. Preço proposto R\$
06. Nome do imóvel				
07. Nome do proprietário				<input type="checkbox"/> 7.1 Pessoa física <input type="checkbox"/> 7.2 Pessoa jurídica
08. Endereço do imóvel				
09. Distrito/comunidade				
10. Município do imóvel			11. UF	12. CEP
13. Distância à sede do município ou à cidade mais próxima □□□, □ km	14. Condições de acesso		km	Intransitável (meses)
	14.1 - Estrada pavimentada			
	14.2 - Estrada de terra em boas condições			
	14.3 - Estrada de terra em condições regulares			
	14.4 - Estrada de terra em péssimas condições			
	14.5 - Trilha			
	14.6 - Fluvial / Lacustre			
15. Providências necessárias para melhorar as condições de acesso				
16. Eletrificação existente (tipo, distribuição e até onde chega)			Planejada / recomendada	
17. Abastecimento de água existente (para uso doméstico)			Planejado / recomendado	

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
Dados do Imóvel		

18. Qualidade dos solos					19. Recomendações para o manejo dos solos
Área (ha)	Descrição	Classe capacidade de uso	Uso atual	Vocação Uso indicado	

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Dados do Imóvel	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

20. Recursos hídricos	
Descrição	Uso possível / recomendações
21. Matas, capoeiras e áreas de extrativismo vegetal	
Descrição	Uso possível / recomendações
22. Outros recursos naturais	
Descrição	Uso possível / recomendações

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Dados do Imóvel	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

23. Distribuição das áreas			
Descrição	Uso atual (em ha)	Uso previsto (em ha)	Organização 1. Individual 2. Coletiva 3. Mista
1. Área de preservação permanente e Área de reserva legal			
2. Área declarada de interesse ecológico e área de reserva particular do patrimônio natural			
3. Matas (não incluídas em 1 e 2)			
4. Pastagens			
4.1			
4.2			
4.3			
4.4			
4.5			
5. Horticultura			
6. Avicultura e aquicultura			
7. Culturas temporárias			
7.1			
7.2			
7.3			
7.4			
7.5			
7.6			
7.7			
7.8 Outras culturas temporárias			
8. Culturas permanentes			
8.1			
8.2			
8.3			
8.4			
8.5			
8.6			
8.7 Outras culturas permanentes			
9. Área aproveitável mas não utilizada			
10. Área Inaproveitável			

Formulário 01 – Folha 11 – Proposta de Financiamento

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Projetos Produtivos	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

QUADRO 14 - DETALHAMENTO DAS CRIAÇÕES PLANEJADAS

01. Seq.	02. Tipo de criação (tabela 02)	03. Cód.	04. Área a ser utilizada (ha)	05. Cabeças adultos	06. Organização prevista <input type="checkbox"/> 1. Individual <input type="checkbox"/> 2. Coletiva <input type="checkbox"/> 3. Mista - quant. de famílias _____	07. Custos anuais R\$	08. Custo de investimento R\$
						09. Fonte de recurso	

10. Cód.	Produto / derivados (tabela 03)	Unidade	Quantidade anual		Preço unitário R\$	Renda bruta anual R\$	Indicadores de produtividade		
			Autoconsumo	Comercialização			esperado	da região	órgão de pesquisa/ extensão
10.1									
10.2									
10.3									
10.4									
10.5									
10.6									

11. Tecnologia e sistema básico de criação praticados na região
12. Tecnologia e sistema básico de criação previstos no projeto
13. Fontes de alimentação
14. Destino da produção
15. Canais de comercialização

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Outros Projetos	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

QUADRO 16 - DETALHAMENTO DE OUTROS PROJETOS

01. Seq.	02. Tipo do projeto	03. Área a ser utilizada (ha)	04. Organização prevista <input type="checkbox"/> 1. Individual <input type="checkbox"/> 2. Coletiva <input type="checkbox"/> 3. Mista - quant. de famílias _____	05. Custos anuais R\$	06. Custo de investimento R\$
				07. Fonte de recurso	

08. Seq.	Produtos	Unidade	Quantidade anual		Preço unitário R\$	Renda bruta anual R\$	Indicadores de produtividade	
			Autoconsumo	comercialização			esperado	da região
08.1								
08.2								
08.3								
08.4								
08.5								
08.6								

09. Tecnologia e sistema básico de produção previstos no projeto

10. Destino da produção

11. Canais de comercialização

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Infra-estrutura	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	
	Sequencial □□□.□□□□□□.□□□□□□	Município □□□□□□□□
	Ano □□□□	Número da folha □□□□ / □□□□

QUADRO 17 – SÍNTESE DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

Seq.	Cód.	Descrição (tabela 01)	Reforma / Construção	Valor estimado em R\$
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
Total				

PROPOSTA DE FINANCIAMENTO Infra-estrutura	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

QUADRO 18 - DETALHAMENTO DAS NECESSIDADES DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

01. Seq.	02. Infra-estrutura básica (tabela 01)	03. Cód.	04. Custo total R\$	05. Início da utilização
06. Quantidade de beneficiados que irão usufruir deste projeto		<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		
07. Descrição				
08. Objetivos (resultados esperados)				
09. Justificativa				

2. Modelo de Formulário - Declaração de Elegibilidade

Anexar à Proposta o formulário preenchido por ocasião da entrega da Carta Consulta

BANCO DA TERRA DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE	Número da Carta Consulta	Número da folha
	Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> / <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

Declaro que conheço as regras e condições do BANCO DA TERRA e, ainda, sob as penas da lei, declaro serem verdadeiras as afirmações abaixo relacionadas, ciente de que, se constatada qualquer falsidade, serei eliminado do Projeto e estarei sujeito a responder administrativa, civil e criminalmente por estar constatada a falsidade ideológica:

- Nunca fui beneficiado pelo BANCO DA TERRA;
- Nunca fui contemplado por qualquer projeto de assentamento rural, nem meu cônjuge;
- Não exerço função pública, em autarquia ou em órgão paraestatal;
- Minha renda monetária anual familiar bruta não é superior a R\$15.000 (quinze mil reais);
- Não fui proprietário de imóvel rural cuja área fosse igual ou superior a da propriedade familiar, como definida no Estatuto da Terra, nos três anos anteriores a esta Proposta de Financiamento;
- Não assinei como comprador, escritura de compra e venda de imóvel e não sou possuidor de direito de ação ou herança em imóvel rural;
- Não possuo patrimônio superior a R\$ 30.000 (trinta mil reais), assim considerados os bens cuja propriedade seja de forma definitiva e desembaraçada.

Seq	Nome do associado ou cooperado			Nome do cônjuge		
Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura			Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura	
CPF			Data de nascimento	CPF		Data de nascimento
Doc identidade		Tipo	Org expedidor - UF	Doc identidade		Org expedidor - UF
N. dependentes	Força de trabalho	Situação: <input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Novo membro <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> Desistente <input type="checkbox"/> Excluído				

Seq	Nome do associado ou cooperado			Nome do cônjuge		
Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura			Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura	
CPF			Data de nascimento	CPF		Data de nascimento
Doc identidade		Tipo	Org expedidor - UF	Doc identidade		Org expedidor - UF
N. dependentes	Força de trabalho	Situação: <input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Novo membro <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> Desistente <input type="checkbox"/> Excluído				

Seq	Nome do associado ou cooperado			Nome do cônjuge		
Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura			Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura	
CPF			Data de nascimento	CPF		Data de nascimento
Doc identidade		Tipo	Org expedidor - UF	Doc identidade		Org expedidor - UF
N. dependentes	Força de trabalho	Situação: <input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Novo membro <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> Desistente <input type="checkbox"/> Excluído				

Anexar à Proposta o formulário preenchido por ocasião da entrega da Carta Consulta

BANCO DA TERRA DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE	Número da Carta Consulta		Número da folha
	Seqüencial □□□.□□□□□□□□.□□□□	Município □□□□□□□□□□	Ano □□□□
			□□□ / □□□

Declaro que conheço as regras e condições do BANCO DA TERRA e, ainda, sob as penas da lei, declaro serem verdadeiras as afirmações abaixo relacionadas, ciente de que, se constatada qualquer falsidade, serei eliminado do Projeto e estarei sujeito a responder administrativa, civil e criminalmente por estar constatada a falsidade ideológica:

- Nunca fui beneficiado pelo BANCO DA TERRA;
- Nunca fui contemplado por qualquer projeto de assentamento rural, nem meu cônjuge;
- Não exerço função pública, em autarquia ou em órgão paraestatal;
- Minha renda monetária anual familiar bruta não é superior a R\$15.000 (quinze mil reais);
- Não fui proprietário de imóvel rural cuja área fosse igual ou superior a da propriedade familiar, como definida no Estatuto da Terra, nos três anos anteriores a esta Proposta de Financiamento;
- Não assinei como comprador, escritura de compra e venda de imóvel e não sou possuidor de direito de ação ou herança em imóvel rural;
- Não possuo patrimônio superior a R\$ 30.000 (trinta mil reais), assim considerados os bens cuja propriedade seja de forma definitiva e desembaraçada.

Seq	Nome do associado ou cooperado		Nome do cônjuge		
Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura		Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura	
CPF		Data de nascimento	CPF		Data de nascimento
Doc Identidade	Tipo	Org expedidor - UF	Doc Identidade	Tipo	Org expedidor - UF
N. dependentes	Força de trabalho	Situação: <input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Novo membro <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> Desistente <input type="checkbox"/> Excluído			

Seq	Nome do associado ou cooperado		Nome do cônjuge		
Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura		Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura	
CPF		Data de nascimento	CPF		Data de nascimento
Doc Identidade	Tipo	Org expedidor - UF	Doc Identidade	Tipo	Org expedidor - UF
N. dependentes	Força de trabalho	Situação: <input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Novo membro <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> Desistente <input type="checkbox"/> Excluído			

Seq	Nome do associado ou cooperado		Nome do cônjuge		
Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura		Sexo: <input type="checkbox"/> Masc <input type="checkbox"/> Fem	Assinatura	
CPF		Data de nascimento	CPF		Data de nascimento
Doc Identidade	Tipo	Org expedidor - UF	Doc Identidade	Tipo	Org expedidor - UF
N. dependentes	Força de trabalho	Situação: <input type="checkbox"/> Original <input type="checkbox"/> Novo membro <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> Desistente <input type="checkbox"/> Excluído			

3. Modelo de Formulário - Declaração de Intenção de Venda

Anexar à Proposta o formulário já preenchido na Carta Consulta

BANCO DA TERRA DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE VENDA	Número da Carta Consulta
	Sequencial Município Ano □□□□.□□□□□□□□.□□□□□□

Nome do proprietário		Número de Certificado de Cadastro do imóvel		
Nacionalidade	Naturalidade		Estado civil	
Endereço do proprietário				
Bairro	Cidade	CEP	UF	DDD – Telefone
Tipo do documento de identidade do proprietário	Número do documento	Órgão expedidor	CPF/CNPJ	
Nome do Cônjuge				
Tipo do documento de identidade do cônjuge	Número do documento	Órgão expedidor	CPF	

Declaro que sou legítimo proprietário e detentor do domínio e posse do imóvel rural denominado, situado na localidade de, no município de, Estado, com uma área total de aproximadamente ha. A área de do referido imóvel está disponível para a venda a, pelo valor de R\$ (.....), através do BANCO DA TERRA. Declaro também que a área em negociação tem limites definidos, livre de litígios e apresenta-se desvinculado de ônus de quaisquer natureza que venham comprometer ou impedir a transação pretendida. Os encargos trabalhistas, impostos e contribuições em débito, por ventura existentes, serão de minha inteira responsabilidade.

Local e data
Assinatura do proprietário
Assinatura do cônjuge

Formulário 03 – Folha 01 - Declaração de Intenção de Venda

Observação: Deverão ser preenchidas tantas Declarações quantos forem os proprietários.

4. Modelo de Formulário - Protocolo de Recebimento

BANCO DA TERRA PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO	01. Número da Carta Consulta	02. Data de recebimento
	Seqüencial Município Ano □□□□.□□□□□□.□□□□□□	
03. Nome da Unidade Técnica responsável pelo recebimento		
04. Município do órgão responsável pelo recebimento		05. UF
06. Nome da organização ou beneficiário individual		
07. Nome do responsável pela organização		
08. Assinatura do representante da Unidade Técnica responsável pelo recebimento		

Formulário 04 – Folha 01 - Protocolo de recebimento

! -----

BANCO DA TERRA PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO	01. Número da Carta Consulta	02. Data de recebimento
	Seqüencial Município Ano □□□□.□□□□□□.□□□□□□	
03. Nome da Unidade Técnica responsável pelo recebimento		
04. Município do órgão responsável pelo recebimento		05. UF
06. Nome da organização ou beneficiário individual		
07. Nome da organização ou beneficiário individual		
08. Assinatura do representante da Unidade Técnica responsável pelo recebimento		

Formulário 04 – Folha 01 - Protocolo de recebimento

**BANCO DA TERRA
PROPOSTA DE FINANCIAMENTO
PARECER SOBRE PROPOSTA DE
FINANCIAMENTO**

Número da Carta Consulta

Seqüencial Município Ano
□□□.□□□□□□.□□□□

07.6 – Benfeitorias e infra-estrutura existentes

07.7 – Localização do imóvel e condições de acesso

07.8 – Infra-estrutura local (rede viária, eletrificação, saneamento, captação de água, acesso a serviços básicos e canais de comercialização)

07.9 – Impactos ambientais (positivos / negativos)

08. Análise e parecer sobre o custo do projeto

1. Favorável

2. Desfavorável

08.1 - Itens financiados (compra do imóvel, medição topográfica, registros, transferências e escrituras)

08.2 - Investimentos necessários de infra-estrutura básica

09. Análise e avaliação técnica do projeto produtivo

1. Favorável

2. Desfavorável

09.1 - Quantidade de famílias, mão-de-obra diretamente empregada e forma de organização (individual, coletiva e mista)

**BANCO DA TERRA
PROPOSTA DE FINANCIAMENTO
PARECER SOBRE PROPOSTA DE
FINANCIAMENTO**

Número da Carta Consulta

Seqüencial Município Ano
□□□□.□□□□□□.□□□□□

09.2 - Sistemas produtivos, áreas das culturas, criações e níveis de produtividade esperados

09.3 - Investimentos produtivos necessários, fontes de financiamento potenciais e valores desses investimentos

10. Análise e parecer das condições econômico-financeiras do projeto 1. Favorável 2. Desfavorável

10.1 - Renda esperada (monetária e autoconsumo)

10.2 - Capacidade de endividamento do beneficiário (forma, prazo de pagamento, período de carência e valores das parcelas)

11. Condições do financiamento

Valor da parcela que cabe à organização ou beneficiário individual R\$	Valor da parcela que cabe a cada associado ou cooperado R\$	Prazo de carência	Duração do financiamento	Rebate %

12. Outras considerações / conclusão 1. Favorável 2. Desfavorável

13. Local e data

14. Assinatura do coordenador da Unidade Técnica

6. Modelo de Formulário - Parecer sobre Projeto de Infra-estrutura básica

BANCO DA TERRA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO PARECER SOBRE PROJETO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA	Número da Carta Consulta Seqüencial Município Ano <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> . <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
---	--

01. Decisão da Unidade Técnica 1. Aprovado <input type="checkbox"/> 2. Não aprovado <input type="checkbox"/>	02. Seq	03. Infra-estrutura básica
04. Análise e parecer sobre a quantidade de beneficiados que irão usufruir do projeto		<input type="checkbox"/> 1. Significativa <input type="checkbox"/> 2. Não significativa
05. Análise e parecer quanto aos objetivos esperados		<input type="checkbox"/> 1. Favorável <input type="checkbox"/> 2. Desfavorável
06. Análise e parecer quanto à justificativa das obras de infra-estrutura básica		<input type="checkbox"/> 1. Favorável <input type="checkbox"/> 2. Desfavorável
07. Análise e parecer sobre o valor das obras de infra-estrutura básica		<input type="checkbox"/> 1. Adequado <input type="checkbox"/> 2. Não adequado
08. Análise de parecer sobre os aspectos técnicos e de operacionalização		<input type="checkbox"/> 1. Favorável <input type="checkbox"/> 2. Desfavorável
09. Impactos ambientais (positivos / negativos)		<input type="checkbox"/> 1. Favorável <input type="checkbox"/> 2. Desfavorável
10. Local e data		
11. Assinatura do coordenador da Unidade Técnica		

7. Modelo de Formulário - Comunicação da Decisão

BANCO DA TERRA PROPOSTA DE FINANCIAMENTO COMUNICAÇÃO DA DECISÃO		01. Número da Carta Consulta Seqüencial Município Ano □□□.□□□□□□.□□□□	
02. Nome da Unidade Técnica			
03. Endereço da Unidade Técnica			04. CEP
05. Município de localização da Unidade Técnica			06. UF
07. Telefones	08. Endereço eletrônico da Unidade Técnica (e-mail)		
09. Nome da organização ou beneficiário individual			
10. Comunicação ao beneficiário <input type="checkbox"/> Tendo sido aprovada sua Proposta de Financiamento, com base no Parecer a esta anexado, solicitamos entrar em contato com esta Unidade Técnica para tomar conhecimento das providências e documentação necessárias para a assinatura do contrato de financiamento. <input type="checkbox"/> Sua Proposta de Financiamento foi aprovada, com base no Parecer a esta anexado, não existindo recursos para atendê-la no ano em curso. Está mantida, no entanto, sua prioridade de atendimento para o próximo exercício, desde que existam os recursos necessários. Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos no endereço e telefones constantes desta comunicação. <input type="checkbox"/> Sua Proposta de financiamento não mereceu aprovação face às conclusões contidas no Parecer em anexo.			
11. Local e data			
12. Assinatura do coordenador da Unidade Técnica			

8. Modelo de Formulário - Folha Suplementar

BANCO DA TERRA Folha Suplementar	Preenchimento pelo órgão responsável pelo recebimento	
	Número da Carta Consulta Seqüencial Município Ano □□□.□□□□□□.□□□□	Número da folha □□□ / □□□

COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM □□ DO QUADRO □□

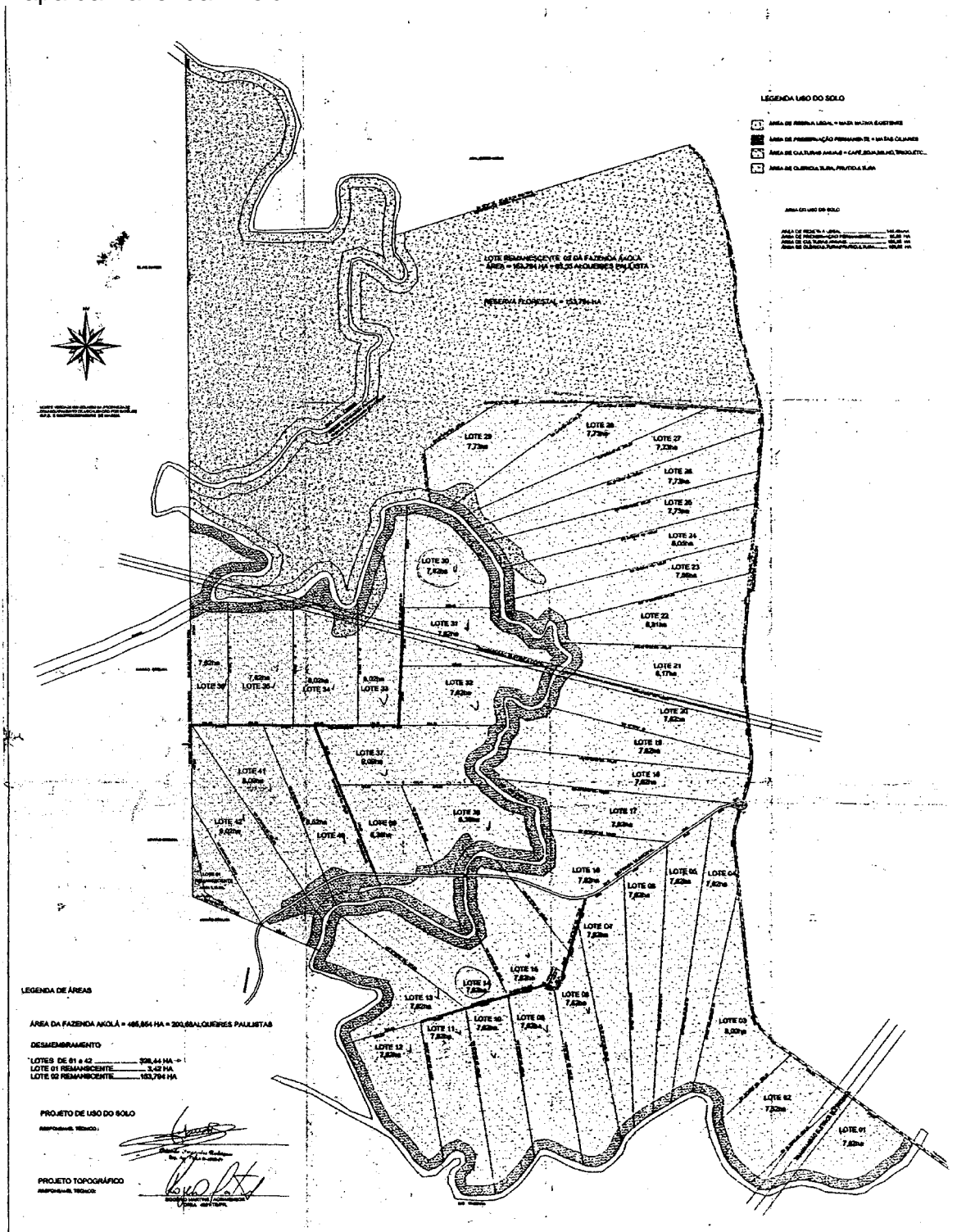
Propostas de Financiamento Aprovadas pela Câmara Setorial
Programa Banco da Terra

Nº	Região	Município	Nome do grupo	Nº de beneficiários	Valor das propostas aprovadas - Em R\$
1	Apucarana	Marilândia do Sul	Nova Esperança	14	420.000,00
2	Apucarana	Marilândia do Sul	Nova Marilândia	10	300.000,00
3	Apucarana	Apucarana	São José	7	203.994,00
4	Apucarana	Apucarana	Tropical Garden	8	210.000,00
5	Campo Mourão	Iretama	Marilu	62	1.860.000,00
6	Campo Mourão	Farol	Novo Milênio	14	403.520,00
7	Cascavel	Medianeira	Irmãos Giron	3	110.000,00
8	Cascavel	Cascavel	Terra Prometida	3	90.000,00
9	Cornélio Procópio	Congoninhas	Água Branca	63	1.889.272,81
10	Cornélio Procópio	Ribeirão do Pinhal	Fazenda Itapemerim	22	599.364,30
11	Cornélio Procópio	Urai	Timburi	3	84.662,31
12	Francisco Beltrão	Francisco Beltrão	Vida Nova	7	277.374,50
13	Francisco Beltrão	Francisco Beltrão	Esperança	5	128.370,00
14	Francisco Beltrão	Francisco Beltrão	Força e Vontade	6	180.000,00
15	Francisco Beltrão	Sto A. do Sudoeste	Nova Esperança	7	209.972,00
16	Guarapuava	Rio B. do Iguaçu	União do Pinhalzinho	8	199.785,00
17	Guarapuava	Pinhão	Teixeira	3	90.000,00
18	Guarapuava	Sta Maria d'Oeste	União da Força	24	720.000,00
19	Guarapuava	Campina do Simão	Bom J. do Monjolinho	6	169.500,00
20	Guarapuava	Cantagalo	Santa Terezinha	9	270.000,00
21	Guarapuava	Guarapuava	Imbuia	5	130.680,00
22	Guarapuava	Cantagalo	São Luiz	5	150.000,00
23	Guarapuava	Candói	Rio Bonito	5	81.600,00
24	Ivaiporã	Arianha do Ivaí	Juntos em Harmonia	58	1.627.600,00
25	Ivaiporã	Grandes Rios	Esperança	10	300.000,00
26	Jacarezinho	Sto Ant. da Platina	Barra Mansa	40	1.600.000,00
27	Jacarezinho	Cons. Mairinck	Terra Nossa	20	789.820,00
28	Jacarezinho	Pinhalão	Grutap	25	975.477,14
29	Jacarezinho	Pinhalão	APROL	14	507.509,00
30	Jacarezinho	Sto Ant. da Platina	Barra Mansa II	46	1.380.000,00
31	Jacarezinho	Sto Ant. da Platina	Repovoamento Melo	21	840.000,00
32	Jacarezinho	Barra do Jacaré	Adenilson	48	1.887.530,00
33	Jacarezinho	Jacarezinho	Trabalhista	41	1.199.532,90
34	Jacarezinho	Ribeirão Claro	Esperança	25	702.410,64
35	Jacarezinho	Cambará	Unidos Venceremos	25	720.000,00
36	Jacarezinho	Sto Ant. da Platina	N. S. das Graças	8	240.000,00

37	Jacarezinho	B. Jacaré	Coqueiralzinho	30	891.120,00
38	Jacarezinho	Cons. Mayrinck	Monte Alto	36	1.080.000,00
39	Jacarezinho	Guapirama	Guapirama	23	690.000,00
40	Jacarezinho	Pinhalão	N. S. de Fátima	8	212.397,72
41	Jacarezinho	Figueira	ASSAFRA	22	600.000,00
42	Jacarezinho	Wenceslau Braz	Casa Grande	5	150.000,00
43	Jacarezinho	Ibaiti	Vassoural	30	900.000,00
44	Jacarezinho	Sto Ant. da Platina	Terra Livre	2	45.000,00
45	Londrina	Centenário do Sul	Aparc	14	554.455,44
46	Londrina	Florestópolis	Mazar	11	402.889,00
47	Londrina	Tamarana	Esperança	8	284.640,00
48	Londrina	Cafeara	Boa Cultura	11	439.723,00
49	Londrina	Tamarana	Brasil	50	1.500.000,00
50	Londrina	Londrina	Akolá	42	1.680.000,00
51	Londrina	Londrina	Rei do Alface	6	180.000,00
52	Londrina	Lupionópolis	Nova Esperança	14	420.000,00
53	Londrina	Centenário do Sul	Santo Expedito	35	1.050.000,00
54	Londrina	Lupionópolis	Cheiro da Terra	52	1.560.000,00
55	Maringá	P.Castelo Branco	Nery	7	264.408,75
56	Maringá	P. Castelo Branco	Suzana	6	203.924,00
57	Maringá	Ângulo	Doze Amigos	12	480.000,00
58	Maringá	Nova Esperança	Sag.Cor. de Jesus	7	210.000,00
59	Maringá	Nova Esperança	Caju	6	132.000,00
60	Maringá	P. Castelo Branco	Coaroaves	7	186.445,00
61	Maringá	Mandaguari	União	5	150.000,00
62	Paranavaí	Tamboara	Construindo o Futuro	15	450.000,00
63	Toledo	Mercedes	Sanga Alegre	9	360.000,00
64	Toledo	S.J.das Palmeiras	Anápolis	6	180.000,00
Total				1.195	37.838.497,51

Fonte: <http://www.pr.gov.br/seab/> em 19/03/2004

Mapa da Fazenda Akolá



4) Trabalho da Família e Moradores no Lote (incluir atividades de autoconsumo alimentar). Estimativa aproximada.

Nome	Dia todo/ Meio período	Quantos dias por semana ou mês	Atividades

Numero de pessoas contratadas integralmente dentro da propriedade: _____

5) Produção para Autoconsumo Alimentar da Família [ex: Limão(2 pés), porcos (4), Galinhas (40), etc

Pomar:	
Horta (só produtos):	
Criações:	
Cultivo:	
Consumo de leite (se compra ou se tem produção própria e quanto consome por dia ou por semana):	

6) Produção Agrícola Comercial – resultados da safra atual – (ver se mais de uma colheita de cada produto, se ocorrer, anotar em duas linhas)

Produto	Área ocupada	Resultado de Produção (ex: 30sc60kg/ano)	Valor Recebido (ex: R\$ por sc)	Custo desta produção Estimativa rápida	Forma de comercialização

7) Planejamento de Expansão da Produção Agropecuária (para safra de 2004/ 2005)

Produto						

Área a ser Ocupada						
Produção Esperada						

8) Acesso ao sistema de créditos

Linha de crédito	Pronaf ou qual financiamento?	Época (mês e ano)	Valor (R\$)	Como aplicou
Custeio de safra (1 ano)				
Custeio de safra (2 ano)				
Custeio de safra (3 ano)				
Crédito investimento já recebido				
Créd. Habitação				Desconsiderar
Créd. Alimentação				Desconsiderar
Outra, qual?				
Outra, qual?				

9) O Sr. Integra alguma cooperativa? (Se sim) qual? _____ (Se não) gostaria de integrar? _____
 (Para Ambos) Com quais objetivos? _____

Roteiro (aplicar como entrevista / anotações)

1º momento: como usava a terra antes

O que produzia antes de entrar para o Banco da Terra?

Antes de entrar no Banco da Terra o senhor(a) utilizava algum conhecimento de sua experiência de vida como agricultor (conhecimento herdado dos pais)?

Continua utilizando depois do acesso ao Banco da Terra ? (Por que ?)

Como era o patrimônio do Sr(a) antes de entrar para o Banco da Terra?

Tinha propriedade antes do Banco da Terra ? Se sim, como era a propriedade, as formas de produção ? (Ex.: produção diversificada, usava práticas de adução verde, rotação de cultura, etc)

Se não, qual era a forma de acesso a terra e como era a produção?

2º momento : quando ele entrou no projeto como ele pensava usar a terra

Quais eram os projetos quando o acesso a terra foi confirmado?

3º momento : como ele usa a terra hoje

O crédito de investimento (caso tenha recebido) foi investido em qual tipo de cultura?

Como foi tomada a decisão por este investimento?

Atualmente, qual a cultura principal do lote?

(Em caso de mudança do projeto inicial)

Devido a que ocorreu a mudança?

O que orienta a cultura atual? (exigência dos técnicos / mercado / novas experiências)

As novas técnicas são mais rentáveis?

Exige mais mão-de-obra / dedicação?

Quais adaptações técnicas o(a) Sr(a) precisou fazer para organizar esta produção?

Obs (isso seria bom para saber se há prescrição, se as atividades são totalmente padronizadas, etc.).

O sr(a) produz o cará ? Se sim perguntar se utiliza das mesmas técnicas que os outros agricultores do grupo Akolá

Existe uma influência do técnico no cultivo atual?

Caso haja influência nas praticas de produção ou no cultivo

Quais são as principais “exigências do técnico” ou do “Banco da Terra” nos cultivos atuais?

Sente-se contrariado com a influência externa na produção atual?

4º momento : como pretende, quais os projetos

Existe uma perspectiva para pagamento do financiamento com a atividade agrícola atual? _____ (Caso não, como pretende quitar o montante financiado?

Com atividade externa ou outros recursos?)

Como o sr (a) gostaria de estar produzindo em seu lote?

O que impede de realizar tal produção?

O que o Sr(a) acha da produção orgânica?

O que o técnico acha sobre a produção orgânica ?

OBSERVAÇÕES.

Qual é exatamente o custo de produção dos produtos obtidos no mercado, especialmente:

Aubos químicos

Agrotóxicos

Sementes

Outros produtos.

E qual a média de produção e de preços.

Com isso você pode chegar a uma proporção custo-rentabilidade e tem uma noção do quanto (em termos de valor) é oriundo do mercado e o quanto é resultado do trabalho familiar. Outro dado: do total de recursos permanentes no lote, o que é derivado direto do mercado (máquinas, sistemas de irrigação, etc) e o que é constituído através de aplicação de trabalho. Ou seja, o que é uma simples transferência de recursos externos e o que é processado pelas famílias (mercadoria ->trabalho->recursos produtivos).



Levantamento socioeconômico dos agricultores da Fazenda Akolá

Data: ___/___/___

Nome do Responsável pelo lote: _____

Ocupação ou Trabalho antes de entrar na Fazenda Akolár: _____

1) PREENCHA O QUADRO ABAIXO COM O NUMERO TOTAL DE PESSOAS.

Nº de pessoas que moram na propriedade	
Nº de pessoas da família que TRABALHAM dentro da propriedade	
Nº de pessoas da família que trabalham FORA da propriedade	
Nº de pessoas contratadas para trabalho dentro da propriedade	
Nº de moradores do sexo FEMININO	
Nº de moradores do sexo MASCULINO	
Nº de crianças	
Nº de crianças fora da escola (caso houver acima de 7 anos)	

2) INFORME O TOTAL DE PESSOAS QUE ESTÃO NAS FAIXAS DE IDADE ABAIXO MORANDO NA PROPRIEDADE

0 a 10 anos	11 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 41 anos	41 a 50 anos	51 a 61 anos	Acima de 60

3) CONSUMO PRÓPRIO

VOCÊ TEM POMAR? () Sim () Não

VOCÊ CRIA PORCOS? () Sim () Não

VOCÊ CRIA GALINHAS? () Sim () Não

VOCÊ TEM HORTA? () Sim () Não

VOCÊ TEM VACAS? () Sim () Não

4) PRODUÇÃO COMERCIAL

Produto	Área ocupada

5) Renda média da família: R\$ _____ (por mês)

Toda a renda é produzida dentro da propriedade ? () SIM () NÃO

Caso NÃO, quanto vem de fora da propriedade? R\$ _____

6) Quais são as suas principais ferramentas ou instrumentos de trabalho para produzir ?

7) condições de moradia

Coleta de Esgoto: () Fossa () Céu Aberto () Rio ou Riacho () Outro _____

O que você faz com seu lixo? () Enterra () Queima () Outro _____

Material utilizado para construção da casa? () alvenaria () madeira () Outro _____

Tipo de piso: _____ Tipo de telhado: _____

Meios de Transporte utilizado pela Família: _____

QUADRO SOCIOECONOMICO – FAZENDA AKOLÁ (Total de entrevistas 30)
06/08/2005

Profissões

Tratorista	2
Empreiteiro	5
Bóia-fria	4
caminhoneiro	1
Agricultores / arrendatários	18

Nº de pessoas que moram na propriedade	122
Nº de pessoas da família que TRABALHAM dentro da propriedade	54
Nº de pessoas da família que trabalham FORA da propriedade	14
Nº de pessoas contratadas para trabalho dentro da propriedade	13
Nº de moradores do sexo FEMININO	70
Nº de moradores do sexo MASCULINO	52
Nº de crianças	21
Nº de crianças fora da escola (caso houver acima de 7 anos)	-

0 a 10 anos	11 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 41 anos	41 a 50 anos	51 a 61 anos	Acima de 60
18	20	16	20	22	4	1

CONSUMO PRÓPRIO

POMAR	17 57%
criação de PORCOS	11 37%
GALINHAS	18 60%
HORTA	15 55%
VACAS	3 10%

DENTRO

FORA (10 famílias)

RENDA	R\$ 17750,00 média: R\$ 591,66	R\$ 4000 Média R\$ 400,00
--------------	---	--

FERRAMENTAS

TRATOR	20
CAMINHÃO	2
CAMINHONETE	1

CONDIÇÕES DE MORADIA

Coleta de Esgoto: 100% Fossa

O que você faz com seu lixo? (15) Enterra (14) Queima () Outro

Material utilizado para construção da casa? (30) alvenaria () madeira () Outro

Meios de Transporte utilizado pela Família: CARRO :20 MOTO: 4 ONIBUS:4